

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DE CONHECIMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E HOSPITALIDADE**

JASMINE PEREIRA VIEIRA

**REFLETINDO SOBRE EXCLUSÃO: TURISMO E CIDADE A PARTIR DAS
FALAS DE UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA DE CAXIAS DO SUL/RS
(BRASIL)**

**CAXIAS DO SUL
2020**

JASMINE PEREIRA VIEIRA

**REFLETINDO SOBRE EXCLUSÃO: TURISMO E CIDADE A PARTIR DAS
FALAS DE UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA DE CAXIAS DO SUL/RS
(BRASIL)**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestra em Turismo e Hospitalidade.
Linha de Pesquisa: Turismo, Educação e Cultura.

Orientadora: Prof^a Dr^a Susana de Araújo Gastal

**CAXIAS DO SUL
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

V658r Vieira, Jasmine Pereira

Refletindo sobre exclusão [recurso eletrônico] : turismo e cidade a partir das falas de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS (Brasil) / Jasmine Pereira Vieira. – 2020.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2020.

Orientação: Susana de Araújo Gastal.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Turismo. 2. Cidade. 3. Exclusão social. 4. Periferia - Caxias do Sul (RS). I. Gastal, Susana de Araújo, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 338.48

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

JASMINE PEREIRA VIEIRA

**REFLETINDO SOBRE EXCLUSÃO: TURISMO E CIDADE A PARTIR DAS
FALAS DE UMA COMUNIDADE PERIFÉRICA DE CAXIAS DO SUL/RS
(BRASIL)**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado e Doutorado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hospitalidade.
Linha de pesquisa: Turismo, Educação e Cultura.

Aprovada em 28/08/2020

Banca Examinadora

Profª Dra. Susana de Araújo Gastal (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profª Dra. Luciene Jung de Campos
Universidade de Caxias do Sul – UCS

Profª Dra. Marutschka Martini Moesch
Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Momentos como esse são sempre de muita sensibilidade, hoje, posso ver que a estrada que escolhi não só realiza a mim, mas também aos meus familiares, amigos e outras tantas mulheres que vieram antes de mim nesse campo familiar. Teço agora os agradecimentos a cada ser humano que foi fundamental para que esse processo chegasse ao seu fim provisoriamente (nada acaba aqui!).

Agradeço de antemão a minha mãe, Rosana Saldanha Pereira, mulher forte e de verdade, que sustenta nosso lar com a maestria de uma loba. A mulher que me ensinou a caçar, alertou-me sobre os perigos e me permitiu correr livre pela mata do mundo com a certeza de que quando quisesse retornar, encontraria em seus braços alento e na sua toca, um lar caloroso para que pudesse me regenerar. Muitas foram as caídas, mas mais impressionantes ainda os regressos à mata. Minha eterna gratidão por ter nascido de um ventre tão perseverante e amoroso, que acolhe os seus e também os diferentes, perdidos de sua potente matilha. Inspira-me a caminhar sob a luz do luar com a certeza de que a intuição não falha um dia sequer a direção que indica. Por aqui, a parabeno por se permitir estudar até hoje, sempre em áreas diferentes, desafiando a si mesma e acolhendo suas limitações como oportunidades para atravessar o deserto na busca por uma fonte.

Agradeço ao meu pai, Claudio Fernando Vieira, por, mesmo com suas limitações, compreender a jornada que escolhi auxiliando em qualquer momento que se fez necessário recorrer à figura paterna atrás de conselho e autorização. Por ter finalizado seus estudos enquanto eu ainda estava na graduação e abraçar o horizonte como um enorme objetivo em sua vida, buscando sempre no conhecimento novas perspectivas também. Seu amor acalenta meu coração quando as estruturas são ameaçadas.

Agradeço aos meus irmãos, Felipe Pereira Vieira e Marcelo Pineda Vieira, por serem dois homens inspiradores e incansáveis em suas buscas. Por não se contentarem com rendimentos medianos, principalmente porque reconhecem seu próprio potencial para avançar tendo a excelência como

horizonte. Auxiliaram em meu processo trazendo questionamentos pertinentes e respeitando a mulher que me tornei. Uma das maiores realizações de minha vida, hoje, é sentar a mesa com vocês e entender quase tudo que discutimos. O desejo por compreender o universo da vida adulta começou quando vocês manifestaram suas preocupações e eu não sabia como me posicionar. Por um tempo, me vi atrás dos seus gostos e das suas prioridades, e foi assim que aprendi a capturar a presa sozinha. O desconforto de vocês me mobilizou na direção de respostas, sou verdadeiramente grata por serem quem são!

Ao meu sobrinho Gustavo, todo o amor do mundo. Seu inocente espírito de criança ensina os adultos a retomarem sentimentos esquecidos. O perdão é um deles. Com você aprendemos a respeitar nosso próprio tempo para digerir alguns acontecimentos, mesmo que haja tristeza, decepção e indisposição. Você é um menino interessado pelo que o outro tem a oferecer, e isso faz de ti um ser humano justo e acolhedor, pois tem a escuta como aliada. Grata por ser tão imenso em teus feitos.

Agradeço ao meu companheiro dessa jornada, Bruno da Fonseca Vidal, por teres sido um homem paciente e justo. Sou grata por aceitar me reencontrar nessa vida e embarcar nessa viagem que foi viver um relacionamento livre de padrões, inclusive desprendido de nós mesmos. Trouxeste contigo um jardim de sentimentos bons que me fortaleceram em cada batalha travada entre meu espírito e meu ego. Além disso, sempre respeitou e acolheu minhas decisões, mesmo que se questionasse para onde elas levariam nossa relação. Antes que chegaste, aprendi a duras penas sobre minhas prioridades e você se mostrou todos os dias disposto a compreender cada uma delas, mesmo que planejemos futuros diferentes, vencemos por inúmeras situações o cansaço de pensar demasiadamente no que viria depois. Você veio para me mostrar que o amor incondicional existe e é eterno no coração dos amantes. Quando libertei a mim, também te libertei das minhas projeções, voamos tranquilos para lugares diferentes agora.

Agradeço ao meu querido padrasto Oscar Guerra, com o qual não podemos mais compartilhar momentos no plano físico. Aceitar que você transcendeu foi um desafio muito grande, que despedaçou meu coração quando

achava que nada seria capaz de provocar isso. Sou grata por manifestar teu amor em nossa família e me incentivar a ser uma mulher livre e independente emocionalmente e financeiramente.

Agradeço aos meus familiares, dos próximos aos mais distantes, primos, tios e tias, avós, cada um contribuiu à sua maneira para que eu estivesse aqui agradecendo por essa formação. Nem todos entendem muito bem o que é a vida acadêmica, mas todos são detentores de saberes únicos, que fazem deles indispensáveis onde quer que estejam – como pais, mães, filhos e outras posições no nosso campo familiar. Se não fossem os seus passos, talvez não tivesse a oportunidade de nascer para dar os meus. Gratidão por existirem exatamente assim.

Para além da família, outros anjos terrenos se fizeram essenciais nessa jornada. Começo emanando um abraço caloroso à minha orientadora Susana de Araújo Gastal em agradecimento a todos os anos de parceria na graduação e na pós. Foste tão bondosa comigo e tão acolhedora com meu coração que é justo todas as palavras que reservo a ti agora. Tua estrada me incentivou a caminhar. Paralela a ti, segui, embora por inúmeras vezes achasse que não seria capaz de concluir qualquer coisa. Nesses momentos você fez questão de se posicionar a minha frente, e como mulher, amiga e humana, me abraçou, acolheu meu choro, minha insegurança e me embalou para que eu voltasse a caminhar com a certeza que teu amor também estava comigo. Gratidão por acolher o desejo profundo de que a história de nossa luta conquistasse visibilidade na academia. Foste incansável ao contemplar esse horizonte comigo e, para mim, é uma honra defender essa dissertação que recebeu tua atenção, teu tempo e também teu amor e reconhecimento.

Estendo os agradecimentos a todos os professores e as professoras que, em diferentes momentos, se fizeram presentes no decorrer da jornada. Reconheço seu amor pela docência e me inspiro em suas habilidades para que um dia me torne a professora que sempre sonhei ser. Capaz de acolher verdadeiramente o outro, seja ele, aluno ou professor, e ajuda-lo a caminhar na direção do conhecimento de forma consciente e livre para que também encontre suas aspirações mais profundas. Especial agradecimento despendo à

professora Gisele Cemin por me auxiliar na construção dos mapas dispostos nesse trabalho.

Agradeço às minhas amigas, mulheres iluminadas e de coragem, que alimentam seus sonhos mais potentes diariamente enfrentando duramente o sistema, que cobra um preço alto à mulher que busca se realizar profissionalmente, intelectualmente e emocionalmente. Em especial à Andressa Reginato Homem, Natalia Cavagnoli, Jennifer Bauer Eme, Vanessa Pacheco de Andrade, Viviane Rocha (Duda), Bruna Leston e Andréa Peres, e também, chegada há anos em minha vida, à Daiane de Azevedo, que me acompanha espiritualmente há tantas vidas. Que esse agradecimento se expanda e alcance todas as mulheres que cruzaram meu caminho em quaisquer condições. Desejo que sempre que a alma sentir fome, sejamos capazes de retornar ao lar para que não esqueçamos do que nos instiga e nos motiva a caminhar sob esse plano terreno. Meu abraço está permanentemente disponível, honro suas presenças.

Agradeço também aos meus amigos, homens acolhedores e fieis aos seus propósitos. Faço questão de citar seus nomes: Marcos Vinícius, Vinícios Soares, Vinicius Augusto de Lima, Gabriel Godoi, Marcio Crestani, Darlan Scheid e Felipe Zaltron de Sá. Em diferentes momentos, seus abraços foram indispensáveis e sua perseverança na direção das conquistas me motivaram a caminhar na direção das minhas.

Agradeço a Deus por materializar as oportunidades e me ensinar com amorosidade e compaixão sobre minha missão na Terra. Aos meus guias e mentores espirituais por serem incansáveis na guarda pelo meu espírito e minha frequência vibracional. A mamãe Oxum por me cobrir com seu manto dourado em momento difíceis, acolhendo minhas dores como oportunidades para aprender sobre a mulher que sou. O mestrado me transformou como ser humano e me devolveu a capacidade de resgatar quem sou em essência. Não imaginei que os ganhos seriam tão abundantes a ponto de não conseguir enumerá-los. Mas essa é a verdade, o processo foi tão grandioso que termino essa fase com o coração cheio de amor e gratidão.

Agradeço à CAPES por financiar esse processo, e tornar possível a realização de mais um sonho na vida dessa jovem garota da periferia. Mais uma

vez, reitero que sou fruto de um governo que reconhece minha capacidade de ascender tendo o conhecimento como força propulsora. Os programas sociais que democratizam o acesso à educação me trouxeram até aqui e seguirei defendendo cada um deles nos espaços que ocupar – seja na academia, na comunidade ou no almoço de família.

No âmbito do PPGTURH, meus sinceros agradecimentos à secretária Regina, sempre tão acolhedora com os alunos e insistente em seus posicionamentos, impedindo que deixássemos de acreditar em nossos sonhos. Por compartilhar sua luz conosco e compreender nossos medos. Você também me ajudou a tornar isso possível!

Às funcionárias do bloco 46, bloco F, da própria Universidade e às trabalhadoras da limpeza e da portaria, por cuidarem e zelarem pelo espaço físico que abriga nossas salas de aula, salas de pesquisa, espaços esses que testemunham nosso andar apressado, ou nossos sorrisos largos a cada fim de aula. Sem o ofício de vocês, a realização do nosso também não seria possível.

Finalizo com um agradecimento especial aos colegas de mestrado e de doutorado por todas as partilhas em sala de aula e fora dela também. Somos um enorme time de sonhadores, que depositam esperança, discurso e ações na direção de um outro mundo possível. As grandes realizações sempre dependeram de ideias utópicas, sejam elas nascidas na mesa de um bar, na portaria de um prédio ou no interior de uma sala de aula. Que sejamos sempre orientados pelo senso de justiça e de amorosidade que permeia as relações entre os pares, para que curemos a nós mesmos, aos nossos semelhantes e ao Planeta, nossa grande casa, Pachamama!

A fome/2

Um sistema de desvínculos: Boi sozinho se lambe melhor... O próximo, o outro, não é seu irmão, nem seu amante. O outro é um competidor, um inimigo, um obstáculo a ser vencido ou uma coisa a ser usada. O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços.

Eduardo Galeano

RESUMO

A cidade, *locus* de convivência e sociabilidade humana, constitui-se na lógica da inclusão-exclusão em seu território. O turismo, atividade essencialmente urbana, consolidou-se como uma prática social excludente, a ser usufruída por elites econômicas, sociais e culturais, embora venha associado a discursos de inclusão. Portanto, a presente dissertação tem como objetivo discutir a possibilidade ou impossibilidade de encaminhar a viagem e o turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social. Os construtos teóricos que sustentam a abordagem referem-se à <cidade> e ao <turismo>, em ambos os casos enfatizando os processos que implicam a exclusão econômica, social e cultural – e turística – a partir da exclusão territorial decorrente da periferização de grupos populacionais. Como opção metodológica tem-se a Pesquisa Participante com posterior desenvolvimento de estratégia de Análise por Triangulação de Dados. O recorte espacial prioriza a comunidade Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz, localizada no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. De acordo com os dados levantados na pesquisa, reitera-se a condição periférica da comunidade em estudo, não só em termos territoriais, mas também econômicos e culturais, e que o turismo não se coloca como prioridade entre os dispêndios dos moradores da comunidade. Considera-se que a comunidade acorda com o discurso teórico sobre cidade, periferia e turismo. Indica-se que a exclusão econômica e territorial leva à exclusão cultural e turística, num ciclo que, ao se retroalimentar, aprofunda os processos. Infere-se, ainda, que a superação da exclusão econômica, por si só, não viabiliza o pleno exercício da cidadania na cidade, além de não possibilitar o exercício da viagem e do turismo como prática de inclusão social.

Palavras-chave: Turismo; Cidade; Exclusão; Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz, Caxias do Sul-RS, Brasil.

ABSTRACT

A city, the locus of coexistence and human sociability, constitutes a logic of inclusion-exclusion in its territory. Tourism, an essentially urban activity, has consolidated itself as an exclusive social practice, which benefits the economic, social and cultural elites, although their speeches present it as an inclusion practice. Therefore, this dissertation aims to discuss the possibility or impossibility of forwarding travel and tourism as an exercise to overcome economic exclusion and as a practice of social inclusion. The theoretical constructs that support the approach refer to <city> and <tourism>, in both cases emphasizing the processes that imply economic, social, cultural and tourist exclusion, which started with the exclusion of population groups that live in the periphery's urban areas. The methodological option was Participant Research and Data Triangulation Analysis as a strategy for data analysis. The spatial approach prioritizes the Marianinha de Queiroz Housing Cooperative, a community located in the municipality of Caxias do Sul, in the south of Brazil. According to the data collected in the research, the peripheral condition of the community under study is reiterated, not only in territorial terms, but also in economic and cultural terms, and that tourism is not a priority among the expenditures of the residents of the community. The data indicate that the community reproduces the theoretical discourse on city, periphery and tourism. It is indicated that economic and territorial exclusion leads to cultural and tourist exclusion, in a cycle that, by feeding itself back, deepens the processes. It is also inferred that overcoming economic exclusion, by itself, does not enable the full exercise of citizenship in the city, in addition to not enabling the exercise of travel and tourism as a practice of social inclusion.

Keywords: Tourism; City; Exclusion; Housing Cooperative Marianinha de Queiroz, Caxias do Sul-RS, Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Atenas, com destaque à Acrópole, pólis grega	24
Figura 2 – A praça pública, palco das feiras.....	26
Figura 3 – Paris medieval: universitária, política e econômica	28
Figura 4 – Ordem de mendicantes rumo à cidade	29
Figura 5 – Ambrogio Lorenzetti, La Citè, 1346	33
Figura 6 – Paris pré-Haussman vista por Charles Marville.....	34
Figura 7 – A Paris de Haussmann.....	36
Figura 8 – Trajeto das Cruzadas	57
Figura 9 – Proposição de triangulação	95
Figura 10 – Fotografia aérea contextualizando Caxias do Sul	98
Figura 11 – Fotografia aérea do Município de Caxias do Sul-Brasil com localização da Comunidade	99
Figura 12 – Ocupação da área em 1988	100
Figura 13 – Ocupação da área em 2020 sinalizando os serviços urbanos disponíveis atualmente.....	101
Figura 14 – Casas no pátio da escola, aprox. 1990	108
Figura 15 – Condição das casas na ocupação, aprox. 1997.....	110
Figura 16 – Rua de acesso à ocupação, aprox. 1997	110
Figura 17 – Foto atual da rua, 2019	111
Figura 18 – Barranco ao lado da rua, aprox. 1997	111
Figura 19 – Foto atual do barranco ao lado da rua, 2019.....	112
Figura 20 – Área ocupada antes da Zona de Tratamento de Efluentes (ZTE), aprox. 1997	113
Figura 21 – Foto atual da ZTE, 2019.....	113
Figura 22 – Casas em zona de risco, aprox. 1997	114
Figura 23 – Foto atual da área, 2019	115
Figura 24 – Foto atual da rua sem saída.....	116
Figura 25 – Foto atual da escola local.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma de coleta de dados	88
Quadro 2 – Domicílios não participantes.....	89
Quadro 3 – Grupo focal História da Comunidade.....	106
Quadro 4 – Composição familiar	118
Quadro 5 – Número de residentes no domicílio	119
Quadro 6 – Renda familiar mensal.....	119
Quadro 7 – Maior grau de instrução na família	120
Quadro 8 – Faixa etária dos residentes do domicílio	121
Quadro 9 – Faixa etária dos respondentes	121
Quadro 10 – Gênero dos respondentes	122
Quadro 11 – Categoria de emprego dos respondentes	122
Quadro 12 – Grau de instrução dos respondentes.....	123
Quadro 13 – Opções de lazer feriados/férias.....	127
Quadro 14 – Grupo focal: Vamos falar sobre cidade?	129
Quadro 15 – Grupo focal: Pensando em turismo juntos!.....	133

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	PERCURSO TEÓRICO: CIDADE E TURISMO	20
2.1	CIDADE: PERCURSO HISTÓRICO E A LÓGICA DA EXCLUSÃO- INCLUSÃO	21
2.1.1	Cidade Antiga, por Coulanges e Mossé	22
2.1.2	Cidade medieval, por Le Goff	25
2.1.3	Cidade Moderna, por Pesavento	33
2.1.4	Cidade contemporânea	37
2.1.5	A eminência da exclusão social nas cidades	39
2.1.7	Discutindo periferia e subúrbio.....	46
2.2	TURISMO: HISTÓRICO SOB A LÓGICA DA INCLUSÃO-EXCLUSÃO ..	53
3	PERCURSO METODOLÓGICO	77
3.1	PESQUISA PARTICIPANTE COMO OPÇÃO METODOLÓGICA	79
3.2	TRILHA INVESTIGATÓRIA.....	85
3.2.1	Caminhos da fundamentação teórica	86
3.2.2	Análise de documentos	86
3.2.3	Levantamento de perfil	87
3.2.4	Grupo focal	89
3.3	APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS PELA ESTRATÉGIA DE TRIANGULAÇÃO	94
4	CONTEXTUALIZANDO O OBJETO EMPÍRICO: UMA HISTÓRIA DE LUTA NA CIDADE	97
4.1	PERCURSO HISTÓRICO	99
4.1.2	Grupo Focal História da Comunidade: da luta à conquista.....	105
4.2	PERFIL DA COMUNIDADE	118

5	REFLETINDO SOBRE O DISCURSO: SINALIZADORES EMERGENTES	
	125
5.1	LAZER, VIAGENS E TURISMO NA COMUNIDADE	125
5.2	DISCUTINDO OS GRUPOS FOCAIS	128
5.2.1	A voz da periferia: Vamos falar sobre cidade?	129
5.2.2	Uma viagem à escuta: pensando em turismo juntos!	132
5.3	COMPREENDENDO OS ACHADOS PELA TRIANGULAÇÃO.....	137
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS.....	151
	APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa.....	160
	APÊNDICE B – Opções de lazer dias úteis	163
	APÊNDICE C – Opções de lazer fins de semana	165
	APÊNDICE D – Motivos para ir ao centro.....	167
	APÊNDICE E – Ocupação dos respondentes	168

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação contempla a continuação de investigação empreendida para a realização do meu trabalho de conclusão de curso, como Bacharela em Turismo. Antes, como agora, partiu de uma inquietude surgida da reflexão sobre meu lugar no mundo. Sou mulher, estudante e beneficiária de programas governamentais que viabilizam o acesso à Universidade a pessoas com baixa renda no núcleo familiar. Moradora de uma comunidade periférica, sempre estudei em escolas públicas e acompanhei de perto o processo formativo de muitos colegas e amigos que hoje, infelizmente, não podem compartilhar comigo, deste plano terreno.

A comunidade na qual cresci – e não nasci, porque quando meus pais chegaram em Caxias do Sul, foram locatários de outros imóveis na cidade – provém da ocupação de uma área, antes pública e pertencente à municipalidade, localizada na região nordeste de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990, diversas famílias de migrantes tiveram conhecimento da área e começaram a montar seus <barracos>¹, construções corriqueiramente encontradas em invasões. Na época, cerca de 65 famílias ocuparam, em pouco tempo, o terreno que atualmente abriga 155 famílias regularmente. Após diferentes processos e pressão junto ao Poder Público, associados à organização social e econômica do grupo ocupante, nasce a Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz.

Posto isso, busquei um caminho de pesquisa que permitisse refletir sobre a conjuntura social, econômica e turística de comunidades periféricas, no intento de uma aproximação teórica ao fenômeno da exclusão presente na gênese da cidade e/ou condição para que se constitua como tal. E, posteriormente, como o turismo se apresenta no contexto dos sujeitos submetidos à periferização considerando causas e consequências das mesmas.

Nesse sentido, também se faz pertinente compreender minha trajetória no Turismo. Desde muito pequena sonhava em ser artista, portanto, considero

¹ O termo caracteriza construções precárias de pequenas habitações, nas quais se utilizam de recursos como madeira, palha, telha ou zinco, geralmente construídos em morros ou favelas. Fonte: Dicionário online de português, disponível em <<https://www.dicio.com.br/barraco/>>. Acesso em: 30 abr. 2019.

que minha aproximação ao estudo no Turismo como acidental, mas gratificante também. Refletir sobre o vislumbre das viagens nunca foi uma prioridade pessoal. Conheço muitos lugares só pela televisão – aspecto comum para nós, pobres –, então o turismo estava muito distante de meu horizonte de estudos. Para crescer, era necessário escolher o que ser, uma profissão que fosse financeiramente rentável. Meu olhar começou a mudar ainda no ensino médio, na ocasião de uma visita à Universidade de Caxias do Sul. Era o momento de decidir o que ser: pedagoga ou engenheira química? Mas, a visita me levou até pessoas felizes com a formação em Turismo. Escolhi Turismo porque desejava ser feliz!

A verdade é que ainda viajo pouco, mas as recompensas do meu ofício são prazerosas. Atuando como Guia de Turismo, cujo ofício exigiu outra formação, tenho conhecido lugares incríveis e é inevitável refletir sobre o restrito acesso de camadas significativas de pessoas à emoção de deslocar-se no espaço e... no tempo.

Agora, como um potencial desdobramento em termos de aprofundamento teórico e metodológico da pesquisa iniciada ainda na graduação, oriento-me a partir da possibilidade de encaminhar a viagem e o turismo como exercícios de superação da exclusão econômica, social e cultural, tendo como premissa compreender qual a visão e as possíveis vivências turísticas dos moradores da comunidade, para, assim, (re)pensar o turismo pela via da inclusão social.

Detive-me, ao organizar a dissertação, em apresentar os construtos teóricos capazes de subsidiar as posteriores análises provenientes da pesquisa *in loco*. Para tanto, descrevo a cidade, da primeva à contemporânea, e sua lógica associada inclusão-exclusão praticada em seu território, bem como, traço o percurso histórico-social do Turismo enquanto uma prática social associada à mesma tensão, separando os que viajam daqueles que não têm direito ao desfrute da experiência de ir além das fronteiras dos seus pequenos mundos.

A Cidade enquanto *locus* de vida e de sociabilidade, desenvolveu-se a partir da necessidade de convivência entre os seres humanos e de sua segurança. Antes da aglomeração de casas em uma extensão territorial menor,

os ditos clãs, núcleos familiares viviam no espaço rural, isolados uns dos outros, e sua fonte de subsistência dependia do cultivo da terra. Foi pela necessidade de segurança e desenvolvimento de espaço de troca e comércio de mercadorias entre os núcleos familiares, que as primeiras cidades começam a se constituir. A relação dos cidadãos com o campo nem sempre foi de dependência, pelo contrário. Embora o campo tenha ajudado a dar vida à cidade, ela mesma é que furtaria sua vitalidade pelo desenvolvimento de um modo de vida urbanizado, contrário ao que seria a rusticidade do campo.

O Turismo, por sua vez, consolida-se como uma prática social à medida em que a sociedade se transforma e passa a incorporar ao seu cotidiano, diferentes meios e recursos que facilitam, além de sua sobrevivência, os seus deslocamentos no espaço. Detive-me, especialmente, em encontrar sinalizadores do desenvolvimento da prática, que pudessem apontar como determinadas camadas sociais são excluídas de seu desfrute por razões econômicas, em diferentes momentos ao longo de sua vivência na periferia.

A busca, nesta dissertação, foi a de descrever como a lógica inclusão-exclusão está presente tanto na constituição da Cidade, quanto do Turismo. Posteriormente, busquei entender se a exclusão na Cidade afeta os deslocamentos dos sujeitos que a vivenciam e se é possível, a partir do que eles próprios concebem como ato de viajar, pensar o Turismo como ato de resistência à sistemática que organiza tanto um fenômeno (Cidade), quanto o outro (Turismo).

Para tanto, apresento como problema de pesquisa: Considerando-se que a Cidade se constitui historicamente pela lógica da inclusão-exclusão e que o Turismo, enquanto prática primordialmente urbana, segue na mesma ênfase, questiona-se qual a visão e as possíveis vivências de moradores de uma comunidade periférica em Caxias do Sul/RS (Brasil) em relação ao Turismo?

Nesse sentido, estrutura-se o objetivo geral da proposta de pesquisa: Considerando que a Cidade e o Turismo se constituem pela lógica da inclusão-exclusão, levantar e discutir a visão e possíveis vivências de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS, questionando a possibilidade ou impossibilidade

de encaminhar a viagem e o turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social.

Esse objetivo desdobra-se nos quatro objetivos específicos descritos a seguir:

1. Apresentar a Cidade e o Turismo na sua constituição histórica conexas à exclusão social, econômica e cultural;
2. Apresentar a comunidade em estudo (a) a partir de seu processo histórico de constituição; e (b) da consolidação de seu perfil socioeconômico na atualidade, correlacionando-o aos dados do IBGE sobre a pobreza no Brasil;
3. Consolidar a visão da comunidade no que se refere ao tempo livre e ao Turismo vivenciados ou percebidos;
4. Discutir, a partir dos posicionamentos dos sujeitos em relação à Cidade e ao Turismo, se é possível encaminhar a Viagem e o Turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social.

Considerando tais objetivos, a dissertação estrutura-se em seis capítulos.

O primeiro, após esta Introdução, apresenta o referencial teórico que abrange o histórico de constituição da Cidade da antiga à contemporânea, perpassando pelo subcapítulo em que são elucidados os aspectos relacionados à eminência da exclusão social nas cidades e finalizando com a discussão sobre os termos periferia e subúrbio, no intento de sua diferenciação semântica.

Posteriormente, trago o percurso metodológico dessa pesquisa, abordando o contexto em que surge a Pesquisa Participante como estratégia metodológica e suas principais características, a descrição das técnicas de pesquisa aplicadas no âmbito dessa dissertação, bem como a estratégia de análise dos dados, denominada Análise por Triangulação de Dados.

No prosseguimento, tem-se a contextualização da comunidade em estudo, seu percurso histórico traçado a partir do Livro de Atas da Cooperativa e de depoimentos coletados durante a realização de um grupo focal sobre a temática, e a descrição do perfil socioeconômico das famílias moradoras na área.

O quinto capítulo apresenta os dados coletados em outros dois grupos focais, tendo as temáticas Cidade e Turismo, respectivamente, e a discussão

relacionada às respostas das questões abertas, contidas no questionário sobre o perfil socioeconômico das famílias. Ainda nesse subcapítulo, trouxe a análise por triangulação possível a partir desses dados.

O último capítulo se refere às considerações finais, em que discorro sobre o percurso de pesquisa e as reflexões possíveis a partir de sua estrutura e aprofundamento teórico e metodológico.

Encerro a apresentação de minha dissertação com um trecho da música *Fermento pra massa*², do artista Kleber Cavalcante Gomes, de nome artístico Criolo. Homem, negro, cantor, produtor, músico, rapper e ator brasileiro, nascido na comunidade do Grajaú, São Paulo (capital), em suas críticas ao sistema capitalista, felizmente, insiste em refletir sobre a conjuntura do trabalhador, do favelado, do periférico nas letras que compõe:

Hoje eu vou comer pão murcho/Padeiro não foi trabalhar/ A cidade tá toda travada/ É greve de busão tô de papo pro ar/ [...] Tem quem desvie dinheiro e atrapalha o padeiro/ Olha aí, seu doutor!/ Eu que odeio tumulto/ Não acho um insulto manifestação/ Pra chegar um pão quentinho/ Com todo respeito a cada cidadão./ [...] Farinha e cachaça é fermento pra massa/Quem não tá no bolo disfarça a desgraça/Sonho é um doce difícil de conquistar/Seu padeiro quer uma casa pra morar.

Em virtude do cenário de pandemia que se mantém no Brasil desde março desse ano, considero importante ressaltar que os dados coletados junto à comunidade correspondem ao perfil socioeconômico das famílias antes dessa conjuntura. Atualmente, muitos chefes de família enfrentam dificuldades ainda maiores para suprir as necessidades básicas de seus familiares e, nós, atuamos na condição de pontes para levar alimento e segurança aos mais necessitados. Discorri sobre a situação das famílias da comunidade em um texto testemunho publicado pela Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, intitulado ‘Testemunho: a pandemia vivida do lado de cá’, os dados da edição podem ser encontrados na lista de referências³.

² A música é uma dentre as dez faixas que compõe o álbum “Convoque seu buda”, lançado pelo artista em novembro de 2014. O álbum traz misturas de rap com música africana e tem como tema central a realidade social do Brasil.

³ Testemunho disponível em <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8888/pdf>>. Acesso em 21 de julho de 2020.

2 PERCURSO TEÓRICO: CIDADE E TURISMO

Neste capítulo apresento os construtos teóricos necessários à contextualização da pesquisa. No decorrer do capítulo, discorro sobre as construções teóricas que serviram de base para as análises posteriores, tendo como premissa compreender em que medida o Turismo se insere na conjuntura dos moradores da comunidade periférica Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz, adotada como objeto empírico de estudo.

O presente capítulo estrutura-se de forma a conduzir o leitor à compreensão de como a Cidade se constitui como um espaço excludente, à medida em que prevê a inclusão, ainda que isso se dê apenas pela religião ou pelo trabalho⁴. Será possível encontrar descrições de como se dá o processo de exclusão desde a cidade antiga, enfatizando a grande civilização da Grécia Clássica, perpassando pela cidade medieval, para a qual Jacques Le Goff orienta-me na leitura de sua composição. A cidade moderna será apresentada conforme construção de Sandra Pesavento, a partir de sua leitura literária de Paris, a emblemática metrópole da Modernidade. Por fim, a aproximação à cidade contemporânea, tônica da atualidade, seguindo Ângelo Serpa e Milton Santos.

Posteriormente, o intento gira em torno de refletir a eminência da exclusão social na cidade, baseando-me em Milton Santos e Adir Ubaldo Rech. Encerro com a discussão sobre periferia e subúrbio e como a semântica dos termos, bem como as contribuições dos autores referidos, atribui características diferentes a cada um desses espaços, conforme são nominados.

No que se refere ao construto relacionado ao Turismo, apresento o percurso histórico de consolidação da prática e como ela se constitui como excludente à medida em que os lugares ditos “turísticos” só recebem tal adjetivação por serem frequentados, primeiramente, por parcelas da sociedade com maior poder aquisitivo (BOYER, 2003). Por questões de saúde, status ou divertimento, a viagem foi, no decorrer do tempo, um privilégio de desfrute da

⁴ Permito-me lembrar ao leitor que para cada subitem do capítulo sobre <cidade> há farta bibliografia relacionada a cada tema, no entanto, dada a pertinência da contribuição de cada um dos autores nos quais me apoiei para a construção teórica, reitero que se trata de uma escolha, não de uma limitação de produção.

aristocracia e da alta burguesia. Se hoje ela é realizada por outras parcelas da população, ainda de acordo com Boyer (2003), elas o fazem, como uma imitação do que a classe dominante vem consagrando há séculos. Talvez se deva a isso, ainda, como decorrência do processo, o fato de que são as camadas sociais com maior precariedade econômica e com menor acesso à cultura, as mais excluídas.

2.1 CIDADE: PERCURSO HISTÓRICO E A LÓGICA DA EXCLUSÃO-INCLUSÃO

A Cidade é o lugar em que se estabelecem os seres humanos, em um primeiro momento para se protegerem dos perigos externos. Assim, ela nasce para cumprir a função antropológica de abrigar em seu interior, pessoas de todas as tribos, crenças e hábitos, sendo, assim, símbolo de convivência (RECH, 2007). Para Rolnick (1995), a Cidade advém de um processo de sedentarização, demarcando uma nova relação das pessoas com a natureza: para plantar e colher é necessário fixar-se, mesmo que temporariamente, em algum território (RECH, 2007).

Rodeadas de muros desde a Antiguidade, era ali que a vida humana acontecia e se instituía, sendo necessário um poder político-institucional capaz de regular as atividades estabelecidas (ROLNICK, 1995). Rolnick ainda faz uma analogia, comum ao se falar sobre Cidade: ela é ao mesmo tempo ímã e escrita. Ímã porque atrai significativas populações dado o seu prestígio, e escrita porque ao ser construída, edificada, ela comunica aos passantes suas sinceras finalidades. Nas suas mais diversas formas, sinaliza seu poder interior e suas riquezas.

Hoje, os muros são simbólicos e há que se considerar que a Cidade ainda se configura como espaço de exclusão e inclusão. Postulada por regras de convivência humana, ela institui seus parâmetros para que as pessoas se estabeleçam e prosperem em seu interior. Essas regras, ditadas pela classe dominante, detentora do poder, determinam como se dá a divisão espacial em seu interior, tendo como premissa que famílias mais abastadas têm um lugar privilegiado nos centros urbanos, contraposta à exclusão social pelo poder econômico de outras tantas parcelas da população.

2.1.1 Cidade Antiga, por Coulanges e Mossé

Sigo, apoiada em Coulanges (1961), para explicar a conformação da Cidade na Antiguidade, não sem destacar que, antes de se pensar na sua formação, é importante o fato de que as tribos desempenharam um papel precursor sobre o que se conceberia como Cidade, na Grécia Antiga. Nesse período, os deuses familiares regravam a vida privada e os atos dos humanos. A família era a formação de grupo possível e o culto ao deus doméstico – protetor daquele lar e daquela família – advinha dos antepassados de laços sanguíneos. As pessoas, submissas às forças da natureza, dependiam da luz do sol e temiam a escuridão e as chuvas, que comprometiam o cultivo da terra. Portanto, a fraqueza diante das forças naturais, influencia na constituição de agrupamentos que talvez viessem a se transformar em cidades pela necessidade de segurança frente aos perigos externos.

A mudança da concepção religiosa maior permite a constituição das frátrias ou cúria, pequenos grupos formados pela associação de famílias que conceberam um deus superior aos deuses domésticos. As frátrias mantinham altares e cultos religiosos de oferta do fogo sagrado e banquetes fúnebres (por ocasião da morte de alguém) ao deus protetor. Em dias de festa, eram feitos sacrifícios, nos quais a carne era oferecida à divindade.

A junção de frátrias deu início às tribos. As tribos tinham um funcionamento próprio, suas assembleias e normas das quais os membros eram submissos. Os elementos divinizados nessa religião da natureza física eram o Sol, as nuvens, a noite, e dos cultos eram excluídas pessoas estranhas ao grupo. Aqui, já é possível sinalizar que, à época das frátrias, a inclusão de novos membros se dava pelo compartilhamento da crença na mesma divindade cultuada pelo grupo.

“As tribos que se agruparam, para formar uma cidade, jamais deixaram de acender o fogo sagrado e de instituir uma religião comum [...]” (Ibidem, p. 194) e foi nela mesma que se ergueram os templos. No entanto, o surgimento das cidades não extinguiu a independência religiosa das tribos e das famílias. O direito privado subsistia nas cidades semelhante àquele instituído na época de isolamento das famílias. Sendo assim, a Cidade não é um agrupamento de

indivíduos, mas uma confederação de vários grupos. Cada ateniense fazia parte de quatro sociedades distintas e para cada uma delas ele era apresentado: à família, à frátria, à tribo e à cidade.

Sob espaços escolhidos pelas divindades, demarcados os limites pelo chefe da tribo chegada, a fundação da Cidade era um ato religioso. Ali, no interior dos limites nos quais eram construídas muralhas, é que a vida aconteceria. A Cidade não se formava com o tempo, mas era construída em um dia, era

[...] a associação religiosa e política das famílias e das tribos. [...] Uma vez que as famílias, as frátrias e as tribos concordavam em se unir, e em adotar o mesmo culto, logo se fundava a cidade, para ser o santuário desse culto comum. Também a fundação de uma cidade sempre constituiu ato religioso (COULANGES, 1961, p. 205-206).

Os banquetes aconteciam nos templos e eram oferecidos à divindade da cidade, sendo prestigiados por todos os cidadãos. Ausentar-se desse evento implicava a perda dos direitos políticos e civis. Ao mesmo tempo, o estrangeiro não tinha permissão para participar do evento religioso, pois era rejeitado pelo deus e, conseqüentemente, pelos seus cidadãos. Uma pessoa, na época, não poderia sair de uma cidade para outra e tornar-se cidadão em ambas, pois lá já tinha um deus e lugar de morada. Ainda, a “[...] religião não permitia que o estrangeiro se tornasse proprietário, porque ele não podia possuir parte do solo religioso da cidade” (Ibidem, p. 307).

A Cidade na Grécia Antiga - *pólis* ou cidade-estado -, constitui-se no século VIII a.C. e perdura até o surgimento dos Reinos Helenísticos do século III a.C., compreendendo a época arcaica de 776 a 480 a.C., ano dos primeiros Jogos Olímpicos e da Batalha de Salamina, respectivamente, perpassando pelos séculos quinto e quarto do período clássico (SOUZA, 2006). Tem-se Atenas e Esparta como as duas *pólis* mais importantes. Geralmente localizadas próximas ao mar, o poder da cidade-estado caracterizava-se pelo movimento de expansão em direção à costa do Mar Mediterrâneo (MOSSÉ, 2004). A demanda por expansão, segundo o autor, dava-se em virtude do crescimento demográfico do país e a busca por novos produtos, dos quais a Grécia não dispunha, como o ferro e o estanho (Ibidem, p. 11).

Marcada pelo estabelecimento de outras cidades-estado autônomas, independentes da cidade-estado mãe, ou seja, da metrópole da qual eram precedentes os colonizadores, a expansão territorial grega alcançou, até o século VI a.C., quase que toda a extensão da costa do Mediterrâneo, perpassando pela Itália, Espanha e Egeu, até as margens do Rio Negro (MOSSÉ, 2004). As transformações mais importantes ocorridas durante os séculos de expansão foram o desenvolvimento do comércio marítimo e das trocas, a evolução do artesanato e a adoção da falange holíptica - uma mudança na estruturação do poder militar grego, antes de formação predominantemente aristocrata, mas que passou a abranger números maiores de pessoas da população cívica, pelo acesso à função militar (Ibidem).

Segundo Mossé (2004), enquanto a Grécia registrava o nascimento do pensamento científico e filosófico, as disputas protagonizadas entre gregos e persas se intensificavam no século V. Forma-se, então, o império ateniense fruto de alianças com os gregos das Ilhas e do Norte do Egeu. Os tributos, arrecadados das cidades aliadas, tornou Atenas uma maravilha arquitetônica, centro de vida intelectual e artística.

Figura 1 – Atenas, com destaque à Acrópole, pólis grega



Fonte: Magari Blu⁵

Porém, a vigilância estreita sobre a vida política das cidades do Império era corriqueira, uma vez que buscavam pela hegemonia da democracia grega a

⁵ Disponível em < <https://www.magariblu.com/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

todo custo, um indicativo de que qualquer outra forma de organização política era excluída de sua possibilidade de exercício (Ibidem).

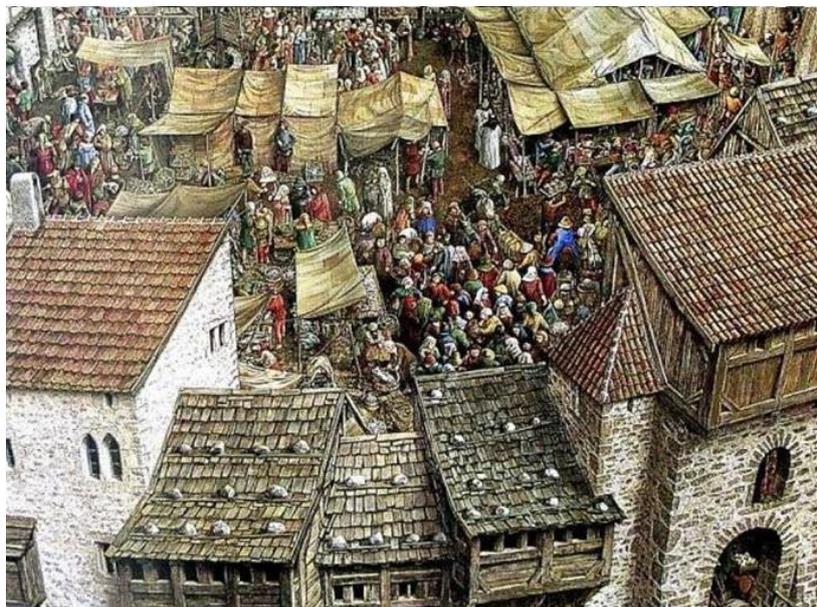
Os contrários à democracia tomaram as cidades-estado em 405, com a hegemonia Espartana e, até 355, a aliança ateniense tentou, por diversas vezes, o domínio. Porém, logo após isso, as cidades começaram a registrar conflitos internos entre oligarcas e democratas, pobres e ricos. O enfraquecimento da Grécia deu espaço à hegemonia macedônica com Filipe II conquistando parte da Grécia e expandindo, com o apoio de Alexandre, até chegar à conquista da Ásia Maior. A última tentativa de reação dos gregos à Macedônia, após a morte de Alexandre, culminou na substituição da democracia pelo regime censitário.

A partir daí o antigo mundo grego deixou de ser o centro da política egéia, e os Estados gregos passaram a ser apenas comparsas nas lutas políticas que opunham entre si os reinos nascidos do império de Alexandre. Quanto à vida cultural e artística, esta iria se desenvolver a partir de então nas capitais desses novos Estados; uma vida cultural que buscava ligar-se à tradição grega, mas à qual faltaria o que caracterizara o mundo grego na época clássica: a dimensão política, e essencial, da vida da pólis (MOSSÉ, 2004, p. 14).

2.1.2 Cidade medieval, por Le Goff

Neste subitem, apoiei-me em Jacques Le Goff, um importante historiador francês especialista em Idade Média, tendo como obras principais consultadas *O apogeu da cidade medieval* e *Por amor às cidades*. Para Le Goff (1998), a transição da Cidade Antiga para a Cidade Medieval pode ser demarcada, em primeiro lugar, pela substituição do templo, considerado ponto de referência na cidade antiga, pelas igrejas acompanhadas de seu sino, normalmente instalado no campanário, uma construção fora do corpo construtivo da igreja. Houve, também, uma mudança na finalidade da praça pública, que passou a situar-se na parte fronteira a igreja, e que se torna espaço de feiras e de manifestações culturais, enquanto as discussões sobre a vida social se concentram no interior das igrejas.

Figura 2 – A praça pública, palco das feiras



Fonte: Blog da arquitetura⁶

A Igreja Católica tinha a hegemonia do poder sobre a cidade medieval. Era ela que conferia legitimidade às relações que aconteciam entre o campesinato e a nobreza da época. O sino é considerado, pelo autor, como um elemento simbólico na cidade, pois era ele que regulava a vida civil de acordo com o tempo da Igreja e dos clérigos. Ao tocar, no alto do campanário e, mais tarde, da torre, ele poderia ser ouvido por aqueles que habitavam também o campo, fora da muralha. A adoção do sino revolucionou não só a arquitetura religiosa, como também instituiu um ritmo de trabalho e de funcionamento da vida dos cidadãos, organizando as horas de preces e de ofícios e de trabalho agrícola (LE GOFF, 1992).

Cristãs, as cidades medievais urbanizaram os mortos, pois passaram a construir os cemitérios em seu interior. Mas também urbanizaram os cultos, antes realizados junto à natureza, que passaram a ser realizados dentro da cidade. O século XI é o período de grande urbanização a partir de núcleos, comandados por um senhor eclesiástico ou por um senhor feudal, que governam a partir de postos de comando: o palácio episcopal e o castelo, respectivamente.

⁶ Disponível em <<https://blogdaarquitectura.com/como-era-urbanismo-das-cidades-europeias-durante-o-periodo-medieval/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

Em torno desses postos de comando constituem-se dois tipos de territórios: de um lado, a cidade propriamente dita, cingida em torno deles e entremeadada de campos, e, de outro, os burgos da periferia. [...] A cidade vai portanto lançar seu poder sobre certa extensão em volta, na qual exercerá direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará subúrbio (LE GOFF, 1998 p.17).

Esses dois territórios, separados por uma muralha, tornam as relações entre a cidade e o subúrbio interdependentes. Ou seja, há uma certa permeabilidade que faz com que, mesmo excluído, o subúrbio ainda mantenha um *status* necessário à cidade. O elemento mais importante da realidade física e simbólica das cidades medievais foi a muralha, construída para proteger os cidadãos, abrangia pequena parte de terra cultivada em seu interior e separava-se do subúrbio e de vastas extensões de campo. Os pobres habitavam tanto um quanto o outro (LE GOFF, 1992).

A ordem dos mendicantes, como o autor apresenta, de dominicanos e franciscanos, registra um importante momento do vaivém entre cidade e subúrbio. Cumpriam o papel, no século XIII, de mostrar às populações da cidade exemplo de pobreza e de humildade, reconhecendo as lições de movimentos sociais insurgentes na cidade, que questionam o poder de domínio dos senhores. Os mendicantes eram inscritos no espaço da cidade a partir de donativos, terras normalmente localizadas no limite ou fora de sua extensão manifestando “[...] o caráter subordinado e pobre do subúrbio [...]” (Idem, 1998, p. 19).

Na Idade Média, a cidade estava cercada pelo campo, no qual se dava a agricultura e, depois dele, a desconhecida e perigosa floresta. A riqueza, no interior da cidade, gera-se a partir de mercadores, de burgueses e da atividade do comércio mesclado ao artesanato. Nasce uma economia monetária que concebe, posteriormente, um ideal de igualdade e de divisão social da cidade, para aqueles que eram economicamente ativos nesse sistema (LE GOFF, 1998).

A cidade de Paris, no século XII é emblemática no Ocidente. Nela, residiam famílias aristocráticas com forte poder de consumo e, fora da cidade, morava a mão-de-obra, concentrados em subúrbios, até a Revolução Industrial. Ali, nos subúrbios, era desenvolvido o artesanato e, no centro da cidade, se instalavam as atividades tidas como locais de abastecimento. Paris era dividida em

três partes: a econômica, a política e a universitária, concentradas em regiões diferentes. Ainda assim, a atividade agrícola persiste na cidade, sendo a desruralização um fenômeno ocorrido só no século XIX.

Figura 3 – Paris medieval: universitária, política e econômica



Fonte: Pinterest⁷

As funções desempenhadas pela cidade medieval são a troca, a informação, a vida cultural e o poder, diferentemente da cidade antiga, que desempenhava essencialmente uma função econômica de produção e comercialização de produtos. Dentre as atividades de maior importância na cidade medieval tem-se a construção e a tecelagem, que empregava [embora a inexistência de regulamentação] operários e operárias das cidades. Daí depreende-se a relevância da *Place de la Grève*, no centro de Paris, lugar que concentrava trabalhadores que reivindicavam, através de revoltas, por melhores condições de trabalho, já que somavam uma mão-de-obra precarizada.

Le Goff (1998) atribui a este movimento, atrelado ao crescimento demográfico e da economia, a criação de um novo tipo de população urbana marginal, que vive nos limites da pobreza, miséria e criminalidade, e, no caso das mulheres, entre a miséria e a prostituição. Os riscos de precarização

⁷ Disponível em <<https://br.pinterest.com/pin/7318418128250089/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

emergentes na Idade Média persistem atualmente sob formatos semelhantes de trabalho por diária ou contrato temporário.

O trabalho, na Idade Média, tem um valor ressignificado em relação à Antiguidade, na qual os ofícios eram menosprezados e tinha-se o camponês como pagão por excelência. Assim, a grande valorização do trabalho acontece na cidade e os ofícios reconhecidamente produzem e desempenham papéis úteis às populações locais. O trabalho tem um valor religioso. Em compensação, não há lugar para o preguiçoso, o ocioso dentro da cidade. Ao pobre, resta a mendicância ou o roubo e, nesse sentido, a própria mendicância urbana é reconhecida como algo desejado. No entanto, os mendicantes iam até os muros da cidade, mas em geral não eram autorizados a entrar, exceto quando fosse conveniente que os burgueses exercitassem a caridade em nome da salvação de suas almas.

Figura 4 – Ordem de mendicantes rumo à cidade



Fonte: Editora Cléofas⁸

Ainda no século XII, no que tange ao lazer, renascem os teatros em igrejas e monastérios, tendo as praças como palco. As peças encenadas traziam aspectos referentes à liturgia, comédias e se caracterizavam como um forte apelo à população urbana para defender a cultura que ela mesma criava. Além

⁸ Disponível em <<https://cleofas.com.br/historia-da-igreja-os-movimentos-em-prol-da-pobreza/>>. Acesso em 30 abril 2020.

dos feriados cristãos, o Carnaval e outras festividades passam a ser consideradas urbanas.

Duas inovações muito importantes marcaram a época: de um lado, a linguagem dos artesãos e dos mercadores e, de outro, a da praça pública, palco de acontecimentos e da arte do comércio. É também expresso o espaço da universidade na cidade medieval. Nele aproximam-se mestres, estudantes e formas corporativas que lhe permitiam funcionar. No entanto, as universidades, ao resistirem às imposições da cidade, submetem-se à igreja e os estudantes acabam por perder autonomia, uma vez que a Igreja combatia o livre-pensamento. Os universitários representavam um corpo estranho na cidade, frequentemente hostilizados.

A cidade medieval é marcada por torres, ruas infernais, muralhas, praças paradisíacas, paranoia por segurança e a idealização de convivência harmoniosa entre as classes. “A segurança é, sobretudo, uma obsessão urbana, muito consciente e muito viva” (Ibidem, p. 72). Dentre os crimes a serem combatidos estavam a morte e o roubo. Este último demandava punições severas aos praticantes. Para evitar o arrombamento das casas, usavam chaves nas portas e nos cofres.

Os ataques aos cidadãos eram feitos por bandos rurais ou bandos tratados como *vagabundos* que adentravam a cidade e a saqueavam. Ao mesmo tempo, o atendimento aos necessitados era incumbência do serviço público, representado pela misericórdia e pela caridade que geria os *hôtels-Dieu* ou asilos para abrigar os pobres e os doentes. A questão de seguridade social não existia na cidade, o sujeito que ficava doente, perdia o emprego e dependia da caridade dos cidadãos. Com o apoio da Igreja, esses lugares serviam como referência aos desabilitados e, simultaneamente, um mecanismo de aprisionamento, de exclusão.

O rei utilizava-se das ordens mendicantes e desses asilos para promover-se em suas viagens. A representação da ocupação do rei pela misericórdia significava certa sociabilidade entre as diferentes categorias sociais. Além disso, são os cidadãos os incumbidos de responsabilidade cristã. Os camponeses eram menosprezados no mundo medieval, porque acreditava-se

que eram pouco capazes. Só o que se queria do camponês eram suas rendas, o dízimo e que ele não fosse um criminoso na cidade. Por ser preparada no modelo feudal desigual e antidemocrático, a cidade medieval não conseguiu ser a realização do ideal de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (p.91).

O poder da cidade está sob as mãos do bispo, depois da queda do Império Romano nos séculos IV e VI, o senhor das riquezas e dos prestígios. Com o início da feudalidade, o poder passa para as mãos de um senhor, que domina cada região. O movimento de emancipação da cidade, impulsionado no fim do século XI e século XII é chamado de Revolução Comunal, que previa a retirada do senhor da cidade e a tomada do poder pelos burgueses, os novos ricos da cidade.

Vindos dos burgos, dos chamados subúrbios da cidade, os burgueses eram representados em grande parte pelos comerciantes e a comuna deu espaço a uma inédita forma de organização coletiva de poder. Disso também decorre uma outra concepção de família, antes ampliada e de convivência conjunta entre aparentados, à família nuclear, formada somente por pais e filhos.

O que se concebia como um bom governo, tomando de empréstimo da dicotomia aristotélica do bom e do mau, era que ele prezasse por dois grandes valores: a paz e a justiça. A fim de evitar discórdias, a paz permitirá reinar a segurança evitando os agrupamentos familiares extensos. “A justiça é fundamentalmente a ordenação de uma tributação justa, isto é, que pese de modo proporcional aos recursos dos cidadãos e que não seja demasiado dura para os mais pobres” (p. 102). O bom governo também faz reinar a religião, por meio da propagação da fé e da devoção dentro da cidade. Embora o governo comunal fosse laico, os soberanos colocam-se à disposição da Igreja e fazem “[...] funcionar instituições relativamente democráticas, relativamente igualitárias [...]” (Ibidem).

Quanto mais cresce o desejo por igualdade, maior a incidência de revoltas contra o poder do príncipe-bispado e da proliferação de famílias privilegiadas. O que se reivindicava era a injustiça da política fiscal, a extorsão dos cidadãos. O príncipe, no jogo de poder da cidade, aparece para impor a ela um traçado que pudesse atender a duas preocupações: a de ordem militar,

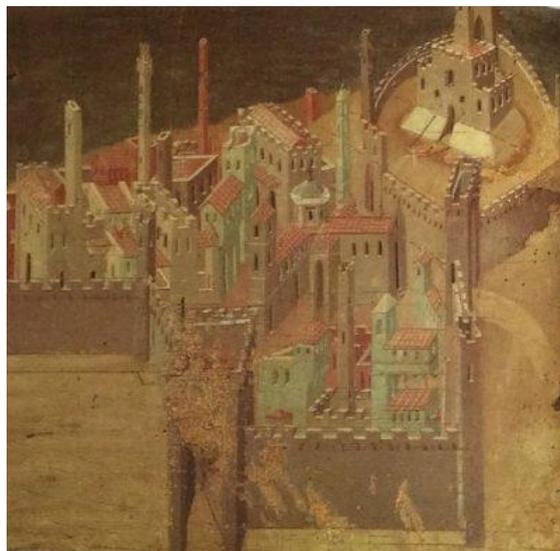
favorecendo a boa defesa e por isso as muralhas; e a de ordem estético-ideológica, representação de ordenamento no interior da cidade. Os regulamentos de higiene e de urbanismo aos poucos se tornam visíveis no espaço urbano. “A Idade Média não sente a beleza da natureza, ela cria a beleza artística urbana” (p. 115).

Nesse momento histórico da Idade Média, a cidade é a sede da educação, da cultura, dos mercados, bons costumes e da elegância, que determinariam o tipo ideal de sociedade a habitá-la. Reforçando o menosprezo pela rusticidade do campo, as pessoas de lá seriam rudes e o ambiente, tenebroso. Na oposição entre campo e cidade, inserem a floresta como lugar selvagem, abrigo para os bandidos, e também lugar de solidão.

O cristianismo medieval oscila entre esse polo de radicalidade solitária e um polo de civilização, a cidade. Porque a atividade mais inovadora, criativa, da cidade medieval, é, durante muito tempo, sua função cultural: escola, arte, teatro, urbanismo; é na cidade e da cidade que eles se irradiam. Essa função cultural, hoje disputada pelos lugares extra-urbanos, foi a cidade que exerceu, até agora, desde a Idade Média (p. 125).

Na pintura, eram ressaltadas a paisagem, a vista panorâmica da cidade e de suas armas. A orientação de suas edificações era debaixo para o alto, simbolizando o poder de criação do homem sobre a natureza. A exemplo, o autor traz a obra de Ambrogio Lorenzetti, datada de 1346, que pode ser encontrada na Pinacoteca de Siena.

Figura 5 – Ambrogio Lorenzetti, La Citè, 1346



Fonte: Le Goff, 1998, p. 128⁹

A cidade seria, também, o lugar procurado pelos demônios, por isso o imaginário de ‘cidade boa’, na Idade Média, era Jerusalém e o seu contrário seria encontrado em Babilônia.

2.1.3 Cidade Moderna, por Pesavento

Aqui, são apresentadas as características da Cidade Moderna, com especial atenção à contribuição de Pesavento, ainda que diversos autores já tenham se debruçado sobre o tema. Na Cidade Moderna, as muralhas que marcaram a cidade medieval foram substituídas por outras representações de poder em seu interior. Para Pesavento (2002), a Paris pré-Haussmann era fechada, apresentando aglomeração populacional. Ela ressalta, ainda, que o modelo de seu traçado labiríntico, estreito, inspirava dualidade: de um lado a cidade como virtude e, de outro, a cidade como vício. “As descrições [da Paris do século XVIII], que fazem lembrar os relatos sobre as cidades medievais conduzem à afirmação das teorias científicas da época: lugares fechados e insalubres davam margem à geração de um ar viciado, propiciador de doenças” (Ibidem, p. 46).

⁹ LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Trad. Reginaldo Carmello Corrêa). (Prismas).

Figura 6 – Paris pré-Haussman vista por Charles Marville



Fonte: Fotografia de Charles Marville (1877-1878).¹⁰

É devido a isso que, de acordo com Senra (2011), os princípios da cidade aberta foram abraçados por higienistas, engenheiros e urbanistas, dado os impactos da fábrica na cidade, conforme foto (Fig.6), que evidencia a própria poluição e o desenho das ruelas medievais. Desde a iluminação das ruas até sua largura influenciaram o desenho da ‘nova’ Paris. Segundo a autora, a visão médica da cidade-corpo como doença, que fundamentou as reformas de Paris, implicava na demolição, destruição e reconstrução dos lugares, a valorização do solo urbano e o desenvolvimento de meios de comunicação, bem como a otimização na prestação de serviços públicos.

As grandes cidades figuraram-se como novidades do século XIX - embora há quem registre que Roma, à época do Império, teria uma população que extrapolava dezenas de milhares de habitantes – especialmente em virtude do fenômeno urbano, que mudaria suas formas, marcado pela concentração populacional em um mesmo espaço, moradias precárias e pelo apito da fábrica. Foi nessa época, durante a segunda metade do século XIX, que Haussmann consolida a remodelação de Paris (PESAVENTO, 2002). A Cidade Moderna seria marcada por constantes transformações que, nas palavras de Senra (2011), lhe atribuíram fugacidade, artificialidade, inautenticidade, contrastes e ambivalências.

¹⁰ Disponível em <<https://revistaprojeto.com.br/noticias/paris-seculo-19-haussmann-exposicao-fotografia-nova-york/>>. Acesso em 30 abr. 2020.

Antes disso, porém, já era possível perceber a ascensão do cidadão parisiense. Apoiada em Balzac, Pesavento (2002) reflete que as 'novas' regras de conduta social eram orientadas pelo poder do dinheiro aliado ao prazer e ao domínio da cidade. De um lado, estão literários que tecem o perfil da Paris pré-haussmaniana como a cidade burguesa e, de outro, os que narram a história dos miseráveis (ver figura 6). Daí emerge a questão social como ponto de discussão na 'quase' modernizada Paris do século XVIII (Ibidem).

Essa questão permeia o outro lado de Paris, de onde começam a ecoar os sinais da revolta e barulho do povo, em contraste à tranquilidade das zonas privilegiadas. A analogia literária descrita por Pesavento (2002), demonstra a existência de duas cidades em uma só Paris, traço característico da recém nascida metrópole francesa. Ao mesmo tempo inspira preocupação de segurança pública, segundo a autora, “[...] essa “consciência” da vigilância sobre a vida dos habitantes da urbe [...]” (p. 83).

No entanto, foram as mudanças empreendidas pelo gestor da cidade, barão Georges-Eugène Haussmann, entre 1853 e 1870, que transformaram Paris em modelo de metrópole, sob influências das vontades do Imperador Napoleão III e norteada pelos princípios da cidade aberta do século XVIII (Ibidem). Os contrastes presentes na nova Paris apresentam a riqueza e pobreza, a ordem e o caos, opulência e degradação, o trabalho e o ócio pela diferenciação social e espacial das massas, a fragmentação da cidade com barreiras invisíveis que separam segmentos sociais. As mudanças empreendidas pelo barão se deram sob o discurso do atendimento às necessidades do povo, mas o que se registrou foram extremos de luxo e de pobreza, a cidade do esplendor e também a cidade da miséria, além da alta lucratividade aos especuladores (PESAVENTO, 2002; SENRA, 2011).

Senra (2011) alerta que cidade deixa de ser lugar de abrigo e passa a ser sinônimo da civilização moderna, orientada por ideais de progresso e por intervenções que a tornam artificial e inautêntica. Artificial por representar o humano como ser mecanizado, controlado pelo tempo artificial do relógio; e inautêntica pela preponderância do poder do dinheiro no espaço e pela produção

de pessoas falsas, mascaradas, corruptas. Mas é também palco do anonimato dado o fascínio pela multidão.

O desenho dessa cidade implicava ruas retilíneas, defendidas pelos higienistas da época como ambiente ideal para evitar a proliferação de doenças e lixo. As avenidas largas – os chamados *bulevares* – sinalizavam, também, uma forma de controle das revoltas populares, ao facilitar a circulação de tropas “defensivas” (PESAVENTO, 2002). Além disso, lembra Pesavento (2002), a pasteurização do urbano destruiu o passado e a memória da cidade e sua substituição pelo novo, a impessoalizou e fez com que os habitantes perdessem seus pontos de referência, a tal ponto de os poetas preferirem referir ao que ainda restava da velha Paris.

Figura 7 – A Paris de Haussmann



Fonte: Paris Luxury Tours¹¹

Junto ao crescimento das grandes cidades, Senra (2011) também comenta o apagamento do passado, da tradição. As ruas labirínticas dão espaço à uniformidade, homogeneidade, ao mesmo tempo em que abrigam a diversidade de etnias, profissões, classes sociais. É essa cidade que não se orientaria nem pelo passado e nem pelo futuro, mas pela ideia do aqui e do agora: ela é o seu próprio tempo (SCHORSKE, 2000).

Aos pobres, restava-lhes espaços cada vez mais distantes das planejadas avenidas de Haussmann. A especulação imobiliária fora responsável

¹¹ Disponível em < <https://www.parisluxurytours.com/baron-haussmanns-paris-tour/>>. Acesso em 30 mar. 2019.

pelo aumento do valor dos alugueis na cidade, obrigando-os a migrar para as periferias, ainda que lá os serviços públicos fossem escassos. As “fronteiras simbólicas se estabelecem a todo instante, quando os habitantes das zonas pobres falam que “vão a Paris”. Ou seja, onde se encontram, se acham excluídos do que seria a ‘cidade’” (PESAVENTO, 2002, p. 120).

2.1.4 Cidade contemporânea

Consideramos que a forma como cidade contemporânea está estruturada, pressupõe uma relação com os objetos de consumo existentes, mediatizada pela publicidade e pelo discurso da "necessidade" do progresso. [...] Agora a cidade é o local das novidades, de um arsenal de imagens e representações que tendem a estabelecer e definir para outras localidades [...] (LINARDI, 1994, p. 242).

É nesse mesmo sentido que Serpa (2011) aponta o desenvolvimento do espaço público na Cidade Contemporânea. Ao refletir sobre o uso dessa modalidade de espaço, entende que o discurso é contraditório, por exemplo, quando da construção de parques, já que normalmente as obras consolidam-se nas proximidades de áreas nobres da cidade. Isso reduz significativamente o acesso dos habitantes dos bairros populares a esses mecanismos ‘públicos’ de lazer e de diversão. Questiona, ainda, se são realmente públicos ou voltados a um determinado público. Na reflexão do autor é possível entender que na Cidade Contemporânea o discurso de progresso pela via da oferta de manifestações culturais acessíveis esbarra em interesses, principalmente, das classes médias. São essas que, em primeira instância, poderão acessar o produto cultural gratuito pela facilidade de deslocamento na cidade.

Há, também, evidências de que é na Cidade Contemporânea que as obras arquitetônicas concursam entre o mundial e o nacional, sendo o espetáculo e o gigantismo suas principais marcas, constituindo-se em “[...] verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário [...]” (SERPA, 2011, p. 43), nas quais o estilo de vida das classes médias homogeneiza as diferentes culturas em prol de modos de consumo mundializados, sustentados pelo discurso de novos comportamentos de lazer.

É nessa cidade, ainda, que o espaço passa a ser o aspecto de maior relevância. A maior fluidez em seu interior permite extravasar limites locais,

“anulando” fronteiras geográficas e sociais, embora ainda abrigue ambiguidades ao pensarmos situações de igualdade. Mesmo as relações de vizinhança estariam condicionadas às diferenças de classe social, sinalizando o individualismo em detrimento do coletivo, decadente como modo de vida ideal. Ou seja, as relações se dariam por questões de necessidade, daí ser possível pensar os bairros populares como sedes de uma cultura própria de manifestações sociais (LINARDI, 1994; MAIA; KRAPP, 2009; SERPA, 2011).

Ainda apoiada em Serpa (2011), são nessas cidades que o consumo indica o novo paradigma cultural, pois são reinventadas gerando uma urbanidade baseada no consumo e na proliferação desigual de equipamentos culturais. Os lucros concentram-se nas mãos de poucos empresários que rentabilizam a história dos lugares, sua cultura e seu patrimônio. Isso também se reflete na forma como o turismo é desenvolvido em lugares potencialmente turísticos.

Para Santos (2000), o acesso efetivo a bens e serviços distribuídos na hierarquia urbana depende, essencialmente, do lugar socioeconômico e do lugar geográfico em que se encontram os sujeitos. Daí é possível entender porque, na abordagem de Serpa (2011), o desfrute de espaços públicos, por exemplo, é seletivo. Pensar uma cidade que inclui, implica excluir, isso porque o modelo econômico pelo qual orientam-se as iniciativas depende de um modelo político e cívico ideais (SANTOS, 2000).

De acordo com Santos (2000), a ideia de modelo cívico deveria partir do cidadão para a economia. No entanto, ele entende que tanto o político quanto o cívico são instrumentais ao econômico, que se constitui como uma barreira para o direito à cidadania na cidade. O autor entende a cidadania como a plena realização do ser humano, material e imaterial, e tem a ver com um quadro de vida que inclua cultura e economia no território.

Ao construir sua reflexão sobre o direito à cidadania, Santos (2000) considera a desigualdade inerente ao sistema capitalista e à sociedade de classes, porque conceber a cidadania implica a proclamação da liberdade cultural individual dos sujeitos e o direito de ir e vir no espaço habitado. A plena realização disso vai na contramão do que já acontece e vem se agravando no

modelo de cidade fragmentado, pois o poder aquisitivo é faltante a uma parcela significativa dos urbanos.

À medida que a lógica de consumo avança, invadindo o cotidiano da sociedade pela mídia que impõe gostos e preços, avança também o apagamento das relações interpessoais e a cidade como espaço de convivência sucumbe ao valor econômico de seus espaços. No entanto, aos pobres excluídos, experimentar a verdadeira liberdade no exercício da cidadania é ter o direito à esperança calcado na conquista, nas palavras de Santos (2000), daquilo que é essencial para que possam, de fato, descobrir seu lugar na cidade. Isso pode ser representado na realidade daqueles que vivem a insalubridade do processo de ocupação de uma área pública na cidade. Em nenhuma circunstância esses sujeitos almejam conquistar os tesouros que abarrotam a casa dos ricos, porque estão preocupados essencialmente em conquistar condições de vida dignas.

2.1.5 A eminência da exclusão social nas cidades

Na obra *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, Costa (2000) questiona a distribuição espacial no Brasil na era colonial. Desde então, os ajustes territoriais e estratégias de divisão do espaço pela Coroa Portuguesa sinalizavam um território de exploração. Para o autor, os modos de relação com o espaço são instituídos pelas formas de apropriação e de exploração do território desde a era primitiva, demandando assim um limite para que se dê a reprodução biológica e cultural do grupo instalado. É ali que o grupo projeta suas necessidades, tais como trabalho, cultura e relações de poder hierarquizadas, isso quer dizer que transforma o espaço em território, uma projeção territorializada da vida e das relações de poder. Ou seja, a relação entre espaço e poder é uma relação sócio-política que organiza as demais relações afetas ao espaço. Quanto mais complexo for, mais nítido o espaço político, pois é o advento da delimitação de terra que institucionaliza as correlações de forças marcadas pelas tensões internas.

Para Rech (2007), os aspectos elementares que contemplavam os objetivos da instituição da cidade ainda não foram cumpridos no contexto contemporâneo, tais como alimentação, habitação e ter o que vestir. Do seu ponto de vista, a crise das cidades consiste no fato de que grande parte da

população ainda se encontra em subabitações nos mocambos da cidade, amontoadas em favelas sem a mínima condição digna para manutenção da vida. A causa da miséria, dentre tantos outros fatores, deve-se a que a miséria está diretamente ligada à falta de ocupação de muitos cidadãos nas grandes cidades.

O autor pondera que Aristóteles considera a cidade o auge da civilização, pois congrega diferentes tribos sob a condição de respeito ao culto de cada uma adotando como santuário comum a *urbe*. Contudo, se a cidade era lugar de convivência, qualquer pessoa que descumprisse o código de ordem expresso era exilada, e exilar significava colocar alguém para fora dos muros da cidade tornando-o impuro ou indigno daquele lugar. Infelizmente, pondera Rech, até hoje esse legado da história perdura no espírito da cidade, em que todos querem estar dentro dela, serem dignos desse status e poderem beneficiar-se, participando do bem-estar e da segurança prometidos.

Mas muito mais do que no passado, hoje exilamos milhares de pessoas nas periferias, condenando-os a construir fora do perímetro urbano, muro fictício da cidade moderna, ou na clandestinidade por não serem dignos ou não estarem à altura das normas urbanísticas da cidade moderna (RECH, 2007, p. 15).

Porém, ressalta que a cidade não cumpria/cumprir exclusivamente o papel de suprir as necessidades que orientaram sua origem, mas que se formou, também, com vistas ao bom e ao honesto, evidenciando o fascínio pela garantia de segurança sob a pena de controle sobre os cidadãos. Saliencia que as finalidades do Estado nascem com a cidade e que é nela que acontece a vida do cidadão. Há 5 mil anos se vive o *mito* do fascínio, mas sem as muralhas ou o alojamento nas colinas, transformamos nossa residência numa muralha para nos protegermos dos perigos da própria cidade.

Santos (2003), ao abordar a problemática da pobreza e da periferia no Brasil, refere diretamente ao impacto do planejamento, enquanto sistema formal e lógico imposto à economia política nacional, essencialmente a partir da década de 1930. Esse sistema alimentou uma ilusão, construída a partir das promessas de desenvolvimento, baseadas no projeto de sistema capitalista promissor nos países desenvolvidos. Assim, a própria economia passa a ideologia persuasiva,

que propaga as vantagens de seu modelo de desenvolvimento, impondo, dentre outros aspectos, o alastramento da sociedade do consumo.

Gera-se um ciclo de dominação e dependência, que torna impossível qualquer modelo de desenvolvimento nacional. Junto a isso, a pobreza é reduzida a um fenômeno quantitativo e surgem os comparativos numéricos de países ricos e pobres, os últimos tendo que, em tese, imitar os ricos para alcançar o mesmo *status*. Em outras palavras, o que se criou foi uma perversa admiração pelo que é externo e a falta de ajuda se constitui como uma estratégia de dominação econômica.

Depois da 2ª Guerra europeia, esta ideologia pode ser impulsionada, alcançando quase todo o mundo ocidental. Os modelos de consumo difundem-se e as taxas de crescimento se transformam no novo foco de uma fé cega, as grandes empresas dominando estes mecanismos. Portanto, o que se percebe é que o crescimento é oligárquico, tanto do ponto de vista econômico quanto social, e não igualitário (SANTOS, 2009a). As oportunidades de os pequenos negócios ascenderem são sufocadas pelas forças hegemônicas de mercado, que seguem a ocupar um importante papel no sistema vigente. A expansão limitada das classes médias só reitera o poder do setor capitalista moderno, enquanto as classes com menor poder econômico são privadas desses direitos por não terem a elas direcionadas soluções para suplantar a miséria coexistente.

Os miseráveis, referidos como marginais, são vítimas da evolução da produção capitalista. O termo marginalidade foi utilizado por Park (1928) quando se referia a híbridos culturais, ao sujeito que vive “[...] às margens de duas culturas e duas sociedades” (*apud* SANTOS, 2009a, p. 83). Cuber complementa quando se refere a “pessoas que ocupam um lugar periférico entre duas instituições, complexos culturais ou outros segmentos sociais diferenciais, porém em grande parte exclusivo” (*Ibidem*, p. 83). Portanto, defender o consumismo pode ser uma manobra política com a qual provavelmente se pode conquistar o povo e ganhar o poder, sem mudar fundamentalmente a estrutura do poder. Freire (1968) encerra, nas palavras de Santos (2009a, p. 84), que “[...] o problema da pobreza não é uma questão de integrar a população pobre em uma estrutura

opressiva, a fim de que possa tornar-se mais parecida com o opressor, mas, sim, de transformar essa estrutura, de maneira que cada indivíduo seja o que é”.

A facilitação da expansão do capital norte-americano, para Santos (2003), assume-se como um veículo de dominação, inferindo que os países subdesenvolvidos eram incapazes de sustentar seus próprios investimentos, gerando uma necessidade de ajuda e dando, cada vez mais, espaço às transnacionais sustentadas pelo capital estrangeiro, com exploração de mão-de-obra local e atividade de consumo das populações locais. Ou seja, as divisas geradas pela população e retroalimentadas pelo seu consumo extrapolam as fronteiras nacionais e o reflexo disso é a dissociação da economia à organização social.

É neste contexto que o autor defende que a Ciência Regional se fundiu ao capitalismo e cumpre a importante tarefa de disseminar o capital, sendo a economia responsável pela apologia ao capitalismo, dando espaço ao surgimento de teorias como a do *lugar central*, a dos *povos de crescimento*, da *descentralização* e *desconcentração industrial* das grandes cidades. Nesse sentido, a urbanização macrocefálica é entendida como resultado e condição para reprodução do capital. São premissas para a circulação do grande capital, obras de infraestrutura subsidiadas pelo Estado e que não representam significativa lucratividade a ele, mas garantem a manutenção do capital estrangeiro, pois acabam por atrair grandes empresas dispensadas pelos países desenvolvidos dada seus impactos ambientais. Para isso, também é necessário que as cidades sejam populosas e as áreas rurais modernizadas (SANTOS, 2003).

Sobre as condições propícias dadas as isenções das empresas frente ao ônus que elas mesmas respondem indiretamente, Singer (1993) entende que quanto mais cresce a ocupação humana no território da cidade, maior a demanda por serviços urbanos que devem ser custeados pelas autoridades públicas, tais como alternativas de transporte, tratamento de esgoto, ampliação dos serviços de saneamento básico. A manutenção e o provimento desses serviços oneram o poder público, no entanto, as indústrias, que se beneficiam de isenções fiscais, acabam por não participar na arrecadação tributária da

cidade e esses custos são cobertos pela própria população em impostos indiretos [pagos por cada produto consumido].

Além disso, a carência de serviços urbanos, sintoma visível do congestionamento [das cidades], recai sobre as camadas mais pobres da população, pois o mercado imobiliário encarece o solo das áreas melhor servidas, que ficam deste modo “reservadas” aos indivíduos dotados de mais recursos e... às empresas, naturalmente (SINGER, 1993, p. 36).

Nos moldes capitalistas, a irracionalidade da distribuição das atividades e mesmo a proteção institucional garantida às empresas acaba por atingir gravemente dois grupos de pessoas: os imigrantes, recém chegados à cidade ou os que habitam as áreas urbanas esvaziadas, subutilizadas dada à emigração das atividades econômicas (SINGER, 1993).

Para Santos (2003), a penetração do capital em países pobres tenta se adaptar às circunstâncias existentes, mas ainda carrega a tônica de acumulação baseada numa exploração neocolonialista nos países da América Latina. Os monopólios têm a revolução tecnológica como aliada enquanto os países periféricos enfrentam a problemática da difusão da tecnologia. Os meios de comunicação disseminam, aqui, os modelos de consumo que acabam por agravar o problema da pobreza [planejada]. Contudo, mesmo a estratégia de aumento do poder de consumo dos pobres acarretaria maiores gastos públicos com modernização, e os salários na cidade se manteriam baixos. Qualquer medida pensada conjuga o mascaramento da pobreza e novas formas de manter o circuito inferior subordinado tecnológica, funcional e financeiramente ao circuito superior.

Com relação a esses circuitos, o autor tece que a dualidade centro-periferia acontece como uma relação colonial dentro da cidade, a periferia mais contribuindo do que recebendo. Contudo, para compreender as assimetrias internas de uma nação, é necessário abordar seus subespaços que se organizam na dependência de algo fora do país. Mas nenhuma das teorizações leva em consideração a existência de um subsistema econômico concomitante à economia moderna: o <circuito inferior> (SANTOS, 2003).

Santos (2009a) explica que ambos os subsistemas - o <circuito superior> e o <circuito inferior> - podem ser considerados complementares ao sistema da

cidade. Ainda que para ele a cidade não possa ser fragmentada, não se pode negar a realidade de sua divisão, pois ao estudarmos o modelo de cidade industrial (ainda presente na contemporaneidade), estamos a excluir uma parcela de território que também é ativa, mas relegada e distante dos grandes centros. Periférica por suas condições de exclusão dos planejamentos que atendem aos centros, sofrendo com o sucateamento de sua infraestrutura e em condições insalubres de existência. O circuito superior, em posição dominante dentro da estrutura de economia global, corresponde àquele diretamente relacionado à modernização tecnológica, melhor representada nos monopólios. As relações desse circuito não são controladas dentro da própria cidade, mas, sim, na estrutura do país ou de países estrangeiros. O circuito inferior é formado por atividades de pequena escala, servindo à população pobre; estão enraizadas na cidade e usufruem de um relacionamento privilegiado com a região (SANTOS, 2009a, p.43).

Os dois subsistemas são interdependentes, contudo, compostos de atividades diversas, possuindo um elo setorial de serviços que servem tanto a um quanto a outro. Portanto, não há dualidade na abordagem, pois as duas formas são integradas na organização econômica da cidade. No circuito inferior estão aqueles cujo exercício das atividades originaram uma nova categoria de classe social, proposta por McGree e citada por Santos (2009a), denominada *protoproletariado*. Em sua abordagem estrutural tem a base de um modo de produção participativo e atuam em atividades antissociais ou tipificadas como ilegais.

O circuito inferior, portanto, segue também uma lógica de desenvolvimento, é racional e funciona de acordo com as condições dos pobres, que são seus dirigentes. Nesse circuito utiliza-se somente do que ele mesmo pode oferecer e, com capital reduzido, consegue ofertar o máximo número de oportunidades de emprego possível. Como um subsistema do sistema urbano, considerá-lo sob condições diferentes de funcionamento reforça a dualidade que fazem dos circuitos paralelos e independentes, quando por verdade há uma dependência de um com relação ao outro. São exemplos de negócios nesse circuito o pequeno comércio, baseado mais sobre o trabalho do que sobre o

capital, pequenos restaurantes, comida de rua, comércio ambulante. A venda e a estrutura destes estabelecimentos são definidas de acordo com a capacidade de comprar da população local (SANTOS, 2003).

O mundo do trabalhador do circuito inferior escapa da alienação do mundo do trabalhador das sociedades modernas, pois aqui o sujeito se identifica com seu produto. A principal ideia do circuito inferior é difundir o modelo capitalista de produção na vida dos pobres através do consumo. A pobreza urbana tem uma organização paralela ao circuito dominante, que faz sentido quando acordada a quem se direciona o desenvolvimento. Enquanto alguns autores defendem que o circuito superior é protegido pelo Estado, o contrário acontece com o circuito inferior, que ao ser atacado, precisa encontrar em sua própria configuração, estrutura para sobreviver de forma independente, com aquilo de que dispõe (SANTOS, 2009a).

Contudo, é necessário não confundir os processos de exclusão, do passado, com o presenciado hoje sobre as classes urbanas. Essas podem ser separadas em três grandes grupos: a pequena burguesia marginal, composta por aqueles que foram marginalizados devido à qualidade marginal de seu papel no sistema; os ruralistas que migraram para a cidade e nunca tiveram um emprego formal, submetendo-se a uma atividade de nível marginal; e o proletariado marginal originado do processo de marginalização de “ocupações pequeno-burguesas e da degradação das condições do assalariado marginal” (SANTOS, 2009a, p. 60).

Para Santos (2009b), ainda, o processo de periferização se dá em consequência da indisposição de muitos em custear suas moradias em áreas onde a qualidade é expressa no valor a ser pago pela manutenção da vida. A segregação espacial em razão da escolha por regiões nobres na cidade e enriquecimento dos centros pelas elites, promovem a migração da classe operária para as regiões periféricas, onde passam a sofrer com a deficiência de serviços públicos adequados, que garantam condições de salubridade e de acesso, nesses territórios. Há uma distribuição desigual de investimentos públicos que despendem de maior atenção às áreas de status elevados, deixando o pobre à mercê de uma boa vontade política. Prevaecem, nos custos

do Poder Público, investimentos com infraestrutura econômica e não com infraestrutura social, tais como luz elétrica e rede de esgoto. A solução parece recair na decisão política de satisfazer certas camadas da população em detrimento de outras.

Para Santos (2003; 2009a; 2009b), a forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não só atraia mais gente pobre, como também os mantenha em espaços segregados, sendo um aspecto instrumental à produção da pobreza. Os pobres continuam a depender da área central tanto para trabalho, como para serviços. Na metrópole corporativa, que segue um modelo de desenvolvimento difundido na década de 1960, há uma preocupação muito maior em eliminar as deseconomias do que visar o bem-estar coletivo e a produção de serviços sociais. Ou seja, o orçamento urbano parece não se ajustar às necessidades que emergem do desenvolvimento (Idem, 2009b).

Então, como os pobres se tornam praticamente isolados ali onde vivem, também se pode falar sobre a existência de uma metrópole fragmentada. Suas próprias condições como imobilidade e baixos salários constituem um lugar de residência na cidade que está historicamente destinada aos mais pobres. Disso emerge um ciclo vicioso de seletividade espacial no sistema urbano (Idem, 2009a).

2.1.7 Discutindo periferia e subúrbio

No que se refere à construção deste subitem, considero relevante sinalizar a semântica de cada um dos termos abordados, quais sejam: periferia e subúrbio. A palavra periferia vem do latim *peripheria*¹², e encontra antecedentes no grego *periphēria*, “superfície externa, circunferência”, literalmente “ato de levar ao redor”, de *periphērein*, “levar ao redor, fazer girar”, de *peri-*, “ao redor”, mais *pherein*, “levar, portar”¹³. A palavra periferia significa, segundo o Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa (1958): sub. fem. contorno ou linha que limita uma figura curvilínea; circunferência. No Dicionário

¹² Trecho extraído do site Conceito de. Disponível em <<https://conceito.de/periferia>>. Acesso em 30 abr. 2019.

¹³ Trecho extraído do site Origem da Palavra. Disponível em <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/periferia/>>. Acesso em 30 abr. 2019.

Houaiss (2001) tem-se que periferia, numa cidade, é a “região afastada do centro urbano e que geralmente abriga população de baixa renda;” p. ext. o conjunto dos países pouco desenvolvidos em relação às grandes potências, estas consideradas como centro de um sistema socioeconômico mundial.

Já em relação ao termo subúrbio, sua origem vem do latim *sub*, “sob, abaixo, próximo”, mais *urbs*, “cidade”. Ou seja, é uma região que não tem as características de cidade, mas é próxima a ela¹⁴. Em relação ao seu significado, de acordo com o Dicionário Aurélio¹⁵, tem-se: arrabaldes; cercanias (de cidade ou de qualquer povoação); redondezas. Complementando o significado, o Dicionário Online de Língua Portuguesa apresenta¹⁶ como conjunto das aglomerações que cercam um centro urbano e participam de sua existência.

Nota-se, de acordo com o significado e a origem etimológica das palavras que, embora expressem a alocação desses espaços em relação à cidade, a periferia remete a um espaço para fora dela, quando referida como *superfície externa*, enquanto que o subúrbio localiza-se na cidade, próximo a ela. Embora não carregue as mesmas características, ele participa do centro urbano.

Para Nadalin e Iglori (2015), a periferização pode ser uma consequência do espraiamento urbano das metrópoles. Dentre os elementos que destacam como particulares a esse processo está que as populações periféricas são obrigadas a despender maior tempo para deslocamento intraurbano e menor acesso à infraestrutura urbana, enfrentando, assim, um processo de desigualdade socioespacial. Em termos sociais, são as famílias de baixa renda as mais afetadas com tais contingências. Em termos ambientais (mas também de qualidade de vida das pessoas), o impacto negativo pode ser sentido em áreas ecologicamente vulneráveis, quando registram ocupações e loteamentos clandestinos em seu interior. Mas, as ocupações periféricas também podem ser feitas de forma legal, não raro em decorrência de especulação imobiliária ou de políticas habitacionais nem sempre adequadas.

¹⁴ Trecho extraído do site Origem da Palavra. Disponível em <<https://origemdapalavra.com.br/palavras/suburbio/>>. Acesso em 30 abr. 2019.

¹⁵ Trecho extraído do site Dicionário Aurélio. Disponível em <<https://dicionariodoaurelio.com/suburbio>>. Acesso em 30 abr. 2019.

¹⁶ Trecho extraído do site Dicionário Online de Língua Portuguesa. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/suburbio/>>. Acesso em 30 abr. 2019.

As razões, que levam as populações a morar em periferias, do ponto de vista dos mesmos autores, são: (a) disponibilidade de terrenos que podem ser ocupados de forma regular; (b) crescimento da oferta pública de conjuntos habitacionais a partir da década de 1960; e (c) venda de lotes urbanizados a baixo custo, possibilitando a autoconstrução. No estudo realizado por eles, sobre a elaboração de um índice de espraiamento da Região Metropolitana de São Paulo, concluem que a periferia da metrópole é, em grande parte, ocupada por populações de baixa renda e apresenta alta densidade domiciliar, sendo, assim, ocupações mais compactas. Há pouca oferta de emprego e a infraestrutura urbana é insuficiente, registrando também poucas viagens intraurbanas realizadas com automóvel, isso porque os salários são abaixo da média e a quantidade de carros por domicílio é significativamente menor.

O espaço urbano é, ao mesmo tempo, reflexo e um produto da sociedade, pois se constitui nela e a alimenta de suas alterações. Assim, na relação de reprodução – produção e consumo – é que se pode entender como se constituem as centralidades da cidade como palco de concentração espacial dos meios de produção. Quanto mais amplos ou difundidos geograficamente os espaços de consumo, maior será a valorização do território em que se alocam, dando espaço a uma nova centralidade (LOPES-JUNIOR, 2014). Isso quer dizer que o espaço urbano carrega uma dinâmica que permite centralizações e descentralizações contínuas, à medida que a economia espacial se expande e se constitui. Mas, nestes termos, subúrbio e periferia se distinguem, conforme sua ocupação por classe de maior ou menor poder aquisitivo.

O baixo custo dos terrenos periféricos propiciou ao governo chileno, do ponto de vista de Ducci (1998), o aumento da oferta de moradias populares nas bordas urbanas da cidade. Amplas moradias em terrenos extensos contempla a realidade das classes médias e altas, no entanto, é entre a classe baixa que se multiplica a demanda por conjuntos habitacionais sociais.

O crescimento periférico é um convite ao surgimento de bairros mais seguros. Os conjuntos residenciais são desenhados de modo a se isolarem do entorno para garantir segurança às famílias mais abastadas. As ruas e os espaços comuns em seu interior só podem ser acessados por quem reside

nesses conjuntos, separados do resto da cidade. Eles se tornaram símbolo de *status* na periferia de Buenos Aires, representantes de um movimento chamado *Novo Urbanismo*, com grande ascensão nos Estados Unidos (DUCCI, 1998).

Los sectores acomodados se aíslan en sus barrios cómodos, lujosos, dotados de todos los servicios y oportunidades urbanas. Calman la paranoia generalizada con sus policías privadas, el caos del tráfico con el aire acondicionado. [...] (MOULIAN, 1997, p. 126)

Para o historiador Ferreras (2002), a saída das camadas mais abastadas da população da região central de Buenos Aires iniciou com o alastramento das epidemias como a cólera e a febre tifoide, entre 1860 a 1880. Um dos destinos requisitados era o Barrio Norte, próximo da Plaza de Victoria. Ao mesmo tempo, as residências abandonadas da zona central foram aproveitadas como moradias ou para a construção de cortiços para as famílias menos favorecidas. Esse afluxo possibilitou que as famílias ricas se apossassem de terrenos em áreas periféricas (FERRERAS, 2002), gerando a alta concentração da população pobre nas áreas centrais, com a deterioração dos bairros tradicionais. O mesmo aconteceu em cidades grandes dos Estados Unidos devido ao modelo urbano de expansão territorial dispersa (DUCCI, 1998).

Os moradores dos subúrbios de Buenos Aires empreenderam loteamentos para serem vendidos nas localidades por eles escolhidas, contudo, o fluxo migratório do começo do século XX comprometeu suas intenções e logo as quintas começaram a abrir espaço para bairros de trabalhadores (FERRERAS, 2002). Na mesma época, o autor recorda, os donos dos cortiços venderam ou reformaram seus imóveis a fim de abrigar armazéns, escritórios ou grandes negócios. Os valores elevados só podiam ser cobertos pelas classes médias e altas.

À semelhança do que acontecia em certas cidades europeias, o processo de industrialização e o impacto da relação da economia argentina com a economia mundial fez de Buenos Aires uma cidade-vitrine, com lojas de departamentos e magazines. Ela era ainda o ponto de encontro entre o interior e os países industrializados, daí a necessidade de grandes armazéns e depósitos (Ibidem, 2002, p. 131)

Isso levou a que os preços dos lotes na área central fossem elevados a ponto de impulsionar a saída dos moradores dos velhos cortiços. Algumas

empresas procuravam por locais onde o custo fosse menor para a continuidade de sua produção, alojando-se em locais distantes. O afluxo dos operários para os arredores das fábricas fez com que erguessem construções precárias, uma espécie de subúrbio operário tendo como grande marca as chaminés (FERRERAS, 2002).

Para Rybczynski (1995), os subúrbios norte-americanos do novo mundo, por outro lado, são representados por complexos residenciais que abrigam empresários e profissionais em terrenos amplos e sem cerca. Em parte, atribui o aparecimento desses espaços ao futuro urbano pós-industrial, quando em 1814 são vistos os primeiros subúrbios americanos em Nova York, devendo-se à inauguração do serviço de trens Manhattan-Brooklyn e outros trechos ligados por barco a Manhattan. Entre 1820 e 1840, surgem outros subúrbios próximos a Boston e a oeste da Filadélfia.

Como consequência do surgimento dos subúrbios houve uma queda no crescimento populacional na região urbana das cidades, o uso de transportes como bondes e ônibus sinalizavam uma evolução da urbanização. À medida que os sistemas de transportes eram ampliados, o crescimento regional aumentava e o urbano diminuía. Em 1850, Nova York, Chicago e Filadélfia apresentam significativo decréscimo populacional, o que, segundo o autor, marcaria o começo do fim das cidades concentradas e tradicionais (Ibidem). Para o autor, a terminologia urbana é imprecisa quando opõe cidade e subúrbio. A este último são atribuídas concepções estigmatizadas e estereotipadas que nem sempre correspondem à realidade do que se encontra nesses lugares. Se comparadas às residências urbanas, as casas suburbanas são monótonas. Outro clichê que se encontra é que se tratam de áreas ricas, habitadas por brancos e funcionários públicos. Isso era verdade no começo, mas hoje já abrigam diferentes classes sociais e grupos raciais e étnicos.

Durante o século XIX, os subúrbios nas cidades norte-americanas eram enclaves residenciais que ficavam a uma ou duas horas da cidade, assumiam um jeito semirural e de recantos bucólicos. Surgiram da necessidade de encontrar um lugar melhor para viver [às classes mais abastadas], conjugando aspectos da cidade e do campo, calcadas no imaginário de uma casa em meio

ao jardim, arborizada e de gramados cuidadosamente mantidos (RYBCZYNSKI, 1995). Como marca dos primeiros subúrbios (na concepção norte americana), aparecem residenciais de alto padrão, com casas projetadas de forma irregular, valorizando as paisagens naturais e o desenho informal das ruas (Ibidem).

A partir de 1910 ocorre um *boom* dos subúrbios, especialmente aqueles adjetivados como jardins. De acordo com Rybczynski (1995), isso se deveu à crescente congestão dos bairros urbanos e a possibilidade financeira de muitas famílias em procurarem moradias alternativas. Os subúrbios-jardins eram uma alternativa verde para a cidade e nada têm a ver com os projetos de subúrbios construídos mais tarde. A noção privatista do uso do espaço pelas cidades jardim, relega aos bairros populares a violência, a insegurança, a lentidão dos transportes públicos. Quando, em muitos casos, se tornam os principais centros de distribuição de drogas, onde a polícia sequer entra (MOULIAN, 1997; DUCCI, 1998).

É depois da Segunda Grande Guerra que os subúrbios voltam a ser construídos com base na lógica do preço baixo, dispensados dos refinamentos formais, no pós-guerra eles eram imensos, de maior densidade populacional, quase como pequenas cidades nos arredores da cidade (RYBCZYNSKI, 1995). Nesse sentido, Santos (2009a) defende que as comunidades adensadas são um reflexo da constituição da cidade excludente. A periferia, como a conhecemos, ultrapassa a compreensão geográfica e figura-se como um problema de ordem política e social. Ao passo que as facilidades urbanas evoluem no espaço compreendido pela cidade, os serviços são encarecidos pela demanda por qualidade e segurança. Acontece que ao mesmo tempo em que direitos básicos são atendidos às classes capazes de sustentar-se no interior da cidade, outra massa populacional é obrigada a habitar as bordas dela.

Dentre os impactos negativos do crescimento urbano, a população mais pobre acaba dependente do transporte público para deslocar-se ao trabalho, por exemplo. Além do aumento no tempo das viagens, o custo para manter um sistema de transporte eficiente em áreas distantes do centro e com densidade menor acaba sendo maior ao Estado. Para Ducci (1998), ainda, à medida em que a população migra para as áreas periféricas, crescem as demandas por

equipamentos urbanos que possam atender às suas necessidades. Para as classes médias e altas, isso se transforma em um importante mecanismo de reprodução capitalista, mas o mesmo não acontece quando se tratam de populações pobres, uma vez que serão custeados pelo Estado.

Com base nisso, Santos (2009b) é enfático: a preocupação do Estado não é necessariamente com o atendimento das necessidades básicas da população pobre, mas, sim, na eliminação das deseconomias que surgem pela falta de oportunidade a que ela própria é condenada. Ele ainda ratifica que são as grandes cidades os maiores polos de pobreza, não só capazes de atrair como também de manter gente pobre (SANTOS, 2009c). A cidade, para o autor, é criadora de pobreza seja pelo seu modelo socioeconômico, seja por sua estrutura física.

Ainda para Santos (2009b), a exploração imobiliária decorrente da expansão territorial para abrigar a aglomeração, compromete o custo de vida do pobre, que se encontra cada vez mais distante do centro, tendo que migrar para espaços ainda não explorados pelo sistema. O custo de vida compreende uma série de serviços pelos quais as populações de baixa renda se veem incapazes de cobrir, sendo obrigados a se retirarem desses espaços por inadimplência nos custeios. Desse processo deriva a periferia urbana, que tem como consequência a dificuldade na conquista de uma casa própria em condições minimamente aceitáveis.

O afluxo de populações de baixa renda, expulsas das áreas centrais, e de migrantes para os bairros periféricos teve, entre outros, o efeito de elevar os preços dos terrenos e propriedades imobiliárias, afastando ainda mais para a periferia os economicamente menos aptos (Ibidem, p. 58)

De um lado tem-se a periferia em relação dialética com o centro e de outro lado o subúrbio como uma relação intermediária entre cidade e campo, que não tem relação direta com a situação socioeconômica da população, segundo Fernandes, citado por Pallone (2005). Enquanto o subúrbio tem uma baixa densidade populacional e é marcado por pequenas propriedades agrícolas, condomínios de luxo, o mesmo não se pode pensar sobre as periferias. Além da dependência do centro, a periferia tende a concentrar ainda mais pessoas,

migrantes e trabalhadores que encontram nas grandes cidades motivos para se fixarem [ainda que isso implique em aceitar as condições locais de subsistência]. Pallone (2005) recorre a Silva (2005) que afirma: a periferia é um espaço de perpetuação de desigualdades sociais e econômicas.

Assim, a periferização na cidade pode ser entendida como processo de expulsão compulsória das massas pobres para os arredores do centro, e, em contrapartida, o subúrbio é a adesão voluntária por um modo de vida distante do centro. Ambos são reflexos do processo de constituição e urbanização da cidade, contudo, são a ponta e a base do abismo, remetendo às condições socioeconômicas de seus habitantes.

2.2 TURISMO: HISTÓRICO SOB A LÓGICA DA INCLUSÃO-EXCLUSÃO

O Turismo, conforme entendem Gastal e Moesch (2007), caracteriza-se como um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõe o deslocamento de sujeitos em tempos e espaços diferentes dos de seus cotidianos. Trata-se de ação repleta de subjetividades, que possibilita o afastamento concreto e simbólico do cotidiano, implicando novas práticas e comportamentos diante da busca pelo prazer e pelo novo, sem exigir que a saída espacial e temporal se dê para fora da cidade de origem.

A prática centra-se na experiência, conforme propõe Panosso Netto (2005), ao buscar estabelecer um elo entre a atividade e o fenômeno. Significa discutir a profundidade implicada no Turismo como um fenômeno, enquanto experiência, considerando o turista como ser histórico em constante construção. Desta forma, para além das abordagens de cunho econômico em geral associadas, o Turismo seria o “[...] fenômeno das experiências vividas de maneiras e desejos diferentes por parte dos seres envolvidos [...]” (PANOSSO NETTO, 2005 p. 30), e que se concentra no envolvimento entre sujeitos turistas, sujeitos não turistas, sujeitos possíveis turistas, ou mesmo aqueles que já se consideraram turistas por experiências vivenciadas no turismo.

Em que pese considerar a viagem como ato humano, apoiei-me em Faraldo e López (2013) na primeira parte deste resgate, para compreender a incursão da viagem na história da humanidade durante a pré-história, Idade Antiga e Idade Média, período por eles denominado como prototurismo. Os

autores registram que uma múmia da Idade do Bronze, encontrada em 1991 na gélida região dos Alpes e hoje conhecida como Otzi, poderia ser o primeiro viajante europeu de existência comprovada. Otzi teria sido morto por inimigos durante um percurso de viagem, cujas motivações são desconhecidas. “Seu descobrimento nos mostra como desde os primeiros tempos houve necessidades e desejos que impulsionavam a mudança de lugar [...]” (Ibidem, p. 33, tradução nossa). Não seriam só as necessidades de sobrevivência que levavam os humanos pré-históricos a se deslocar pelo mundo, mas também um tipo de impulso por conhecer novos lugares, por viajar.

Para viver em um mundo hostil, era imprescindível que os humanos explorassem os territórios a fim de conhecer seus recursos e perigos. Com a prática da agricultura, os humanos sedentarizam-se, e a viagem passou a implicar na ida e na volta para seu povoado. Ainda que o medo do outro fosse eminente, a necessidade de comércio, de relações instintivas sexuais e a mera curiosidade orientavam os seres a se deslocarem pelo espaço ainda desconhecido. A viagem no mundo antigo demarca a fase denominada pelos autores e historiadores como *prototurismo*, uma vez que antecede a viagem comercial e organizada a que se tem conhecimento hoje.

No mundo antigo, eles defendem, se instituiu um certo turismo de classes abastadas, uma vez que as pessoas que viajavam para cumprir as tarefas do reino eram os funcionários da realeza e pessoas influentes. A mais conhecida expedição egípcia foi a da Rainha Hatshepsut (1498-1483 a. C.), que por motivações econômicas e de compilação de conhecimentos sobre Geografia e Botânica, resultou na produção de pinturas detalhadas abrigadas no templo da rainha. Além disso, também foram trazidos de suas viagens produtos e animais dos lugares visitados. As motivações de viagem envolviam desde as demandas provenientes dos reinos quanto para visita a familiares, peregrinações religiosas e férias e descanso, as últimas sendo realizadas especialmente pela elite.

Para que esses deslocamentos acontecessem, além dos transportes, era necessário que as vias de acesso fossem viabilizadas entre as principais cidades. É a partir de 3000 a. C. que canais fluviais de comunicação entre cidades passaram a ser utilizados para o deslocamento de viajantes a bordo de

barcos de vela. Os egípcios viajavam em busca de maravilhas provenientes de outros territórios, enquanto que os mesopotâmicos apresentavam os primeiros vestígios de turismo religioso, já que suas cidades eram estruturadas ao redor de santuários e empreendiam peregrinações a lugares sagrados distantes.

Os autores contam que na Grécia Antiga, as estradas apresentavam maiores riscos aos viajantes, portanto o lazer era desfrutado localmente. Foi somente com o excedente econômico que as viagens por prazer começam a ser realizadas. Em III a.C. foram elencadas as Sete Maravilhas do Mundo, que implicavam sete locais criados pelo ser humano e que se converteram no desejo de viagem daquelas camadas sociais dotadas de meios e de tempo para as visitas. Os Jogos Olímpicos marcaram a história dessa civilização pela necessidade de acolhida dos viajantes chegados. Eram momentos festivos e de paz entre os deuses, nos quais as pessoas participavam de atividades culturais e esportivas.

Já os romanos, ao conseguirem ligações de qualidade entre várias cidades e países com a abertura de estradas terrestres e vias fluviais de sua posse, ou seja, de segurança garantida, protagonizam a intensificação do comércio e das viagens. De acordo com os autores, a influência econômica possibilitou às classes altas a construção de segundas residências para veraneio, as chamadas vilas de verão. O termalismo fora importante no Império Romano, como o fora para os gregos. Baiae, na Península Itálica, era a estância preferida da elite, porque além das termas, ali havia oferta de jogos e outras atrações, desencadeando, mais tarde, no desenvolvimento de hotéis, edifícios públicos e vilas de ricos.

Percebe-se que entre as civilizações gregas e romanas já era conhecido o potencial econômico do turismo. Porque os deslocamentos religiosos, por exemplo, embora tivessem como objetivo o sagrado, movimentavam financeiramente tabernas e hotéis, serviços de comidas e bebidas, fazendo com que uma grande quantidade de dinheiro fosse retida no lugar de destino dos viajantes e peregrinos. Contudo, para que as viagens no mundo antigo fossem empreendidas de forma segura era necessário despender de tempo, dinheiro e esforço. Isso sinaliza algo importante: às famílias desprovidas de poder

econômico, os trajetos figuravam um risco a sua sobrevivência, fato que os condenava (e ainda condena) a não realizar as viagens – parte integrante da vida nessas sociedades.

No que se refere às viagens durante da Idade Média entre os séculos V a.C. a XV d. C., lembram que, perigosa, a viagem era realizada somente por pessoas marginalizadas, classes altas, peregrinos religiosos e mercadores em busca de proveito econômico. Elas não eram empreendidas por motivos relacionados ao prazer ou ao descanso, tinham como principais justificativas razões familiares, como casamentos, batizados ou enterros; educativos, quando mestres viajavam de uma universidade europeia a outra; político-administrativas, realizadas especialmente por sacerdotes; econômicas com o deslocamento de mercadores; ou bélicas, guerras por razões políticas.

Os autores explicam que as feiras eram o principal motivo pelo qual os comerciantes e mercadores viajavam de uma cidade a outra. Aconteciam uma ou duas vezes ao ano e eram amparadas por um santo patrono, em algumas importantes cidades medievais. Chegavam a se caracterizar como atrativos internacionais, possibilitando o aumento no número de hospedarias, tabernas e também prostíbulos nas cidades privilegiadas com as feiras.

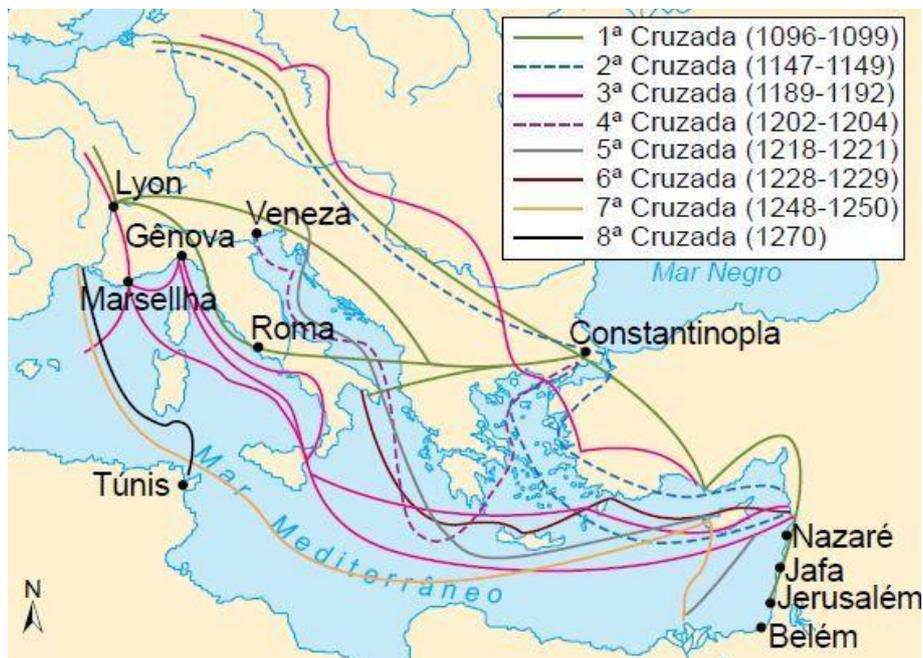
A forma de organização das cidades do Antigo Império Romano dificultou os deslocamentos por séculos durante a Idade Média. Muitas vezes, os trajetos eram realizados em trilhas em meio à floresta. Os caminhos fronteiriços de vilas, regiões, condados e reinos eram marcados pela cobrança de impostos, e a circulação independente de servos e camponeses que tinham seu ofício ligado à terra não era permitida.

A partir do século XII a situação melhorou de forma ostensiva. Houve um momento de maior liberdade pessoal e prosperidade econômica, e os caminhos se enchiam de sábios em busca de novos livros, de monges que escapavam da clausura com uma explicação qualquer, de jovens que iam às cidades para se formar em um ofício (Ibidem, p. 50, tradução minha)

Nesse mesmo tempo se disseminavam as peregrinações religiosas, organizadas e comercializadas a céu aberto em mercados e praças, sendo a mais popular a de Santiago de Compostela. As Cruzadas, iniciadas no século XI por Papa Urbano II tinham como objetivo a reconquista de lugares sagrados

como Jerusalém, na Palestina. A partir dessa, outras sete expedições ocorreram até o século XIII, marcadas pela crueldade e pela violência impressas na memória histórica dos povos muçulmanos em relação aos europeus.

Figura 8 – Trajeto das Cruzadas



Fonte: Grupo de história¹⁷

Ambos os acontecimentos ofereceram a possibilidade de novas formas de organizar a viagem. Era comum que os venezianos pensassem em alimentação e nos trajetos de ida e volta e comercializassem esse serviço aos peregrinos.

No século XIV, as contínuas guerras, a miséria e as epidemias resultaram no desmantelamento de estradas e vias de acesso de uma cidade a outra e a viagem converteu-se em uma aventura ainda mais perigosa. Devido aos conflitos de cunho religioso empreendidos no século XV, os desmembramentos políticos impossibilitaram a construção de novas estradas que ligassem diferentes territórios do continente. Foi apenas no século XVII que os banhos termais voltavam a ter sua importância, desfrutados pela nobreza e por raros viajantes dispostos a embarcar em longas viagens.

¹⁷ Disponível em <<http://grupodehistoria.com.br/resumos/baixaidademediia.pdf>>. Acesso em 08 abr. 2020.

No entanto, foram as viagens de descobrimento as que mais se aproximaram do que hoje se entende como turismo. Os venezianos se converteram numa grande potência comercial e política europeia. Viagens realizadas à Ásia, ao continente Americano e à África por portugueses, espanhóis e, mais tarde, holandeses e ingleses, mudaram completamente o mundo e o sentido das viagens, impulsionando a construção de um mundo transcontinental pelo contato do Velho com o Novo Mundo (FARALDO; LÓPEZ, 2013, p. 64).

Outras movimentações históricas marcaram a consolidação do turismo como uma prática social. Ao discutir o turismo se faz necessário compreender tais movimentações e como esses momentos significativos demarcam a eminente exclusão à prática. Sob tal perspectiva, o turismo subdivide-se em três momentos de significativas transformações, especialmente de acordo com Molina (2003), quais sejam: o pré-turismo, o turismo moderno e o pós-turismo, denominado também como turismo pós-fordista.

O pré-turismo, conforme apresenta Bursztyn (2005), encontra seu expoente no surgimento do Grand Tour, uma prática comum entre a nobreza inglesa, que consistia em promover viagens de estudos de seus filhos homens, com destino a diferentes países ao redor do continente, momento em que entravam em contato com outras culturas, histórias e demais estruturas políticas e sociais locais. Assim, a prática era reservada a um seleto grupo de homens abastados. Era, portanto, uma prática que supunha a necessidade de conhecer modos de vida, experimentar o contato com outros povos e lugares e “[...] manter um contato existencial com a região mediterrânea que tinha sido o berço da civilização greco-romana” (BARRETTO, 1998, p. 134). Além disso, o Grand Tour figurou-se como um momento de formação de lideranças políticas e militares (FARALDO; LÓPEZ, 2013). Durante esses deslocamentos, os viajantes eram acompanhados de um adulto, considerado tutor de alta confiança pela família e responsável pela logística a que implicava a viagem (BURSZTYN, 2005). Os Grand Tours aconteceram entre os séculos XVII e início do século XIX, figuravam um ritual de passagem dos jovens europeus para a idade adulta (FARALDO; LÓPEZ, 2013).

Com a introdução da máquina, a Revolução Industrial revela-se como um marco ao ato de viajar e às evoluções no turismo como praticado atualmente. No século XVIII, o deslocamento para estâncias alternativas e termas era motivado pela busca da cura de doenças. No século seguinte, esse movimento aos mesmos destinos se dá por uma questão de *status* social e econômico, logo, de diferenciação social. Mas os balneários só se popularizariam com a evolução das ferrovias (PIRES, 2001). Como fruto da evolução dos transportes aliada a outras transformações socioeconômicas, tecnológicas e culturais, a humanidade conhece o turismo moderno, embora Pires (2001) aponte que a primeira, se comparada às demais, perca em grandeza social, como o fortalecimento das cidades e prestígio da expansão econômica, e a conseqüente urbanização dos lugares.

À época, os turistas do fim do século XVIII e do século XIX – os chamados turistas neoclássicos e românticos, respectivamente – eram motivados a se deslocarem para conhecer, pela observação visual dos lugares, os principais monumentos, as paisagens e os lugares históricos de determinada região ou país. Dada as facilidades de transporte e o acesso generalizado da viagem como ócio e divertimento para aqueles em condições de o desfrutarem, cada vez mais turistas se deslocavam de uma localidade a outra em busca de contemplação (FARALDO; LÓPEZ, 2013). Nesse sentido, as Termas de Vichy, consolidadas no século XVII pelas propriedades curativas da água, ganham maior apreço pela infraestrutura que abrigavam. Voltada ao divertimento, contava com cassinos, teatros e concertos, que atraíam a atenção dos visitantes e figurava como uma alternativa à alta sociedade das grandes cidades do século XIX (MARRICHI, 2015).

Foi no século XVIII que se presenciou o desenvolvimento da infraestrutura turística expressa nos balneários marítimos ingleses. No campo, trabalho e divertimento se entrelaçavam, a exemplo das feiras, cidades pequenas e aldeias encerravam um misto de negócios e prazer. Contudo, à época, poucas pessoas viajavam que não as de classe superior (URRY, 1990).

Antes do trem, era marcante o papel das diligências a partir de 1784, associadas ao surgimento dos Correios, na Inglaterra. Esses veículos

transportavam correspondências e pessoas, chegando a percorrer cerca de 17000 milhas de distância, na Europa, mesmo que se tratasse de um transporte pequeno e pouco veloz (PIRES, 2001). Num segundo momento, nas primeiras décadas do século XIX, o vapor foi introduzido como força motriz para locomotivas e barcos; e, mais uma vez, os ingleses detinham a liderança tecnológica por criarem a propulsão à hélice, que movimentaria os barcos com a ajuda do vapor.

As disputas por destaque entre europeus e norte-americanos impulsionaram um salto na construção das malhas ferroviárias que interligavam diferentes partes do mundo (PIRES, 2001). Em 1830 foi aberta a primeira linha de passageiros entre Manchester e Liverpool, mais tarde ampliada e se estendendo pela Europa e pelos Estados Unidos (FARALDO; LÓPEZ, 2013). Em 1850, de acordo com Pires (2001), as ferrovias já transportavam cerca de 400 a 500 mil passageiros, e entre 200 e 300 toneladas de mercadorias. As passagens eram vendidas sob a forma de bilhetes, processo que facilitou a operação dos trens. “Em 1876 George Pullman construiu o primeiro vagão com cadeiras e transformou por completo a viagem: introduziu os vagões-restaurantes, quartos de banho e inclusive cassinos” (FARALDO; LÓPEZ, 2013, p. 82, tradução nossa). As chamadas *coche salon*, cabines reservadas e confortáveis para viajantes que fariam longas distâncias eram destinadas aos viajantes que pudessem pagar por esse conforto (PIRES, 2001).

Os recursos inventados pelos americanos contemplavam um veleiro extenso e capaz de transportar cargas de aproximadamente 10 mil toneladas. Os serviços de navegações não eram diretamente operados pelas empresas ferroviárias, mas mais tarde elas puderam comprar as vias náuticas. Por reivindicação da própria população, descontente com a privatização das vias nos Estados Unidos, sancionou-se uma lei de investimento em vias navegáveis especialmente próximas a zonas industriais para que o acesso fosse livre (PIRES, 2001). O veleiro perdurou até o final do século XIX, mas a partir de 1860 ganhou uma nova configuração, dividido em cabines e salões para refeições, não mais localizados na proa do barco, mas em toda sua extensão. As tecnologias não pararam de evoluir e, em 1870, “[...] entraram em uso o

condensador e máquina *compound*, que economizavam a água e o carvão, imprimindo aumento na velocidade do vapor” (PIRES, 2001, p. 13).

Enquanto se processava a revolução nos transportes, não ocorria, apenas, a ascensão do grande burguês, concomitantemente ao progresso das técnicas, mas também a migração para as cidades, o que gerou mudanças muito significativas na própria economia urbana, ocasionando rápido crescimento de atividades ligadas a setores da economia antes diminutos (Ibidem, p. 13).

Fora desde o século XVIII que os viajantes da nobreza puderam ampliar seus deslocamentos em razão de seu poder aquisitivo. Conforme os serviços de transporte evoluíam, mais caros eles ficavam. Mais tarde, burgueses e a classe operária começam a imitar os hábitos de viagem da nobreza alcançando os santuários de turismo da elite (FARALDO; LÓPEZ, 2013).

Em 1841 surge o primeiro protótipo de agência de viagem, idealizada pelo britânico Thomas Cook – muito embora os portugueses disputem a primazia, com a agência Abreu –, que promoveu uma viagem de um grupo de conhecidos para um congresso na cidade de Loughborough, Inglaterra. Na ocasião, ele incluía serviços como transporte e hospedagem no pacote comercializado aos passageiros. Anos depois resolve dedicar-se ao agenciamento de viagens e, acompanhado do filho, operou viagens para grandes grupos de turistas em território europeu. Foi responsável pela criação do que hoje se conhece por *voucher* de viagem. A hotelaria evolui e passa a atender às necessidades de uma clientela exigente que correspondia aos grandes industriais da Europa e América, e também a públicos médios, que com o incremento das atividades urbanas passa a conquistar espaço nesse fluxo massificado (PIRES, 2001).

Na metade do século XIX, no “[...] desenvolvimento do turismo industrial dava-se ênfase ao caráter recreativo, contemplativo e de diversão descompromissada com a realidade” (BURZTYN, 2005, p. 23). O turismo de sol e praia se populariza em contraposição ao clima acinzentado das cidades industriais, a praia assume um escape para lazer e divertimento dos sujeitos das cidades. Dessa forma, a civilização cria um novo gênero de deslocamento para prazer e saúde. O crescimento das viagens leva à presença de guias impressos e mapas turísticos, e do cartão postal, contribuindo para a popularização dos

lugares litorâneos e dos montanhosos, que recebiam hóspedes nobres e endinheirados. As evoluções propiciaram mudanças no ato de viajar e a introdução de novos elementos na civilização urbana (PIRES, 2001).

Nessa direção, o termalismo encontra o aporte científico para se transformar em atividade turística de contemplação da natureza e de cura de enfermidades. Da Inglaterra à Alemanha, as estâncias termais se transformaram em um local de encontro da <boa sociedade>, ou seja, os membros da alta sociedade e da nobreza de diferentes nacionalidades, “[...] os balneários não eram somente infraestruturas necessárias para a prática de um turismo de saúde na natureza, também foram lugares de diversão turística [...]” (FARALDO; LÓPEZ, 2013, p. 88, tradução nossa), com a oferta de instrumentos para caça, teatro, festival de música, cassinos e etc..

Nesse mesmo tempo, Faraldo e López (2013), abordam o turismo de costa (de praia) como populares entre a aristocracia, também pelas finalidades terapêuticas dos banhos de mar. A construção de hospedagens, restaurantes, salões de baile e teatro nos arredores de balneários marítimos eram atrativos para a classe. No entanto, a difusão do trem possibilitou o deslocamento das classes populares a esses locais, fato que levou a nobreza a distanciar-se dos balneários, especialmente britânicos, e descobrir a costa francesa do Mediterrâneo (URRY, 2001).

Os norte-americanos inventaram a Flórida e a popularização da terapia com as águas, era o momento da condição física dos sujeitos quando estirar-se ao sol virara um hábito (BOYER, 2003). “O turismo causou mutações profundas, ele mudou nosso olhar sobre o mar, as montanhas, as paisagens, sobre os valores [...] teve seu papel na descoberta de nosso corpo” (Ibidem, p. 46).

No Brasil, as evoluções demandariam um prazo maior, pois apenas em 1808 uma Carta Régia permitia a abertura dos Portos do país, ampliando o consumo de artigos de luxo pelas elites locais. No mesmo período popularizaram-se os banhos de saúde. Os serviços de hospedagem evoluem de estalagens aos primeiros hotéis instalados no Rio de Janeiro, com apelo comercial aos enfermos para retiros de cura junto ao mar. Viajantes estrangeiros

começam a chegar ao Brasil em maior número, alguns deles produzindo narrativas sobre a vida no local (PIRES, 2001).

Antes da Primeira Guerra Mundial o turismo havia se concentrado nas estâncias termais e de descanso, que se encontravam conectadas por trem com as principais cidades, mas a popularização do automóvel, por exemplo, na década de 1920 fez com que quase qualquer destino resultasse acessível e se conformaram novas rotas turísticas (FARALDO; LÓPEZ, 2013, p. 109, tradução nossa).

Conforme já apontado, os avanços tecnológicos decorrentes da Revolução Industrial indicam uma nova era na sociedade e no mundo do trabalho, marcada pela expropriação do trabalhador em função da acumulação capitalista, muito embora as narrativas turísticas destaquem as conquistas de algumas vantagens legais aos trabalhadores, tidas como importantes para o avanço da prática de viagens, no âmbito do lazer *produtivo*, a ser desfrutado pelos assalariados (CORIOLANO, 2006). A época consagra novas divisões de classes sociais, ganhando visibilidade a classe burguesa hegemônica, detentora do poder, e a classe trabalhadora – o proletariado –, as quais continuam presentes na atualidade, embora sob novas denominações. Ferreira (2010, p. 21) cita De Masi para apresentar essa divisão de classe:

[...] de um lado havia a classe dos operários, cada vez mais imprensados pelos ritmos da produção industrial, dilacerados na própria carne e com os nervos arrebatados, obrigados ao 'papel de máquinas fornecedoras de trabalho sem trégua nem remissão', intelectualmente degradados e fisicamente deformados pelo esforço e abstinência a eles impostos. De outro lado estava a classe dos capitalistas 'condenados ao ócio e ao prazer forçado, à improdutividade e ao superconsumo'. No meio havia a estupidez astuta dos mexeriqueiros encarregados do desperdício vistoso dos ricos.

A relação com a máquina fez do trabalho uma atividade rotineira e desgastante, comprometendo a qualidade de vida dos trabalhadores. Ao passo que as revoluções tecnológicas foram tomando espaço na estrutura social, houve também uma ampliação do tempo livre para atender aos <interesses> de ambas as classes. O tempo de trabalho extrapolava as capacidades do proletário, submetido a duras jornadas e à exaustão de seu ser, aprisionado pelas vontades do patronato que tinha o consentimento de padres, economistas e moralistas, sustentados sob a sacralização do trabalho, a frugalidade, uma

paixão funesta e a ausência de inquietação diante do sacrifício despendido ao labor (FERREIRA, 2010).

Com a invasão de lógicas capitalistas de sistema, o mundo reconhece a necessidade de desprender-se (mesmo que de maneira ilusória), das amarradas impostas na era industrial. Contudo, o tempo para essa sociedade não era dissociado do dinheiro, da produção e da riqueza. Assim, o tempo livre surge como forma de amenizar os impactos do labor na vida dos trabalhadores e, mais tarde, o lazer em virtude da necessidade de um anticotidiano (FERREIRA, 2010; KRIPPENDORF, 2003).

Nesse contexto, o lazer compreende um momento de fuga das estressantes rotinas laborais, e implícita à liberdade desse tempo encontra-se a recomposição para retornar ao trabalho. Contudo, no século XIX, o tempo livre só era livre quando o indivíduo tinha uma ocupação pela qual fosse remunerado. Àqueles que perdiam o emprego ou não estavam inseridos no mercado de trabalho por quaisquer que sejam as motivações, o tempo livre não era um privilégio (CORIOLANO, 2006). Foi a partir desse momento que o turismo teria se transformado em lazer, com o tempo livre vinculando-se ao trabalho. Ferreira (2010, p. 34), ao discutir o trabalho, tempo livre e lazer, corrobora com o posicionamento, quando afirma que os trabalhadores, “[...] estando empregados e com um maior tempo livre, conseqüentemente, terão um tempo maior para destinar ao lazer, o que aumentaria os gastos com o mesmo; portanto é um mercado com grandes chances de crescimento, em função, principalmente, de que a satisfação das pessoas é ilimitada [...]”.

Desta forma, infere-se também que o lazer assume seu papel enquanto produto de consumo instaurado na tessitura social vigente até hoje. Nessa direção, Krippendorf (2003) discute como as formas de lazer afetam a sociedade e o comportamento dos sujeitos à medida que o tempo transcorre. Se antes a era industrial apresentava seus malefícios às classes baixas, hoje o trabalho continua a comprometer a saúde de muitos, enquanto o escape encontra-se no lazer e na falsa sensação de libertação que o deslocamento para fora de si mesmo, ou de seu ambiente habitual pode proporcionar ao indivíduo. No mundo do trabalho, Ferreira (2010, p. 21), apoiada em Lafargue (2000), acrescenta que

“[...] as classes proletárias viviam em um mundo inumano de servidão para manter os privilégios de uma minoria crescente que passou a ganhar dinheiro e reivindicar o lazer como condição para manutenção de seu status”.

A afirmação traz à tona o questionamento sobre a quem o lazer, então, fora dedicado. Se ele pode ser um reflexo de ascensão social em virtude do poder aquisitivo e de consumo a que gozam os sujeitos ao desfrutarem de seu tempo *livre* em cinemas, cafeterias, lendo livros ou viajando, quem poderá suprir esses desejos quando instaurados na classe trabalhadora, já que o valor pago por sua força de trabalho, que é a força motriz para a produção de riqueza, ainda é baixo diante do valor daquilo que produziu e que também desejará desfrutar?

Conforme lembra Boyer (2003), os turistas eram raros nos séculos XVIII e XIX, pois essencialmente, era a alta sociedade que consagrava os lugares turísticos, eles tinham as ‘chaves da cultura’. Aos demais estratos sociais, quando praticavam turismo, copiavam os comportamentos das altas camadas, porque ser turista conferia status. No entanto, no século XIX, somente um décimo da população havia viajado: os ricos privilegiados. Para o autor, as “[...] práticas e as escolhas do turismo se difundem do alto para baixo, sem atingir a base. O “não público” do turismo era a maioria durante o essencial desse período; ele continuou a ser, no final do século XX, uma forte minoria [...]” (p. 37).

Apoiada em Padilha (2000), Coriolano (2006, p. 30) refere-se ao tempo livre como incompatível com o capitalismo e ainda complementa que se o modelo capitalista visa lucro, como consagra o jargão “time is money”, o tempo livre passaria a ser um desperdício. Mas há que se considerar que esse tempo livre se transforma em mais uma oportunidade de ganhos, tendo atrelado a si o consumo e a oportunidade de negócio “considerado um dos mais oportunos e rentáveis na atualidade” (Ibidem, p. 31).

A isso se deve ao surgimento de uma nova sociedade, que pela necessidade de conhecer outras partes do mundo, impulsiona também a demanda por novos produtos relacionados ao consumo turístico e, conseqüentemente, se consolida um mercado amplo e diversificado de ofertas capazes de atender a [quase] todas as classes sociais (FARALDO; LÓPEZ, 2013).

A relação entre turismo e capitalismo é estreitada, uma vez que o fenômeno transforma espaço e tempo em mercadoria, considerada uma atividade elitista a qual acreditam trazer felicidade, sucumbidos os valores humanos pelos monetários (KRIPPENDORF, 2003). Assim, o turismo seria uma “válvula de escape que permite o relaxamento das tensões, a orientação das vias socialmente inofensivas e das esperanças não realizadas. O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um analgésico que dá a ilusão de uma melhora passageira, mas que não pode curar a doença em si” (Ibidem, p. 46).

Quando discute o turismo como ‘indústria’, Coriolano (2006) se refere a um equívoco conceitual, pois o reduz a uma atividade diretamente ligada à economia, quando na verdade também representa um fenômeno sociocultural. Se o turista, sob a perspectiva econômica, é considerado um cliente, ou consumidor, e o turismo apontado como um propulsor de movimento à economia, do ponto de vista sociocultural o turista é um visitante em contato com culturas locais. Desta forma, o turismo possibilitaria a aquisição de culturas e trocas de experiências, realização de sonhos. Se de um lado isso representa benefícios de ordem econômica, de outro proporciona um ambiente de constante busca por aprendizagem.

Na sociedade industrial, o fenômeno assumiu seu caráter de ‘massa’, estandardizado e praticado também pelas classes médias, de acordo com Coriolano (2006), gerando lucros aos destinos receptores, mas também podendo levar a descaracterização de territórios, degradação e discriminação social. Em paralelo ao trabalho, o tempo livre, antes destinado à religião ou a afazeres domésticos, redirecionou-se também para passeios e viagens. Surgem as ‘semanas de férias’, momento em que se popularizam os balneários, campings e cooperativas de férias.

Se das transformações industriais emergiu a necessidade de lazer, há que se considerar que elas também afetaram o desenvolvimento do fenômeno turístico, que pôde ser complementado com transportes, meios de hospedagens, novos costumes e formas de produzir riqueza, instituindo-se também o desejo por viajar. Para Boyer (2003), os valores do ócio só penetraram nas camadas sociais mais populares pela difusão dos meios de comunicação de massa que

disseminavam o sonho da viagem. Enquanto os métodos de trabalho demandavam controle total sobre os trabalhadores, sendo a produção em série e massiva o centro da economia, as demais atividades também seguiram essa lógica (CORIOLANO, 2006).

Na sociedade surgem formas de lazer coletivas, atendendo à necessidade de distração e fuga dos sujeitos diante das rotinas, rapidamente os meios de comunicação produziram uma cultura em massa, o rádio, a televisão, o futebol, turismo de sol e praia, parques temáticos, e o lazer ascendem enquanto produto no mercado. Ao aproveitar-se desse movimento, os setores dos serviços passam a comercializar inescrupulosamente os paraísos fora de casa, a concorrência, portanto, é eminente, mas a demanda também (KRIPPENDORF, 2003). Cruz (2001, apud CORIOLANO, 2006, p. 33) ressalta que o turismo de massa difere do turismo das massas, uma vez que é praticado por uma parcela da sociedade bem distante da totalidade da mesma, e Richard Amiroum concorda que a expressão não se usa para desqualificar o turismo, mas para refletir sobre sua democratização (apud FARALDO; LÓPEZ, 2013).

No turismo moderno, para Faraldo e López (2013), ainda que o direito a férias para o operariado e maior possibilidade de acesso da classe ao lazer tenha sido institucionalizado, isso não impossibilitou que outros tipos de turismo continuassem excludentes, porque a emergência da elite recaía em não se deixar contaminar pelos hábitos de viagem dos menos abastados. Em contraponto, os cruzeiros de luxo são um exemplo de uma forma diferente de *fazer turismo*, encarecida pelo trajeto e pelos serviços de que se utilizavam os turistas, fazendo com que somente as pessoas de maior poder aquisitivo pudessem realiza-lo. O mesmo ocorreria com os hotéis de luxo, localizados nas grandes capitais, que uniam os viajantes da elite europeia.

Coriolano (2006) ressalta que o turismo moderno se aproveitou das evoluções implicadas na modernidade industrial como o aprimoramento dos transportes e o mundo conheceu consequências significativas em diversos setores econômicos, as viagens aéreas recebem maior aderência no universo do consumo. Enquanto países desenvolvidos transferem suas indústrias para os países periféricos, podem despender de maior atenção ao turismo e ao setor

terciário. A sociedade se reconhece sob uma economia mais flexível, tendo como base os serviços. Gradativamente, as alterações tornam-se visíveis, os consumidores assumem novos posicionamentos diante da prática do turismo e os países desenvolvidos reconhecem essas transformações como novas oportunidades de mercado e consumo. Para justificar essa exploração capitalista, as preocupações com o meio ambiente, as expressões culturais e sua sustentabilidade emergiram nos discursos voltados ao desenvolvimento turístico, tais como a sustentabilidade dos aspectos locais de lugares e regiões. A sociedade passa a exigir o combate às desigualdades sociais, defesa do patrimônio histórico e a manutenção de lugares saudáveis (CORIOLANO, 2006, p. 34).

Fora especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, de acordo com Faraldo e López (2013), que essa sociedade experimentaria avanços tecnológicos como melhorias na telefonia e telegrafia, bem como significativa melhora nas infraestruturas relacionadas aos meios de transporte popularizados, tais como o carro e o avião, com estradas e aeroportos de qualidade. Antes de desfrutar da aristocracia e da mais alta burguesia, as “[...] praias próximas a muitos municípios se enchiam de banhistas, trabalhadores seguramente, que agora decidiam somar-se à moda e ao ócio turístico [...]” (Ibidem, p. 110, tradução minha). Se conheceria, assim, o desfrute massificado das costas europeias.

Os autores defendem que o turismo de massa pós bélico consistiu, depois da década de 1950, na produção massiva e a baixo custo de diferentes produtos, inclusive aqueles de apelo turístico. Com isso, a motivação para viagem recaía nas férias em família em algum lugar com sol e praia. Contudo, em resposta à homogeneização dos lugares e do perfil mercadológico do turista-consumidor, os viajantes passaram a mudar os destinos de viagem em busca de experiências autênticas. As viagens populares organizadas por agências e realizadas a bordo de ônibus ou avião continuariam sendo realizadas, no entanto os viajantes contraculturais prezavam pela liberdade e a busca por exotismos e novidades.

É nesse movimento que podemos encontrar aproximações com o turista de hoje que, segundo Coriolano (2006), troca as satisfações genéricas e

massificadas que se instauraram na era industrial, por satisfações mais específicas, segmentadas e personalizadas, eles reivindicam por qualidade de vida e saneamento básico às comunidades receptoras, dissociando progressivamente a atividade do consumo predominante na lógica de modelo vigente. Assim, a autora defende que as classes de menor poder aquisitivo dos países avançados descobrem uma nova forma de turismo, o turismo social, correspondente àquele realizado por trabalhadores, classe operária e assalariados.

Nessa fase, denominada de pós-fordista por alguns autores, o turismo cumpre um importante papel na dinamização territorial dos lugares que têm como base econômica os serviços, ou setor terciário. O modelo de turismo de massa vigente desde os anos 1950 passa por fase de transição, oferecendo agora produtos segmentados e, teoricamente, de maior qualidade, personalizados e associados ao discurso da sustentabilidade ambiental e social, mas também com custos financeiros adicionais, que o colocam também como diferencial de classe.

Faraldo e López (2013) recordam que na década de 1920 ocorreu o primeiro congresso para discutir o tempo livre dos trabalhadores. Posteriormente, o acontecimento deu espaço à difusão da discussão sobre turismo social na Europa. Junto disso surgiram formas de lazer destinadas à classe operária, como acampamentos de férias, também o incentivo às viagens de trem e a maior permanência nas praias, com o barateamento do serviço de hospedagem. O primeiro acampamento de férias foi de iniciativa de William Butlin, em Skegness, em 1937. No ano anterior, na França, era institucionalizada pelo governo da Frente Popular o direito a férias remuneradas e em 1938 o governo britânico também o faz.

Por outro lado, é necessário repensar o próprio modelo econômico hegemônico, pois muitos aspectos indicam a falência do humano, em virtude trabalho. Enquanto o modelo vigente concentra-se na produção e lucratividade, as consequências dessa lógica são sentidas pelos próprios sujeitos envolvidos nesse processo. Para Krippendorf (2003), a massificação do turismo gera crises ambientais devido à falta de cautela com que os espaços naturais são utilizados,

sob a falsa ideia de vê-los como um recurso inesgotável. Surgem grupos em defesa e contra a degradação dos espaços e paisagens; decorre também desse movimento a invasão das comunidades autóctones, emergindo o sentimento de exclusão de sua história e sua configuração local em virtude do desenvolvimento turístico a que são submetidas, despertando o desejo, portanto, de expulsar esse 'jugo' turístico e assumir de forma autônoma esse processo de desenvolvimento, com gestão participativa e atuação direta, o autor ainda é enfático: eles estão preparados para a revolta.

Por outro lado, Molina (2003, p. 47) defende que

[...] as comunidades que rejeitam o turismo e suas sequelas sociais e culturais e que, reconhecendo as vantagens econômicas, recuperam o espaço perdido para o turismo tradicional, confinando-o em um território super delimitado, no qual criam inúmeras barreiras para salvaguardar seus valores e práticas sociais e culturais.

Segundo Krippendorf (2003), quando o desenvolvimento começa a instigar reflexões sobre suas vantagens e conveniências, é hora de um repensar. A economia tem se distanciado da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que se apodera das liberdades individuais. O turismo de massa sustenta-se sob a lógica do <ter> e não na do <ser>, o desejo de posse parece permear esse processo, enquanto a busca por um sentido em existir centra esse desejo consciente por deslocar-se. Esse modelo de sistema alimenta a crescente tendência à concentração econômica, grandes empresas dominam o mercado em detrimento de pequenos e médios negócios que lutam para sobreviver nesse mercado hegemônico, a divisão de trabalho é consolidada e a especialização acentua-se gerando uma dependência econômica de países subdesenvolvidos em razão da impossibilidade de auto abastecimento.

Coriolano (2006) reconhece que, ainda que a mudança no próprio mercado global tenha feito surgir o turismo de base local, chamado como *de inclusão* (p. 45), inserindo pequenos lugares, os produtos locais e empreendimentos na cadeia produtiva do turismo. As contradições são latentes, porque sob a ótica econômica, o turismo é em sua origem, elitista, negando algumas vezes o local e promovendo a degradação das culturas locais em razão da maximização do lucro. A autora ainda aponta para a seletividade da economia

e sua tendência em alocar-se para lugares privilegiados, resultando em gargalos sociais, a exemplo do Estado do Ceará, em que as políticas acentuam severamente as contradições socioeconômicas pré-existentes.

O turismo sem responsabilidade para com aspectos ambientais e socioculturais das comunidades receptoras tem revelado altos custos, uma vez que o reconhecimento e a promoção de determinadas culturas são feitos sem um estudo prévio dos recursos existentes. Se antes a atenção de gestão e planejamento do desenvolvimento turístico dos agentes da oferta centrava-se no turista, hoje deveria recair sobre as comunidades, levando ao cumprimento de uma responsabilidade social desses para/com a sociedade, garantindo os direitos das minorias, das populações estabelecidas e a preservação do meio ambiente (CORIOLANO, 2006).

Por exemplo, ao pensarmos o turismo 'exótico', denominado por Krippendorf (2003) como aquele no qual os ricos viajam para os países dos pobres, a possibilidade de encontro e de diálogo entre os turistas e autóctones é comprometida pela distância real entre suas vidas. Aponta que uma análise comportamental, precedida de uma constatação enquanto espécie, afirma que é preciso que ambos os sujeitos em relação tenham um aspecto em comum para adentrarem no universo um do outro.

Os viajantes que se dirigem aos países periféricos ao capitalismo central reconhecem um contraste social gritante. Enquanto os turistas são hospedados em guetos ou similares para assegurar a qualidade da experiência e atenuar o choque cultural, acabam distantes, integralmente, do país receptor e de seus habitantes, e "[...] o que deveria ser um encontro, sucumbe à 'síndrome do zoológico': uns e outros se observam" (KRIPPENDORF, 2002, p. 86). Ao cogitarem transitar pelas comunidades, isso se dá na tranquilidade de um ônibus com ar condicionado e os autóctones tornam-se espetáculo e tema para fotografias. São também sujeitos ferramenta que viabilizam o suprimento de suas necessidades primárias enquanto turistas.

E nessa direção, Faraldo e López (2013) constroem sua reflexão sobre o turista contemporâneo. Além da tendência a procurarem por lugares exóticos, é nesse movimento que ele oferece subsídios para que os recursos encontrados

sejam rapidamente turistificados. Tempo e espaço são aproveitados pelo turismo ao transformarem tanto o passado (oferta de museus, centros históricos e patrimônios históricos em pacotes de viagem), quanto o futuro (parques temáticos com espaços futurísticos) em potenciais atrativos às massas.

Coriolano ressalta que o fenômeno ainda revela a alta concentração de riqueza nos países receptores, logo, ao passo que o turismo implica a inclusão social por meio da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos envolvidos e no aproveitamento integral da população sobre os benefícios advindos de seu desenvolvimento, é discutível a efetividade disso atualmente. O turismo ainda está sob as forças hegemônicas de mercado e o discurso de inclusão parece acentuar a exclusão social e espacial de muitos. No pronunciamento do representante da OMT, registrado pela autora, ele diz que o turismo pode ser um importante fator de inclusão e combate à pobreza, desde que o setor que se relaciona diretamente com a atividade (serviços) compreenda a complexidade dessa tarefa, mas Coriolano complementa que isso depende notadamente de uma vontade política. Já na fala do representante da Embratur, destacado por ela, nota-se claramente o posicionamento do Instituto diante do turismo, quando afirma que o turismo é o melhor negócio do mundo, ao mencionar que a maior “riqueza de uma nação é a sua gente e o seu próprio território” (Ibidem, p. 177). Infere-se aí que tudo pode ser facilmente transformado em produto, sem ponderar as variáveis atreladas a esse processo.

A autora, apoiada em Sposati, explica que no Brasil há uma cultura patrimonial que divide proprietários de não-proprietários. Os serviços públicos de atenção básica servem a uma camada de miseráveis, que nem se quisessem, poderiam gozar de serviços privados ou de elevada qualidade, assim abre-se espaço para a visibilidade das concessões públicas e filantrópicas, sendo o discurso de inclusão seletivo e meritocrático. A notória exclusão nas metrópoles brasileiras aponta para as disparidades sociais, mas ela assume sua extrema quando nega o direito à segurança alimentar de muitos, além de manifestar-se de outras formas como o não direito à saúde, habitação, educação, cultura, ao meio ambiente, lazer e turismo. Ainda que os discursos dos sujeitos envolvidos no fenômeno turístico em núcleos receptores como Canoa Quebrada apontem

aspectos positivos e negativos do turismo local, ele ainda é entendido como um gerador de receitas e de divisas para as comunidades locais e o momento propício para comercializarem seus produtos e serviços, ainda que de forma amadora, sem distribuição equitativa e justa de renda.

Há uma explicação econômica para isso, a internacionalização passou para a globalização da economia, dando espaço às multinacionais e empresas de grande porte. O turismo hoje possui um mercado dominado por oligopolistas que dizimam qualquer possibilidade de os pequenos negócios locais terem sua ascensão enquanto serviços, pois também estão submetidas a uma lógica de mercado potente capaz de excluir as pequenas empresas que operem isoladamente em destinações turísticas. A lógica de consumo das sociedades ocidentais agrava o sentimento de exclusão em países periféricos, que não podem acompanhar esse padrão.

Apoiada em diferentes autores, Coriolano (2006, p. 183) defende que “a sociedade está dividida em três grupos – os que têm cartão de crédito, os que não têm, mas gostariam de ter e os que nunca ouviram falar em cartão de crédito”. No primeiro grupo estão os permanentemente incluídos, no segundo grupo estão aqueles cuja vontade é a de ter o poder de ingresso, embora participem ativamente da sociedade do consumo, ainda aguardam por uma oportunidade de plena inserção. E no terceiro estão aqueles totalmente excluídos, que acompanham pela televisão ou jornal o consumismo instalado na estrutura social.

Para a autora, ainda, o sentimento de exclusão experimentado pelos dois últimos grupos cresce gradativamente no Brasil, assim como em demais países periféricos, embora a privação e o sentimento de rejeição sejam diferentemente provados do que nos países centrais. A própria exclusão advinda do trabalho e da rejeição de determinadas condições individuais bane os sujeitos do direito às viagens e ao turismo.

Na exclusão estão aqueles rejeitados socialmente por condições políticas ou individuais, e poderiam ser acrescidos muitos outros. O problema da injustiça social aumenta ainda mais a distância entre o excluído e o incluído, pois a pobreza é eminente. Àqueles que ocupam o nível intermediário na sociedade,

conforme vão sendo privados dos direitos conquistados, congelados seus salários e (in)voluindo as reformas ditas sociais, aproximam-se cada vez mais da ala dos excluídos pelo fenômeno denominado empobrecimento dos grupos intermediários (CORIOLANO, 2006).

A autora aponta que há vários tipos de exclusão que afetam a humanidade atualmente: a étnica, a geográfica, a material e a do universo simbólico, a última podendo ser a mais violenta, pois impossibilita às pessoas a construir suas próprias vidas. “Portanto, o chamado subdesenvolvimento, com seus problemas socioeconômicos, assim como as guerras políticas e religiosas, pode inviabilizar políticas de turismo” (CORIOLANO, 2006, p. 186). Ela ainda cita casos de países onde a violência urbana é tão acentuada que até os turistas sofrem com esses reflexos, como o caso da Argélia que registra sequestros de turistas por ataques de fundamentalistas, ou então no Egito, onde os atrativos turísticos são potenciais motivações para os grandes fluxos, mas turistas podem ser assassinados como forma de expressar uma pressão contra o governo vigente. Muitos são os casos registrados em que turistas são ameaçados pela desigualdade social eminente, e a crescente nos números faz com que a violência e o terrorismo assustem a humanidade.

No Brasil essas contradições comprometem os fluxos turísticos em regiões de maior concentração de riqueza; no Nordeste a pobreza constrange o visitante e é responsável pela queda na demanda. Tal fato evidencia uma preocupação social latente, ao passo que o fazer turismo tem a exclusão como uma realidade, igualmente a produção de serviços turísticos, é possível considera-lo também uma oportunidade de inclusão àqueles que não dispõem de grande capital, mas são dotados de capacidade de trabalho. Dentre os arranjos produtivos, a inclusão social e econômica de cidadãos destaca a possibilidade a que se refere Coriolano com o surgimento de micro e pequenas empresas que garantem sustentação econômica às aglomerações, e também médias empresas que cumprem um importante papel de liderança. Assim, fica claro que a questão de inclusão demanda essencialmente uma vontade política em viabilizar pequenos negócios para que se transformem em ativos socioeconômicos.

Ainda segundo Coriolano, em comunidades onde o turismo é vertical e surge imposto de cima pra baixo, megaempreendimentos ocupam o território das comunidades sem se preocupar com o que ela demanda enquanto representação social e cultural. Do ponto de vista de Boyer (2003, p. 31), o “turismo contemporâneo é o herdeiro das formas elitistas. Passou-se de um pequeno número às massas sem revolucionar o conteúdo”. Para ele, ainda, o que distancia as camadas sociais do fenômeno turístico são as barreiras culturais que impedem a permeabilidade do mais baixo estrato social em sua prática.

No que tange à construção teórica possível a partir dos temas cidade, exclusão e turismo, temos que a Cidade enquanto lugar de convivência é abrigo de pessoas e também produz seus próprios discursos. A estrutura que organiza a cidade prioriza seu aspecto econômico e expressa em seu território as vantagens de seus equipamentos, que encarecem seu entorno e acabam relegando às mais baixas camadas sociais a habitarem suas bordas sob a pena do não acesso a diferentes serviços essenciais para manutenção da vida em seu interior. A exclusão se revela uma característica eminente na extensão da cidade, conforme discutido, traço presente desde a Cidade Antiga, destacado no desenho da Cidade Medieval e constante no modelo de Cidade Moderna. A Cidade Contemporânea, sob a qual entendo que estejamos vivendo, revela o agravante da produção de pobreza na cidade enquanto um sintoma de um problema essencialmente político.

E nessa direção, o Turismo se desenvolve, no transcorrer da história, enquanto uma prática social de prestígio às classes mais abastadas. Desde a Antiguidade, os deslocamentos de cunho recreativo são reservados àqueles cujo poder econômico e status social privilegiado possibilitavam que se movimentassem em segurança de um lugar ao outro. As situações que levam os pobres para a estrada eram sempre em detrimento de interesses outros, como tarefas relacionadas ao reino ou conflitos de guerra.

Somente no século XIX que as classes operárias passam a ocupar espaços turísticos com a finalidade de descanso e lazer, no entanto, sempre fora um incômodo aos ricos que eles estivessem em ‘seus’ lugares. A partir daí é que

surtem diferentes segmentos de turismo, diretamente explorados pela lógica capitalista de rentabilização dos lugares e depreciação do espaço pelo uso turístico. O 'produto turístico' passa a incorporar uma gama de serviços que inviabiliza, mais uma vez, o protagonismo das classes menos abastadas na prática. Ocorre que nem no contexto da cidade e nem no contexto do turismo há a preocupação em inserir o pobre enquanto protagonista. As barreiras, embora não se revelem explicitamente, seguem existindo e impedindo o acesso a diferentes benesses da cidade e também das vicissitudes do Turismo. Em última instância, nós, pobres, estamos à mercê de nós mesmos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

[...] a especificidade de uma prática não pode ser pensada como exclusividade, mas sim como forma peculiar de aproximação com o objeto, com construção singular de mediações (MARTINELLI, 1999a, p. 12).

Diante disso, postulo que esta pesquisa é de abordagem qualitativa por preocupar-se fundamentalmente em conhecer o sujeito de pesquisa, sua história e a forma como se relaciona com o mundo. Com foco em uma temática específica, os dados da pesquisa qualitativa “[...] ganham vida com as informações outras [para além das de cunho quantitativo], com as narrativas que os sujeitos nos trazem [...]” (Idem, 1999b, p. 21, adendo meu).

Para que se conheça o outro, é importante que nos coloquemos à disposição da escuta, só assim é possível a construção coletiva da realidade que se apresenta. Contudo, o contato direto com o sujeito da pesquisa é indispensável. Às pesquisas que abordam temas de forma mais focalizada, prioriza-se aprofundar a percepção do sujeito com base em fatos que estão próximos de sua vida e de seu cotidiano, ou que incidem diretamente nele (MARTINELLI, 1999a).

Como pressupostos da pesquisa qualitativa tem-se o reconhecimento da singularidade do sujeito e a escuta como principal meio para conhecê-lo. No entanto, é necessário esclarecer que cada pesquisa é única, os <resultados> pautados na abordagem qualitativa sempre serão diferentes. Essas pesquisas partem do reconhecimento da importância de conhecer o modo de vida do outro, pois é assim que se apreende como ele vive a vida e a constrói (Ibidem). “Assim podemos afirmar que, nessa metodologia de pesquisa, a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados por ele atribuídos” (Ibidem, p. 23). Se presume, portanto, o conhecimento da experiência pessoal do outro, a busca de seus significados de vivência. Podem ser trabalhadas técnicas diferentes como observação participante, visita a domicílio, recursos de imagem. As metodologias, para Martinelli (1999a), são relacionais, dependem de procedimentos e podem ser analisadas pela triangulação do uso combinado de técnicas, finalidades de pesquisa e referencial teórico utilizado como base.

De maneira geral, a pesquisa qualitativa é participante, pois somos sujeitos da pesquisa, também. Citada por Martinelli (1999a), Mercedes Vilanova

disse: quanto mais emoção colocamos em nossa pesquisa, mais vida ela terá. Não abdicamos de nossas emoções para pesquisar, pelo contrário, quando nos pusemos dispostos à escuta, também nos dispomos a revelarmo-nos a nós mesmos (Ibidem). No que se concebe como pesquisa qualitativa, a realidade é uma construção social, por isso procura-se entender os fenômenos a partir da interação entre pesquisador e sujeito de pesquisa. Nesse sentido, o pesquisador é “[...] ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes em seu contexto” (BAPTISTA, 1999, p. 37).

Para Diniz (1999), essa pesquisa depende de uma análise intuitiva e relacional e, para isso, é imprescindível o conhecimento do contexto do objeto. De igual forma, a pesquisa exige flexibilidade em relação à objetividade e a viabilidade de combinação de métodos qualitativos e quantitativos, assumindo-se de caráter multidimensional. A metodologia pode ser complementada com dados quantitativos, ou seus achados acadêmicos, transformados em quantitativos (MARTINELLI, 1999a). Assim, a pesquisa qualitativa não se preocupa com dados de ordem numérica, uma vez que visa ao conhecimento aprofundado do grupo social em estudo. Em síntese, busca-se explicar o porquê das coisas, sendo o pesquisador sujeito e objeto de seu próprio projeto. Essa abordagem “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 32).

É nesse sentido que se postula a seguinte questão problema de pesquisa, conforme contextualizada na Introdução desta dissertação: considerando-se que a Cidade se constitui historicamente na dialética inclusão-exclusão e que o Turismo, enquanto prática primordialmente urbana, segue na mesma ênfase, questiona-se qual a visão e as possíveis vivências de moradores de uma comunidade periférica em Caxias do Sul/RS (Brasil) em relação ao Turismo.

No prosseguimento, apresento o objetivo geral e os objetivos específicos, pertinentes à questão problema supracitada e que vão ao encontro das proposições teóricas e metodológicas previstas nessa dissertação:

Objetivo geral: considerando que a Cidade e o Turismo se constituem sob a dialética da inclusão-exclusão, levantar e discutir a visão e possíveis vivências de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS, questionando a possibilidade ou impossibilidade de encaminhar a viagem e o turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social.

Que se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

1. Apresentar a Cidade e o Turismo na sua constituição histórica conexas à exclusão social, econômica e cultural;
2. Apresentar a comunidade em estudo (a) a partir de seu processo histórico de constituição; e (b) da consolidação de seu perfil socioeconômico na atualidade, correlacionando-o aos dados do IBGE sobre a pobreza no Brasil;
3. Consolidar a visão da comunidade no que se refere ao tempo livre e ao Turismo vivenciados ou percebidos;
4. Discutir, a partir dos posicionamentos dos sujeitos em relação à Cidade e ao Turismo, se é possível encaminhar a Viagem e o Turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social.

3.1 PESQUISA PARTICIPANTE COMO OPÇÃO METODOLÓGICA

Considerando o objetivo geral da investigação, optei pela Pesquisa Participante como estratégia metodológica, uma vez que possibilita encaminhar maior aproximação epistemológica entre teoria, método e objeto. A Pesquisa Participante (PPAR) tem como cerne a solidariedade como forma de construção do conhecimento por meio do reconhecimento do outro como igual. Para que se consolide é importante que se mude de lugar e de olhar a fim de pensarmos nós mesmos através dos outros. A busca solidária acaba sendo biográfica também, podendo ser uma pesquisa participante ou uma participação pesquisante pela inserção do pesquisador no cotidiano dos sujeitos (investigados) (BRANDÃO; STRECK, 2006).

Tal metodologia alternativa pauta-se na complexidade da realidade social dotada de aspectos subjetivos. O rigor metodológico tradicional avalia e considera, para fins científicos, aquilo que se entende pertinente aos projetos de

pesquisa, contudo, escapam disso registros descritivos capazes de captar a abrangência da realidade social. Ressalta-se que ela refuta a neutralidade da ciência no estudo da realidade, uma vez que entende que as metodologias tradicionais travam uma relação violenta e de manipulação da realidade em prol de objetivos, *a priori*, a serviço do sistema dominante (DEMO, 2011).

Estabelece-se um trânsito entre a academia e os movimentos sociais, que objetiva tornar a investigação científica e social, uma forma solidária de participação, com vistas à construção de um saber de partilha. A formação de uma rede de *sabedores*, uma trama que permite o conhecimento da historicidade do ser e do fazer humano pelo mecanismo do diálogo (BRANDÃO; STRECK, 2006). Assim, é possível estabelecer um mundo de vida social, de transformação em que homens e mulheres são livres, protagonistas e ativos no processo de fazer pesquisa, visando a produção de um conhecimento capaz de contribuir para o avanço das lutas sociais a partir de classes sociais subalternizadas (SILVA E SILVA, 1991).

Na América Latina, a prática de pesquisa participante teve seus primeiros indícios entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como protagonistas Paulo Freire e Orlando Fals Borda (BRANDÃO, 2006), então sob denominação de investigação-ação. A partir da década de 1970, embora se atribua forte influência de Freire em pesquisas de cunho participacionista, ela viria de uma vertente mais sociológica do que educacional. Cunhada como uma crítica à unidade de método prevalecente nas Ciências Sociais, que se limitaria a uma visão unidimensional da realidade social, com separação radical entre ciência e política, e manipulação da informação para evitar a participação coletiva em processos de gestão social (GAJARDO, 1999). Gajardo lembra, inclusive, que a proposta, encabeçada por Fals Borda, sociólogo colombiano, era composta de ensaios que se comprometiam em estudar a situação histórica e social dos setores mais pobres da sociedade colombiana, sustentada numa concepção de ciência que distingue a ciência popular da ciência dominante. A primeira priorizaria o conhecimento empírico, proveniente do senso comum, bem cultural e ideológico ancestral das camadas de base social, permitiria compreender os paradigmas

emergentes de classes sociais não privilegiadas. A segunda, estaria voltada à manutenção e sustentação do sistema capitalista vigente.

Carlos Brandão, nas palavras da autora, é considerado um dos precursores na introdução da Pesquisa Participante no Brasil. Entende a PPAR como um novo modelo de investigação em Ciência Social com foco na realidade local de comunidades étnicas, periféricas e/ou grupos sociais excluídos. Se assume o caráter transformador de organização social e de mobilização popular. Se pretende (mas nem sempre se alcança) tornar as pesquisas em comunidades mais do que mera coleta de dados, mas também uma atividade pedagógica, a exemplo da *educação popular* e da Teologia da Libertação. No hemisfério norte, a Pesquisa Participante foi prática comum em estudos empreendidos por Kurt Lewin que, como outros cientistas sociais dos Estados Unidos da América e da Europa, visavam mudança ou desenvolvimento social e melhorias na qualidade de vida da sociedade. Outro autor influente foi Karl Marx com a *enquete do operariado* [sic] (BRANDÃO, 2006).

É no bojo dos movimentos populares, a partir dos anos 1970, que a tradição da Pesquisa Participante se difunde à margem das universidades, em desdobramentos políticos que, no Brasil, estariam associados ao surgimento do Partido dos Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Teto (MST), “[...] cuja proximidade constante com a educação popular e com as comunidades eclesiais de base originadas da Teologia da Libertação é bastante reconhecida” (Ibidem, p. 30).

A pesquisa participante, segundo Brandão (2006), apresenta-se de cunho social, pedagógico e científico, dando voz à participação popular no processo de investigação e inserindo a pesquisa nas ações populares com experiência práticas de diálogo e de reciprocidade. Regida pelo diálogo entre as diferenças, a pesquisa participante propõe reconstruir a realidade social dos sujeitos. Na mesma direção, Gabarrón e Landa (2006) apresentam a pesquisa participante como uma metodologia alternativa, não positivista, para o fazer ciência, que ganhou espaço na América Latina em décadas conflituosas e de regimes autoritários e em presença do empobrecimento das populações devido à explosão demográfica e subalternização dos papéis sociais por eles

desempenhados. Um modelo de resistência que parte da construção coletiva e participativa de conhecimento.

As pesquisas que se orientam pela participação, do ponto de vista das autoras, devem acordar com os problemas pertinentes às comunidades estudadas. Ainda que tenham enfoques específicos, prezem pela resolução deles com o protagonismo dos atores sociais locais. A PPAR geraria uma modalidade de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas. Esse conhecimento se recria de dentro para fora a forma concreta das gentes pesquisadas (GABARRÓN; LANDA, 2006; BRANDÃO, 1999).

Enquanto o conhecimento científico adota um objeto de pesquisa, expressão que subordina aqueles que se pretende conhecer ao reconhecimento de objetos também da história, no conhecimento popular restitui-se a partir de perguntas a capacidade de conquistar o poder de serem os sujeitos tanto do conhecer quanto do trabalho de transformar (BRANDÃO, 2006). A PPAR encaminha-se pelo reconhecimento dos sujeitos como agentes de sua própria história, com direito à participação no processo de produção de conhecimento. “Adotando uma postura dupla de observador crítico e de participante ativo, o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido [...]” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1999, p. 26).

Nesse sentido, a pesquisa participante dá origem a um conhecimento coletivo da realidade em que os sujeitos de pesquisa se transformam, em parte, em pesquisadores, e o pesquisador em sujeito. No caso de pesquisas que não envolvem diretamente os sujeitos pesquisados, ela deve ser capaz de produzir um conhecimento que se coloca à disposição das transformações sociais do contexto em que se insere. Pesquisador e sujeitos envolvidos são uma unidade da ação que busca desvendar a realidade. A PPAR implica tomar criticamente a realidade como objeto de estudo, daí a importância da inserção do pesquisador na realidade social para dar vida à ciência comprometida com aquela conjuntura (SILVA E SILVA, 2006). A autora ainda destaca dois atributos da pesquisa participante: a relação de reciprocidade entre sujeito e “objeto”, ou seja, o uso de técnicas capazes de propiciar o diálogo entre iguais de modo a que ambos os

lados sejam ativos no processo; e a relação dialética entre teoria e prática, isso quer dizer que os conhecimentos construídos no processo de pesquisa participante devem ser capazes de articular os construtos teóricos à realidade estudada.

No processo de pesquisa é necessário destacar os sujeitos a serem envolvidos na investigação, pois são dotados de saberes fundamentais e complementares àqueles já postos. Além disso, as técnicas que auxiliarão a germinar o conhecimento, fruto da pesquisa participante, podem ser entrevistas semiestruturadas e/ou grupos focais que possibilitam o momento de debate de ideias e de posturas (SOBOTKA; EGGERT; STRECK, 2006). Sendo assim, é possível compreender que a Pesquisa Participante circula por diferentes concepções, mas reúne em seu cerne aspectos valorativos referentes à construção de conhecimento, que podem ser entendidos da seguinte forma:

- a) Reciprocidade entre pesquisador e grupo ou sujeitos pesquisados pela via do diálogo;
- b) Flexibilização entre teoria e prática;
- c) Promoção da reflexividade mútua, tendo como objeto a realidade vista criticamente.

Para que seja possível alcançar essas dimensões da PPAR, é necessário que se preze pela participação dos sujeitos do grupo ou da comunidade em estudo, pelo protagonismo tanto de pesquisador como do(s) participante(s) no ato de pesquisar, com vistas à busca pela reconstrução da realidade social pela reflexão conjunta de sua própria conjuntura.

Contando com os achados de pesquisa resultantes de pesquisas anteriores, pautados sob a mesma lógica da inclusão e exclusão social na cidade e no turismo, a Pesquisa Participante como escolha metodológica para este novo momento, apresentou-se como adequada à continuidade da investigação dada sua preocupação com a construção coletiva do conhecimento relacionado à área pesquisada.

Reitero, nessa perspectiva, que sou moradora da comunidade objeto da presente pesquisa desde os cinco anos de idade e, portanto, mantenho uma relação de proximidade com a maioria dos moradores ouvidos/entrevistados no

âmbito dessa dissertação. Logo, a Pesquisa Participante foi um encaminhamento 'natural' para que se consolidasse a coleta de dados e posterior análise, visto que essa metodologia prevê a aproximação do pesquisador ao contexto do sujeito de pesquisa. Ainda, o fato de ser moradora da comunidade auxiliou na ampliação dos aspectos relacionados a essa pesquisa, visto que, na condição de pesquisadora, me abro à observação da dinâmica local, reconhecendo a viabilidade de aprofundamento ao questionamento que me propus refletir desde a graduação.

A proximidade com a comunidade contribuiu para o sucesso na coleta de dados, uma vez que os sujeitos estão familiarizados com minha presença no local e me reconhecem como uma pessoa *de confiança*, já que sou filha da presidente da Cooperativa, uma das pessoas mais influentes daqui e que contribui positivamente para os avanços prospectados pelo coletivo.

Além disso, a condição de bolsista no Mestrado me permitiu dedicação exclusiva à investigação e às atividades do Programa. Nesse sentido, pude propor uma metodologia e técnicas de pesquisa que buscaram alcançar toda a comunidade, e, conseqüentemente, consegui consolidar dados que representam um olhar de dentro, um olhar do morador pobre e periférico. A disponibilidade de tempo se fez indispensável para a coleta, agrupamento e análise desses dados.

Assim, a escolha das técnicas de pesquisa descritas posteriormente dá-se no sentido do cumprimento dos objetivos propostos no âmbito da presente pesquisa, no sentido de abordar qual a visão e possíveis vivências de moradores de uma comunidade periférica em Caxias do Sul/RS (Brasil) em relação ao Turismo. Além disso, o intuito foi encontrar sinalizadores discursivos que permitissem (re)pensar o turismo pela via da inclusão social. Tanto a realidade social dos sujeitos quanto os construtos teóricos subsidiaram a análise *a posteriori*, organizada por temáticas abrangentes no que tange à busca de uma resposta ao problema de pesquisa.

Para aprofundar o (re)conhecimento da comunidade em que a pesquisa foi aplicada e embasar o pressuposto de que se trata de uma comunidade periférica em relação ao centro urbano, não apenas em termos espaciais, mas que essa periferização se faz acompanhada de exclusão econômica,

consequentemente cultural e turística, optei por empreender, complementarmente, uma pesquisa de perfil na comunidade. Utilizei para tal um questionário inspirado na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), adequando algumas categorias de resposta à realidade da comunidade, como, por exemplo, a inclusão da alternativa homem sozinho com filhos à questão sobre composição familiar. Além de questões fechadas referentes ao perfil da família, conforme o PNAD, incluí questões semiestruturadas diretamente relacionadas a minha pesquisa, abordando as opções de lazer dos moradores em diferentes momentos considerados 'tempo livre', cujas respostas foram anotadas no momento da visita aos domicílios para aplicação do respectivo questionário.

Posteriormente, ainda na direção de atender aos objetivos propostos, foram realizados três grupos focais com os moradores, no sentido de ouvir suas percepções acerca dos temas 'Cidade' e 'Turismo'. Quanto à primeira temática, o intento girou em torno de entender como essa comunidade compreende a Cidade, quais são seus conceitos sobre as periferias e suas percepções acerca da inclusão e exclusão social. Nesse sentido, é possível compreender que distâncias permeiam o discurso desses sujeitos quando pensam Caxias do Sul em sua totalidade. No que se refere à segunda temática, Turismo, focalizei em aspectos que instigaram os participantes a descrever como viajam, por que viajam, para onde viajam, quando viajam e o que costumam fazer durante esses deslocamentos.

A pesquisa de perfil foi realizada em visita aos domicílios de 122 moradores da comunidade e os grupos focais ocorreram em uma sala de aula no interior da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marianinha Queiroz, localizada na comunidade, para que não houvesse problemas ou custos com deslocamentos.

3.2 TRILHA INVESTIGATÓRIA

As técnicas para obtenção dos dados têm como objetivo fornecer informações relevantes à investigação, conforme o problema investigado, seus objetivos e a disponibilidade de recursos para realização do projeto. Diferentes objetivos, demandam, em princípio, o desenvolvimento de técnicas diversas

(DENCKER, 1998; SCHÜLTER, 2003). Considerando o proposto pela Pesquisa Participante, a presente investigação coletou seus dados a partir de revisão bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de perfil e grupos focais.

3.2.1 Caminhos da fundamentação teórica

A revisão bibliográfica consiste na primeira técnica a ser utilizada pelo pesquisador para que se estabeleçam os objetivos e o problema de pesquisa. Fundamentada em fontes bibliográficas, ou seja, escritas, é daí que são extraídos dados para a construção de um referencial teórico substancial capaz de alicerçar o percurso da pesquisa empreendida (GERHARDT; RAMOS; RIQUINHO; SANTOS, 2009). Para Dencker (1998) é, portanto, uma técnica que recorre ao material já elaborado sobre o tema proposto de pesquisa, tais como livros e artigos científicos e permite maior amplitude sobre o tema, bem como a apreensão de dados históricos e o levantamento conceitual para definição dos marcos teóricos a serem desenvolvidos no projeto de pesquisa.

Para tanto, a revisão bibliográfica necessária a presente investigação foi agrupada, em termos teóricos e para atender ao primeiro objetivo, que propõe apresentar a Cidade e o Turismo na sua constituição histórica conexas à exclusão social, econômica e cultural. A pesquisa apoiou-se nas palavras-chave <Turismo>, <Cidade>, <Exclusão> e <Periferia>, as duas últimas focadas em compreender como se dá a lógica da inclusão-exclusão no histórico de constituição da Cidade, como já apresentado no capítulo anterior. Não menos importante foi a pesquisa bibliográfica para construção da metodologia, relatada na parte inicial desse capítulo.

3.2.2 Análise de documentos

A Pesquisa Documental teve por objetivo uma maior aproximação à comunidade em estudo, no sentido de reconstruir o histórico da área tendo como principais fontes o Livro de Atas da Cooperativa e jornais de diferentes períodos. Pesquisa Documental utiliza como fontes documentos contemporâneos ou retrospectivos, de dois tipos: aqueles de primeira mão, conservados em arquivos de instituições públicas ou privadas, que não receberam qualquer tratamento analítico; ou aqueles de segunda mão, como relatórios de pesquisas e dados

estatísticos que já foram avaliados em alguma instância (DENCKER, 1998). Gerhardt et al. (2009, p. 69) acrescentam uma lista de documentos que podem ser considerados para o desenvolvimento dessa técnica, nas categorias especificadas:

Os de primeira mão são os que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, gravuras, pinturas a óleo, desenhos técnicos, etc. Os de segunda mão são os que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, manuais internos de procedimentos, pareceres de perito, decisões de juízes, entre outros. A pesquisa documental abrange: arquivos públicos; arquivos privados; dados de registro (um acontecimento, em observância a normas legais e administrativas); dados de recenseamento: demográficos, educacionais, de criminalidade, eleitorais, e alistamento, de saúde, de atividades industriais, de contribuições e benefícios, de registro de veículos.

Para a elaboração dessa dissertação, foi utilizado o Livro de Atas da Cooperativa Habitacional, com acesso autorizado pela Presidente da Cooperativa, a fim de que fosse possível contextualizar a comunidade em estudo. No prosseguimento, busquei nos jornais locais como Pioneiro e Jornal dos Bairros, notícias e citações sobre a comunidade.

Na tentativa de encontrar registros fotográficos doados à Prefeitura por uma moradora antiga da comunidade, segundo informação por ela fornecida, tentei recuperá-los, mas, infelizmente o setor responsável não encontrou o material original, ficando somente disponível uma cópia (xerox) das fotos no acervo da Prefeitura, da qual consegui uma cópia via e-mail e que não foram utilizados devido à baixa resolução do documento.

3.2.3 Levantamento de perfil

O levantamento de perfil teve por objetivo uma maior aproximação à comunidade em estudo, especialmente no sentido de caracterizar a situação de periferia econômica e indo ao encontro do segundo objetivo, que previa apresentar a comunidade em estudo (a) a partir de seu processo histórico de constituição; e (b) da consolidação de seu perfil socioeconômico na atualidade, correlacionando-o aos dados do IBGE sobre a pobreza no Brasil. Além disso, a pesquisa de perfil realizada com a comunidade visou compreender os dados socioeconômicos das famílias residentes. Para tanto, optei por mapear os dados

que são coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) e adaptar algumas categorias à realidade social da comunidade, cujo instrumento de pesquisa encontra-se no apêndice A. Extraí os dados da PNAD a partir das notas metodológicas¹⁸ disponibilizadas no portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que determina, inclusive, quais são os critérios para cada categoria de dado por ele coletado.

No entanto, como a comunidade conta com apenas 155 famílias associadas à Cooperativa, prospectei alcançar todas e foi possível coletar os dados de 122 domicílios. O período de coleta foi de 12 a 31 de agosto de 2019, contando que desse período, foram onze dias de coleta, que variaram de duas horas e trinta minutos a quatro horas de circulação entre casas, ouvindo histórias e sendo acolhida pelos vizinhos. O cronograma de coleta pode ser conferido no quadro abaixo:

Quadro 1 – Cronograma de coleta de dados

Data	Horário	Qtde. de domicílios
12/08/2019	18h – 19h30	04
13/08/2019	17h – 19h	06
17/08/2019	14h – 18h30	12
19/08/2019	15h30 – 19h30	14
20/08/2019	13h30 – 17h	10
21/08/2019	14h – 18h	15
23/08/2019	17h – 21h	12
24/08/2019	14h30 – 17h	09
26/08/2019	15h – 19h30	15
28/08/2019	14h30 – 18h30	12
31/08/2019	13h30 – 16h30	13
	Total	122

Fonte: Elaborado pela autora.

Os domicílios nos quais não foi possível coletar os dados tiveram quatro motivos distintos: 1) em 20 das residências da comunidade não encontrei alguém em casa em três diferentes ocasiões, portanto, não puderam ser incluídos seus dados; 2) três residências estão vazias, sem qualquer pessoa morando ou ocupando o lugar; 3) sujeitos de seis residências optaram por não participar da pesquisa; e 4) quatro solicitaram participar em outra ocasião, no entanto, não

¹⁸ As notas metodológicas podem ser encontradas na aba downloads, disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads>>. Acesso em 27 fev. 2020.

foram encontrados em momentos posteriores. A seguir, o quadro 2 sintetiza essas informações:

Quadro 2 – Domicílios não participantes

Motivo	Qtde.	Qtde. em %
Não havia ninguém para receber	20	12,9
Residência vazia	3	1,93
Abstenções	6	3,8
Participação em outra ocasião – não localizados	4	2,5
Total	33	21,3

Fonte: Elaborado pela autora.

Além das questões objetivas relacionadas ao perfil dos residentes de cada domicílio e das características do domicílio, adicionei questões semiestruturadas cujas respostas foram anotadas à medida que os respondentes verbalizavam. Essas questões foram direcionadas às opções de lazer dos moradores no tempo em que consideravam livre em relação as suas rotinas laborais. Para tanto, separei-as em opções de lazer no dia-a-dia, ou seja, dias úteis da semana; opções de lazer aos fins de semana – sábado e domingo; e opções de lazer nas férias e feriados – dias consecutivos de folga para a classe trabalhadora.

Ressalto que as questões relacionadas ao lazer nos fins de semana e outros dias de folga eram, inicialmente, separadas entre sábado e domingo, férias e feriados, porém os respondentes não fazem essa diferenciação quando se referem às opções de lazer. Portanto, depois de repetidas vezes em que respondiam que no domingo faziam as mesmas atividades que no sábado, optei por dar continuidade à questão me referindo somente aos fins de semana. O mesmo aconteceu em relação às férias e feriados: eles não fazem distinção entre esses dois tipos de folga, pois as opções de lazer são as mesmas.

3.2.4 Grupo focal

Essa técnica foi especialmente empregada tendo em vista atender ao terceiro objetivo, que propunha consolidar a visão da comunidade no que se refere ao Lazer e ao Turismo vivenciados ou percebidos

O grupo focal, de acordo com Gaskell (2011), figura-se como um tipo de entrevista qualitativa, em que se pode compreender de forma detalhada as crenças, atitudes e valores das pessoas em contextos sociais específicos. Para dar prosseguimento à técnica, é necessário elaborar o tópico guia, um documento de pelo menos uma página contendo um roteiro de perguntas ou potenciais questionamentos que guiarão a conversa com o grupo.

Nesse mesmo espectro, ainda que se considere que cada pessoa é única e ofereça uma versão ímpar da realidade, as interpelações são consideradas pelo autor como limitadas. Ou seja, as representações que se captam são resultado de processos sociais que envolvem esses sujeitos. A pesquisa que se esmera à entrevista em grupo é uma interação na qual a palavra é o meio principal de troca, por isso tanto entrevistador como entrevistado estão envolvidos na produção de conhecimento. No grupo focal o entrevistador é chamado de moderador da interação social entre os participantes. O objetivo é

[...] estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem. [...] os sentidos ou as representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo em vez de se fundamentarem na perspectiva individual [...] (GASKELL, 2011, p. 75).

Nesse aspecto, cabe ressaltar que a prática de grupos focais é frequentemente utilizada em pesquisas na área da saúde, no entanto vem sendo desenvolvida no âmbito das pesquisas em ciências sociais no sentido de compreender os pontos de vista dos sujeitos envolvidos e também para projetar intervenções que possam realmente contribuir com a realidade social em que a pesquisa se insere (BARBOUR, 2009). Destacam-se três características fundamentais dos grupos focais: a emergência de uma sinergia da interação, ou seja, o grupo é mais do que a soma das partes; é possível observar o processo do grupo, como é sua dinâmica da atitude e da mudança de opinião e a liderança de opinião; em um grupo pode existir um nível de envolvimento emocional que raramente é visto em entrevistas individuais (GASKELL, 2011).

É nesse contexto que a técnica se destaca como consonante à metodologia da Pesquisa Participante, uma vez que propõe o diálogo entre os pares no sentido de discutir sobre percepções e conceitos próprios (BRANDÃO,

1999), explorando o potencial da técnica no envolvimento de pessoas cujas vozes estariam de outro modo emudecidas (BARBOUR, 2009). Conforme foi possível observar, reunir os moradores para uma conversa, numa sala da escola local, foi um acontecimento marcante para eles, pois implicou no reencontro de vizinhos que não se viam há muito tempo. Além disso, as atualizações de notícias da família eram constantes nos diálogos isolados ou no grande grupo. Todos queriam saber sobre as vidas de um e de outro. Puderam revisitar na memória os momentos em que foram essenciais um na vida do outro, sobre a ajuda que receberam de seus vizinhos quando encararam as más condições da ocupação ou quando tiveram que enfrentar o preconceito por serem moradores dela em diferentes âmbitos como no trabalho ou na família. O elo que uniu essas pessoas se acendeu para que pudéssemos firmar o conhecimento construído em cada grupo focal. É como se elas pudessem lembrar, pouco a pouco, que essa comunidade só tomou forma porque seus sonhos carregaram de forças os seus braços e suas sapiências. Lutaram por dignidade juntos!

Para Barbour (2009), a realização do grupo focal demanda a que haja um guia de tópicos que funciona como roteiro para estimular a interação entre os participantes e a formulação de opiniões e discussões calorosas acerca dos temas apresentados. Do ponto de vista da autora, mais importante do que as transcrições dos grupos focais, são as anotações feitas pelo moderador e suas observações durante a interação dos participantes, pois são elas que fornecerão dados precisos para posterior análise.

Nesse contexto, o papel do moderador se manifesta de três formas distintas: ele pode dar o direcionamento formal, que significa dizer que ele coordenará o início, o meio e o fim da conversa entre o grupo; a direção do tópico, compreendendo a introdução de novas perguntas e a direção da discussão para maior aprofundamento das questões; e a direção das dinâmicas de interação, no caso de grupos pouco participativos em que intencionalmente sejam necessárias questões mais provocativas (FLICK, 2004). O desenvolvimento de uma série de grupos focais é aconselhado quando se pretende construir uma ideia detalhada da experiência individual e coletiva do grupo em relação a determinado fato ou tema (BARBOUR, 2009).

Durante as visitas para a coleta dos dados socioeconômicos das famílias da comunidade, foram entregues convites para a participação nos grupos focais a cada uma das famílias, oportunidade em que pude comentar brevemente sobre as propostas. Na ocasião, para facilitar o entendimento dos moradores, optei por escrever no convite de que se tratariam de *conversas*, pois é um termo cujo sujeitos já estão mais familiarizados. Sendo assim, cada uma das *conversas* recebeu um título, visto que se tratavam de temáticas distintas e que era necessário informar aos participantes para que pudessem escolher participar ou não. Denominei o grupo focal sobre a comunidade de “História da comunidade”; o grupo que discutiria sobre cidade recebeu o título de “Vamos pensar sobre cidade?”; e o grupo cujo tema era turismo, intitulei de “Pensando em turismo juntos!”.

Os grupos focais, por sua vez, contemplam importantes momentos de diálogo, conforme propõe a metodologia de pesquisa participante, para a qual acredita-se que a construção coletiva de conhecimento depende da relação entre sujeito de pesquisa e pesquisador como agentes de transformação da realidade social. Nesse sentido desdobram-se a atitude positiva de escuta e de empatia, em que o “viver junto” substitui o “visitar”. No entanto, a proposta da PPAR acorda com estudos realizados por intelectuais que vivem fora do contexto social dos pesquisados, característica que não se aplica no âmbito desse estudo. Por isso, optou-se pelo desenvolvimento de três grupos focais relacionadas a três eixos diferentes da pesquisa: história da comunidade; cidade; e turismo.

Na ocasião dos grupos focais, os participantes foram convidados a responderem livremente a alguns questionamentos abertos. O objetivo era constituir um momento de debate e construção de conhecimento a partir daquilo que os sujeitos entendem como importante considerar em relação a cada uma das temáticas. Sendo assim, pude gravar as conversas para facilitar o momento de análise dos dados por triangulação, conforme proponho no item 3.4. Os debates foram calorosos e implicaram, dentre outros processos, o reencontro de moradores que não se viam há muito tempo, sendo possível considerar que os grupos serviram como um ativo de reconexão entre os pares. À medida que os participantes verbalizavam seus posicionamentos, cumpri o papel de mediadora

do debate. Posteriormente, de acordo com os termos que mais emergiram dos diálogos, foi possível sintetizar os discursos no quadro branco disponível na sala, conforme dispostos no capítulo de análise dos dados [item 5.3].

O primeiro grupo focal, “História da comunidade”, teve como objetivo discutir refinar a biografia da comunidade com contribuições detalhadas sobre o processo de ocupação da área até a conquista dos imóveis pelos moradores da Cooperativa. Dentre os questionamentos, provoqueei as participantes a citarem o nome de pessoas que consideram representativas na luta da COOPEMARQUE e também se consideravam a existência de algum lugar memorável na área. Esse grupo contou com a participação de oito moradoras da comunidade, todas mulheres. Discorro sobre o resultado da discussão no item 4.3.1.

O segundo grupo focal denominado “Vamos falar sobre cidade?” contou com a participação de quinze moradores, entre homens e mulheres. Nesse momento, os participantes tiveram que receber maiores estímulos para iniciar a discussão, visto que se trata de um tema pouco familiar, embora sejam todos cidadãos da cidade. As questões foram: 1) o que é cidade para vocês? 2) o que é periferia do seu ponto de vista?; 3) como vocês explicariam a exclusão social?; 4) o que pode ser considerada inclusão?.

Desses questionamentos emergiram outras informações importantes durante a discussão, inclusive a reflexão sobre o preconceito já enfrentado por alguns moradores ao falarem sobre onde moravam para colegas de trabalho, por exemplo. Nesse sentido, também tomei a liberdade de estabelecer algumas relações sobre o que consideravam o ato de excluir e como poderíamos refletir sobre nosso lugar na história da cidade, aproveitando o momento para registrar os sentimentos dos moradores em relação à ocupação, anterior à regularização dos imóveis.

No terceiro grupo focal, intitulado “Pensando em turismo juntos!”, contei com a participação de oito mulheres. No momento da conversa, aproveitei para inquirir sobre determinados aspectos que considero importante refletirmos juntos. Os questionamentos podem ser assim manifestos: 1) o que é viagem para vocês?; 2) vocês viajam?; 3) por que fazem essas viagens?; 4) o que é turismo para vocês?; 5) como se deslocam normalmente? Utilizam serviços de

hotéis? 6) já fizeram turismo em Caxias do Sul?; 7) consideram que fazem turismo?; 8) para fazer turismo eu preciso de?. Há uma consideração importante a ser feita com relação a esse grupo focal. As participantes tiveram um pouco de dificuldade de interagir e iniciar a conversa, nesse sentido, posso depreender um certo estranhamento com relação ao tema, devendo-se a dois fatores: o baixo protagonismo das viagens na vida dessas mulheres e, também, à ausência de reflexão sobre o que representam, para elas, os deslocamentos que por ventura fazem.

3.3 APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS PELA ESTRATÉGIA DE TRIANGULAÇÃO

A estratégia de análise por triangulação foi adotada para cumprir com o quarto objetivo, que propõe discutir, a partir dos posicionamentos dos sujeitos em relação à Cidade e Turismo, se é possível encaminhar a Viagem e o Turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social. No entanto, também se fez pertinente para atender à questão de pesquisa, que consiste na seguinte construção: considerando-se que a cidade se constitui historicamente pela lógica da inclusão-exclusão e que o turismo enquanto atividade primordialmente urbana segue na mesma ênfase, questiona-se qual a visão e possíveis vivências de moradores de uma comunidade periférica em Caxias do Sul/RS (Brasil) em relação ao turismo.

A triangulação é uma estratégia que possibilita o aprofundamento do conhecimento sobre determinado assunto. O termo triangulação remete à pesquisa de cunho qualitativa, considerando que a compreensão da realidade se faz por aproximação, por isso é preciso exercitar a disposição de olhá-la por diferentes ângulos, indo além das abordagens positivista e compreensiva, e priorizando a dinâmica da investigação (MINAYO et al., 2005a).

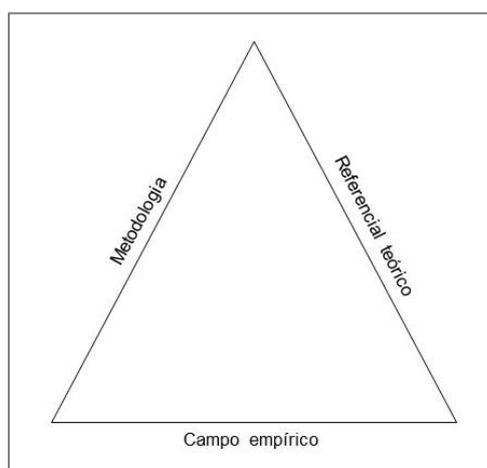
Como sugerem Assis, Delandes e Minayo (2005), a construção de indicadores pode auxiliar na busca pelo dimensionamento e/ou compreensão das relações, movimentos, percepções e interpretações dos sujeitos informantes/depoentes/entrevistados sobre os assuntos abordados na pesquisa. Funcionando como balizas qualitativas que permitem organizar a captação de aspectos subjetivos e individuais dos entrevistados, os indicadores devem estar

relacionados aos objetivos específicos do projeto, sejam eles quantitativos ou qualitativos. O que se busca é auxiliar na avaliação dos resultados tendo como possibilidade tanto o agrupamento numérico como o discursivo dos dados provenientes do campo (ASSIS et al., 2005).

Em suma, a triangulação propõe o diálogo teórico e prático relacionado aos temas atinentes à pesquisa. São os temas que desdobram os indicadores qualitativos, e são apoiados na construção teórica proposta. Algo como a operacionalização da abordagem empírica que facilita a análise por triangulação a ser realizada a posteriori (SOUZA et al., 2005).

O processo de triangulação implica também, do ponto de vista de Gomes et al. (2005), a organização dos depoimentos aprofundados que ajudam na compreensão das questões emergentes. Nesse sentido, trabalho de campo só deve ser esgotado quando se conformarem em base suficiente para análise e formulação de conclusões (ou encaminhamentos preliminares). Em princípio, a suficiência de informações é determinada “[...] quando se percebe que as ideias acerca das questões de pesquisa começam a se repetir” (Ibidem, p. 189). Gomes et al. (2005) ainda lembram que a estrutura para análise de material qualitativo é uma construção teórica, por isso é importante criar recursos para aproximação adequada dos dados. No presente caso, proponho a triangulação formada pelos eixos: referencial teórico, metodologia e campo empírico. A seguir, apresenta-se a sistematização dos eixos:

Figura 9 – Proposição de triangulação



Fonte: Elaborado pela autora. (2020)

A figura 9 apresenta como se deu o tratamento dos dados para que fosse possível consolidar uma Pesquisa Participante que atendesse aos objetivos propostos e, ao mesmo tempo, permitisse ampliar a compreensão acerca da comunidade em estudo. Além de possibilitar a apreensão do que concebem como Viagem e Turismo, e em que medida essas práticas permeiam suas vidas, também foi possível compreender como se posiciona a comunidade, do ponto de vista dos participantes, quando pensam a cidade de Caxias do Sul em sua totalidade.

4 CONTEXTUALIZANDO O OBJETO EMPÍRICO: UMA HISTÓRIA DE LUTA NA CIDADE

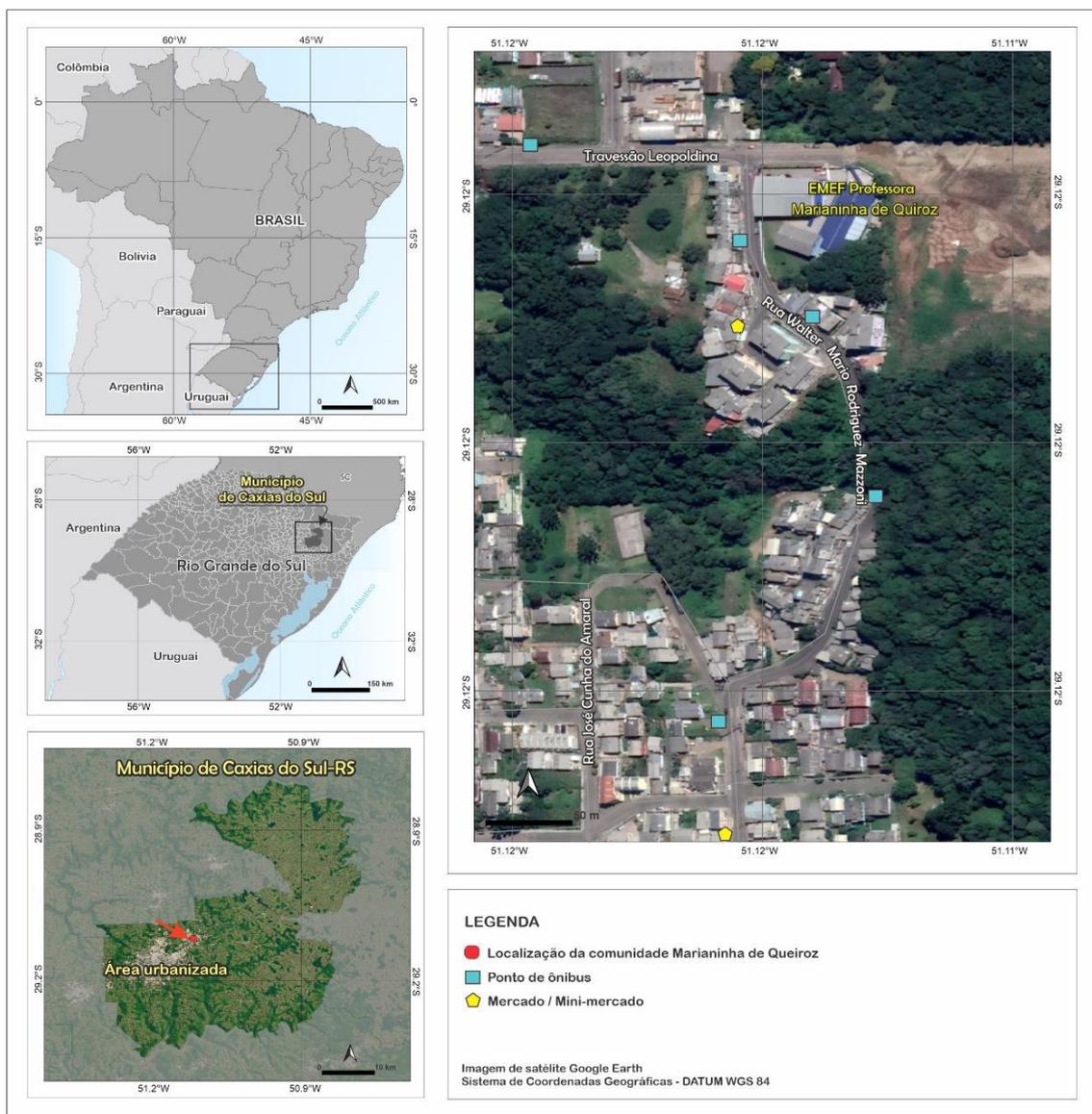
A Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz localiza-se em Caxias do Sul, município situado no Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil. A região em que hoje se situa Caxias do Sul, era ocupada até o século XIX por índios Caingangue. A partir de 1875 passa a ser colonizada por imigrantes italianos vindos da região do Vêneto, que rapidamente prosperam nesse território, onde a escravidão fora declarada ilegal desde 1850 (ANDRADE, 2010). Já no início do século XX, a localidade conquista autonomia política e administrativa, com a emancipação em 1910.

Anterior, contudo, do processo de colonização italiana em território caxiense, Martins (2019), defende que se estabeleceram, na região do distrito de Criúva, os primeiros portugueses. Eram fazendeiros enviados por Pedro da Silva Chaves, proprietário da então Sesmaria de São João, para preservar as terras e impedir a invasão castelhana. Ali, eles se estabeleceram introduzindo o charque e o cultivo do trigo, estendendo-se até a região da Mulada, também na Criúva. No entanto, esse território pertencia ao município de São Francisco de Paula e era isolada de outras partes da região. Foi somente em 1736 que houve a abertura da Estrada dos Tropeiros. Esse traço de colonização portuguesa rendeu a Criúva, hoje distrito de Caxias do Sul, uma formação cultural composta de traços indígenas, portugueses, açorianos, negros, alemães, italianos, poloneses e birivas, conhecidos como tropeiros (MARTINS, 2019).

O município conta com uma população estimada de 510.906 habitantes, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,782 e PIB per capita de R\$ 44.927,71 (IBGE, 2019). Em termos econômicos, volta-se em maior medida para o setor industrial (53,4%), seguindo-se serviços (29,6%) e comércio (17%) (CIC, 2019; Prefeitura de Caxias do Sul, 2014). De acordo com César (2018), Caxias do Sul concentra o maior número de indústrias em relação aos demais municípios da região da Serra Gaúcha, alcançando expressiva participação no setor devido a sua centralidade.

Abaixo, uma fotografia aérea (Figura 10) contextualizando Caxias do Sul no país e também no estado do Rio Grande do Sul e, por fim, focalizando na localização da comunidade Marianinha de Queiroz no município.

Figura 10 – Fotografia aérea contextualizando Caxias do Sul



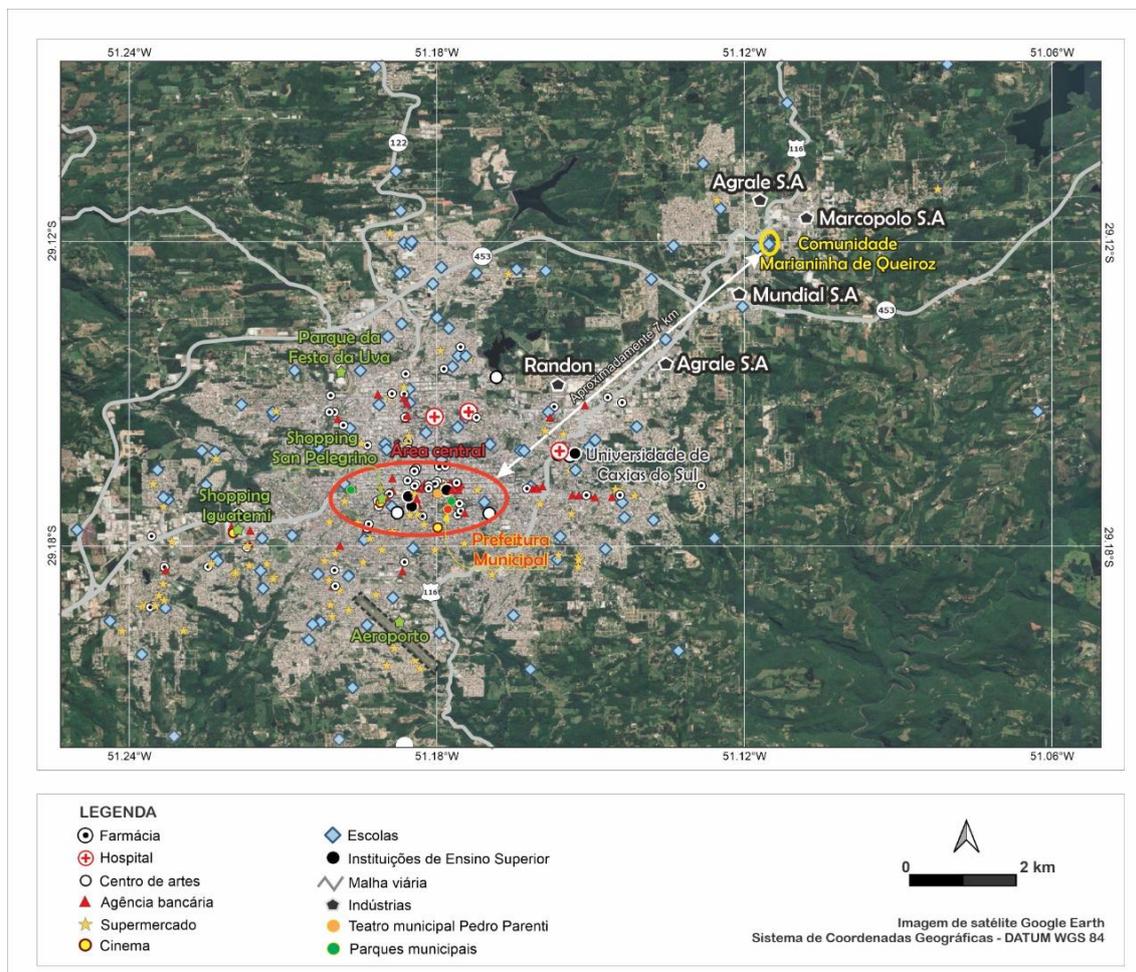
Fonte: Elaborada por Gisele Cemin com base em imagem de satélite Google Earth¹⁹

Ainda, para que seja possível visualizar com precisão a localização e distância da comunidade ao núcleo urbano de Caxias do Sul, priorizamos a

¹⁹ Doutora em Sensoriamento Remoto e Meteorologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade UCS. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3373133417650361>

construção de uma figura que apresenta em sua legenda os serviços urbanos fundamentais ofertados na área urbana.

Figura 11 – Fotografia aérea do Município de Caxias do Sul-Brasil com localização da Comunidade



Fonte: Elaborada por Gisele Cemin com base em imagem de satélite Google Earth

Nesse capítulo, busco reconstruir a história da ocupação que deu origem à comunidade em estudo, por meio do Livro da Atas da Cooperativa e, também, se somam os dados coletados no âmbito da pesquisa para essa dissertação, quando aplicada a técnica de Grupo Focal, em que houve uma sessão específica, tematizada sobre a biografia da comunidade.

4.1 PERCURSO HISTÓRICO

A Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz (COOPEMARQUE) está localizada a nordeste, no município de Caxias do Sul. Origina-se de

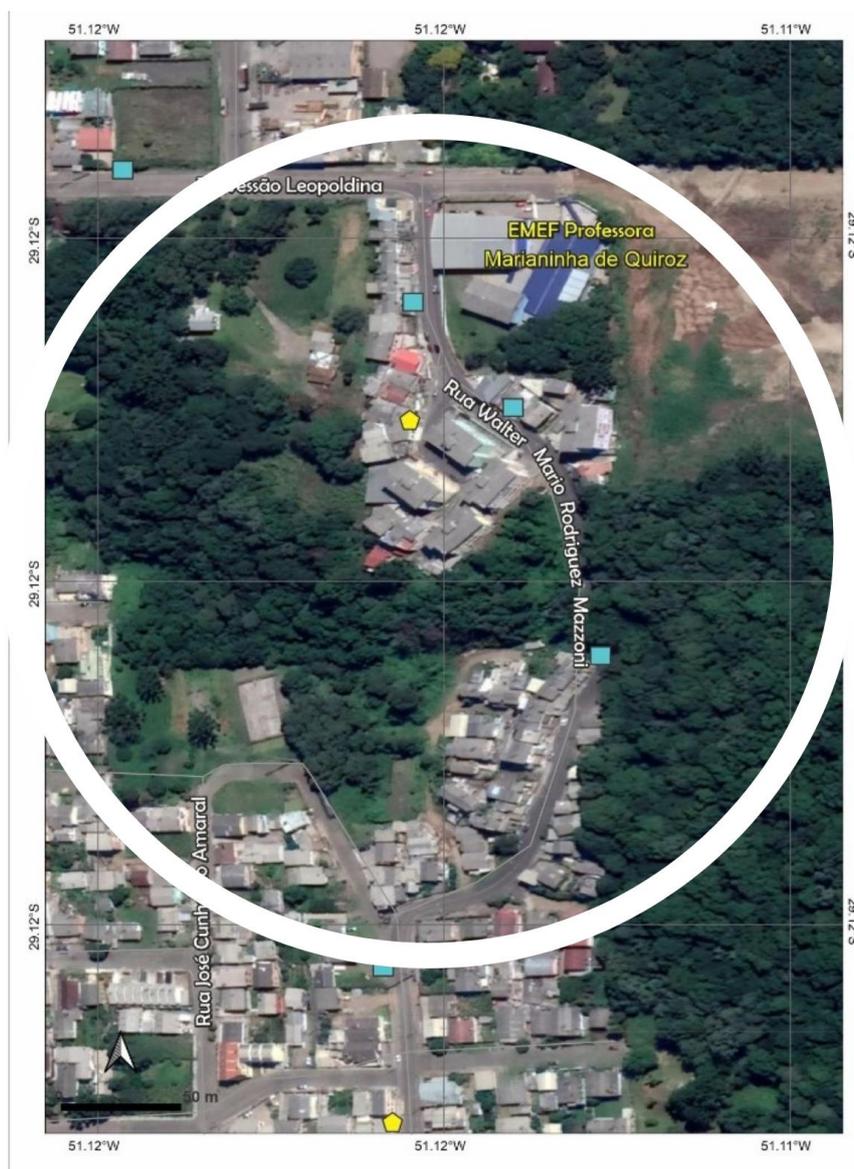
ocupação iniciada na década de 1990, em terreno pertencente ao município. As duas figuras a seguir apresentam mapas da área. A primeira (Fig. 10) corresponde àquela extraída de mapa datado de 1988 e mostra o terreno ocupado, em sua maior parte, por mata nativa. A Figura 11 correspondente ao mapa datado de 2014, o mais recente encontrado na ferramenta GeoCaxias, trazendo a distribuição atual das moradias.

Figura 12 – Ocupação da área em 1988



Fonte: Geocaxias

Figura 13 – Ocupação da área em 2020 sinalizando os serviços urbanos disponíveis atualmente



LEGENDA

- Localização da comunidade Marianinha de Queiroz
- Ponto de ônibus
- ⬠ Mercado / Mini-mercado

Imagem de satélite Google Earth
Sistema de Coordenadas Geográficas - DATUM WGS 84

Fonte: Elaborada por Gisele Cemin com base em imagem de satélite Google Earth

Em consulta ao Livro de Atas da Cooperativa, foram encontrados dados pouco precisos sobre a comunidade, mas que podem contribuir para uma breve

contextualização de como se deu a ocupação das terras e o posterior assentamento das famílias, que hoje residem na área. Da mesma forma, foram consultadas matérias lançadas em jornais locais, em busca de fragmentos dessa história.

Por volta de 1990, começaram as ocupações em um terreno doado por um casal, sem herdeiros, à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Em testamento, registravam que a área deveria ser destinada a construção da Escola Marianinha Queiroz e a um espaço público de convivência²⁰. Quando descoberto o terreno, em desuso, algumas famílias migraram para área, passando a loteá-la, abrindo espaços para moradias em madeira, que foram construídas em poucas horas.

Alguns dos ocupantes lotearam espaços maiores e os comercializaram, negócio feito na forma de escambo, tendo em vista a baixa condição financeira das famílias que chegavam de diversas partes da cidade, em sua maioria migrantes de outros municípios e estados. Contudo, as condições de vida eram insalubres em termos de saneamento básico ou fornecimento de energia elétrica, levando a municipalidade a ceder para comunidade uma bomba para distribuição de água às casas, em 1991. Na ocasião também foi instalada rede elétrica para atender às 62 famílias ocupantes, distribuição que se deu através de *gatos*²¹ a partir do poste mantenedor.

Com o tempo, outras famílias ocuparam o terreno, surgindo a necessidade compartilhada de buscar melhores condições de vida para todos os moradores. Foi quando, em 1994, a comunidade recebeu a visita do uruguaio Walter Mario Rodrigues Mazzoni²², que lhes propôs instituir, aos moldes do praticado no Uruguai, um sistema de cooperativismo local.

O sistema de cooperativismo proposto pelo uruguaio seria inspirado em modelo aplicado em seu país de origem desde 1966. Segundo matéria veiculada

²⁰ Conforme informação cedida pela presidente do bairro em uma conversa informal.

²¹ Termo que se refere à técnica utilizada para viabilizar energia elétrica a partir de uma ligação clandestina em outra fonte. Fonte: < <http://portaldenergia.com/gato-de-energia-eletrica-e-crime/>>. Acesso em 10 mar. 2020.

²² Devido ao desconhecimento (pelo menos documentado) de quem fora Walter Mário Rodrigues Mazzoni, e menos se sabe sobre sua atuação ou exercício no Movimento Comunitário em seu país de origem, a descrição ficou restrita.

pelo Boletim da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (1990), o modelo fora criado para fazer frente a um contexto de crise econômica que deixou um déficit de mais de cem mil famílias sem condições dignas de moradia no país. A partir daí, instituíram-se inúmeras outras entidades, chamadas de *Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua*, que viabilizaram, mais tarde, a instituição de um estatuto legal das entidades e de financiamentos para construção das casas. O movimento cooperativista assumiu maiores proporções com a criação da *Federação Unificadora das Cooperativas de Viviendas por Ayuda Mutua* (FUC-VAM), estabelecendo inclusive princípios básicos como participação, organização, solidariedade, ajuda mútua e auto-gestão, tendo em vista que a propriedade da terra era coletiva.

No dia 15 de janeiro de 1994, houve, no âmbito da comunidade de Caxias do Sul, a primeira reunião de moradores, para que, conjuntamente, oficializassem a instituição da Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz Ltda. Anteriormente, numa Assembleia Geral, os moradores decidiram que deveria ser arrecadado conjuntamente, até o mês seguinte, o equivalente a 10 mil cruzeiros²³, valor referente à adesão de todas as famílias à Cooperativa. Ficou decidido, ainda, que cada um deles contribuiria mensalmente para com a Cooperativa com o equivalente a 10% do salário mínimo vigente, valor necessário para financiar a compra do terreno em que a ocupação se desenvolvera.

A constituição da Cooperativa prevê a compra do terreno ocupado, para posterior regularização dos imóveis. A contribuição mensal facilitaria a arrecadação do montante necessário, correspondente à oferta pelo Poder Público²⁴, em 1996, de valor equivalente a 96 mil reais²⁵, a serem pagos em 24 vezes de R\$ 4 mil, pela Cooperativa, e 24 vezes de R\$ 38, por cada sócio. A presidente do bairro relatou em agosto de 2015, em entrevista concedida ao

²³ Valor equivalente a R\$70.183,79, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

²⁴ Conforme Lei Ordinária 4545 de 04 de outubro de 1996. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1996/455/4545/lei-ordinaria-n-4545-1996-desafeta-imovel-que-especifica-e-autoriza-sua-transferencia-ao-funcap-fundo-da-casa-popular-com-a-finalidade-de-repassa-lo-a-cooperativa-habitacional-marianinha-de-queiroz-e-da-outras-providencias-2002-07-29-versao-consolidada>>. Acesso em 10 jun. 2017.

²⁵ Valor equivalente a R\$ 501.782,18, corrigido pelo IGPM em 2017.

Jornal dos Bairros, comemorando os 20 anos da COOPEMARQUE, que a contribuição por parte das famílias demandou sacrifício, pois, na época, o valor mensal seria muito alto: “Éramos em 62 moradores e tínhamos que economizar muito para honrar o contrato e pagar pela área. Era comum que, de dois litros de leite que se comprava, passamos a comprar um para que pudéssemos pagar.” (Jornal dos Bairros, UAB, 2015, p. 13).

Em 29 de janeiro de 1994, com a presença de representantes da União das Associações de Bairros (UAB) realiza-se a votação para eleição da primeira diretoria de representantes da Cooperativa e, também, para aprovação do Estatuto da Sociedade, composto por 77 artigos, sendo eleito o primeiro presidente, senhor Alceu, antigo morador/ocupante da COOPEMARQUE.

Em abril de 1995 aconteceu o Congresso da Federação Riograndense de Associações Comunitárias de Moradores de Bairros (FRACAB) na UAB, quando a diretoria da Cooperativa fez sua primeira participação num evento do gênero, o que possibilitou intercâmbio e socialização de conhecimentos. Estavam presentes representantes do Chile, Uruguai e Paraguai.

Em 1996, o Fundo da Casa Popular (Funcap)²⁶ esteve em contato com a comunidade pedindo para que a ocupação se mantivesse organizada enquanto aguardavam um posicionamento do Poder Público em relação à legalização das moradias. No mesmo ano, houve a proposta de construção de prédios e sobrados para abrigar as famílias, reunião em que estiveram presentes cerca de 70 pessoas, que votaram a favor da construção.

Em 1997, o Projeto Pró Moradia, com a participação da Caixa Econômica Federal e da Prefeitura, através da Secretaria Municipal da Habitação, apresenta propostas arquitetônico-urbanística para a área, ficando decidida a construção de cinco prédios, que abrigariam 16 famílias cada; 40 sobrados; e 39 espaços que seriam mantidos com as casas já erguidas; resultando em 159 moradias e aproximadamente 80 famílias beneficiadas. A

²⁶ É um departamento constante na Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul que atua diretamente nas negociações de interesse habitacional. Informação disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2000/534/5348/lei-ordinaria-n-5348-2000-reformula-o-fundo-da-casa-popular-funcap-disciplina-a-alienacao-e-financiamento-de-imoveis-e-da-outras-providencias-relativas-aos-programas-habitacionais-de-interesse-social>>. Acesso em 12 jun. 2017.

diretoria da COOPEMARQUE dissemina a informação sobre a proposta, alertando aos moradores que, para que fossem contemplados, deveriam estar associados à Cooperativa, pois isso garantia que eles se mantiveram na luta pela conquista dos imóveis.

O projeto apresentado pela Prefeitura era coletivo, claro e transparente. O contrato com a instituição financeira foi assinado em novembro de 1997, durante a gestão do prefeito Pepe Vargas (UAB, 2015). Em 1998 iniciam-se as construções dos imóveis, obras finalizadas no ano seguinte, que estiveram acompanhadas de demandas por infraestrutura como esgoto e pavimentação das ruas.

Em 2000 a Cooperativa, que era limitada, já contava com o número máximo de associados, 155 pessoas. Transcorridos oito anos, a comunidade reúne-se novamente para discutir a regularização dos imóveis, que no momento da entrega não foram regularizados. Em 2015, o Poder Público atendeu demandas da comunidade e renegociou o valor dos imóveis, pois em 1996, apenas o terreno fora adquirido pela Cooperativa. Atualmente, os imóveis estão regularizados e todos pagam pelas moradias construídas, em valor proporcional à época da construção.

4.1.2 Grupo Focal História da Comunidade: da luta à conquista

Segundo um ex-morador, triunfar no processo de regularização da moradia significou superar obstáculos, como rejeição em vagas de emprego ou abertura de crédito em lojas, ou de acesso à água e à luz: “Saímos das cinzas para chegar até aqui. Nós não tínhamos uma identidade. Agora, eu posso dizer com orgulho que moro na Cooperativa Marianinha de Queiroz. Fomos incluídos no mapa de Caxias” (Jornal Pioneiro, 17-09-2015, p. 19). Para ouvir outros depoimentos como este, e possibilitar o refinamento da linha do tempo sobre a história da comunidade, optei no âmbito da pesquisa, pela realização de um Grupo Focal com a temática Biografia da Comunidade.

Dos três encontros realizados, uma das sessões teve por finalidade abrir espaço para a voz da comunidade sobre aspectos que considerassem relevantes em relação ao processo histórico vivenciado, para posse da sua habitação. Nela, os participantes foram provocados a comentar sobre suas

lembranças do bairro desde a ocupação da área, em meados de 1990. Com os relatos, foi possível sistematizar no quadro que estava na sala, à medida que as falas se davam, quais os comentários que se repetiam. A síntese resultou na construção, como exposta no Quadro 3:

Quadro 3 – Grupo focal *História da Comunidade*

Nº	QUESTÃO	COMENTÁRIOS
01	Vocês podem comentar sobre as condições da ocupação?	Não tinha luz elétrica na ocupação; Não tinha água encanada na ocupação; Era esgoto a céu aberto; Não tinha nenhuma estrutura que pudesse chamar de rua, a única via era como um valão; Ainda em 2000 não tinha asfalto na comunidade.
02	Quais eram os problemas existentes?	O nome popular da ocupação era Kuwait por causa da Guerra do Golfo que estava acontecendo na mesma época no Iraque; Esse nome foi atribuído por causa da violência que também era presente durante a ocupação; Relataram que a ocupação era perigosa, tinha tiros dia e noite; Era isso que se ouvia falar do bairro; Quase todos tinham revólver; Frequentemente, para manter uma certa organização da ocupação, os homens acertavam contas uns com os outros com um revólver a tira colo.
03	Como ficaram sabendo da ocupação?	Por meio de outros familiares; Por meio de amigos; Por meio de colegas de trabalho; Todas essas pessoas sabiam da condição da família e recomendaram a ocupação para que pudessem mudar de vida; Muitas famílias que chegaram ali tiveram que negociar um pedaço de terra com <i>grileiros</i> ²⁷ , que se apossavam de lotes maiores e aceitavam trocas. Esses sujeitos foram moradores da comunidade durante muitos anos.
04	O que você lembra sobre o começo da cooperativa?	As primeiras reuniões aconteciam na garagem de alguns moradores; Depois, as reuniões eram feitas na escola; Todas famílias se mobilizaram para regularizar aqui; Quem não cumpria com o prometido era ameaçado por quem prezava pela organização; Por exemplo: as ligações de luz eram clandestinas, só tinha um poste, a primeira casa tinha um gato, que fornecia para a casa ao lado por meio de outro gato e assim por diante. Portanto, a conta de luz era compartilhada, mas tinha muitos que não pagavam e os maridos faziam a cobrança na porta com um revólver.
05	Considera que há pessoas que representam a Cooperativa?	Agenor, um falecido vizinho, foi o dono do primeiro armazém da comunidade e também a primeira pessoa a ter um telefone celular que era utilizado por todos; José Rogério da Luz (Zé Preto), que estava sempre circulando pelo bairro e presente em todos os acontecimentos relacionados a comunidade; o nome de uma das ruas do bairro é em sua homenagem: Rua José Rogério da Luz;

²⁷ Pessoa que se apodera ou procura se apossar de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade.

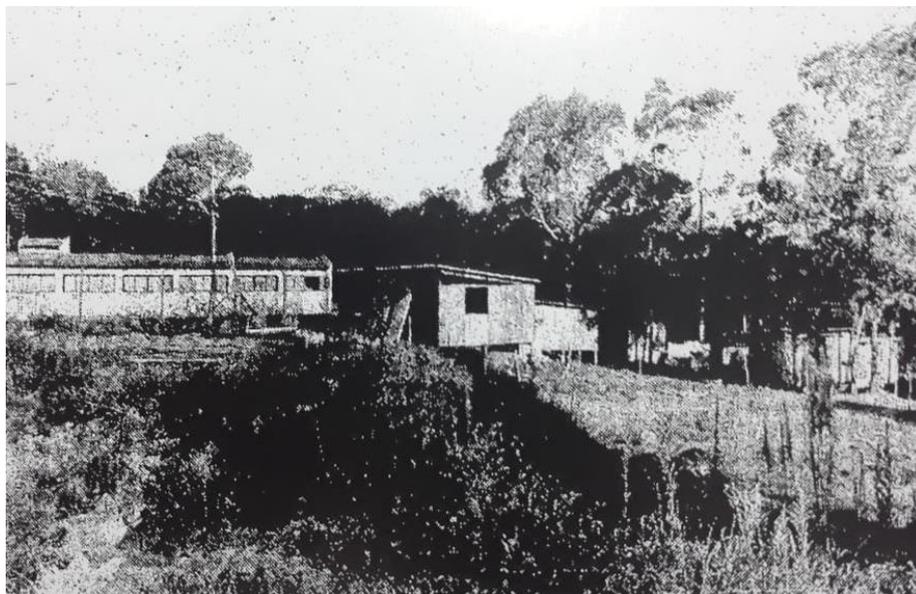
		João Matias, um dos moradores que mais lutou pelo bairro também; ainda vivo, mas desconhecem o paradeiro dele.
06	Como ficou a questão de abrigo das famílias para construir os prédios e sobrados?	Albergues foram viabilizados para abrigar as famílias que eram removidas temporariamente dos terrenos em que foram construídos os prédios e sobrados; Cada albergue abrigava em torno de 5 famílias; O primeiro albergue era uma casa em que foram morar algumas famílias temporariamente; Depois da construção do primeiro prédio, a garagem funcionava como albergue.
07	Vocês consideram que há lugares que sejam referência aqui?	Nossa própria casa; A escola.
08	Se você pudesse definir em uma palavra ou frase a casa própria, como definiria?	Sonho maravilhoso realizado! Olha quem paga aluguel o quanto sofre?

Fonte: Dados de pesquisa.

Nesse grupo, o envolvimento das participantes foi essencial, pois além de rememorarem o cotidiano de dificuldades encontrado nos primórdios da ocupação, ainda puderam compartilhar suas experiências com as demais participantes, que chegaram à comunidade depois das construções. Foram relatadas situações isoladas, mas também aspectos gerais que permearam a existência da ocupação. Dentre as principais considerações, posso citar que as más condições de vida do início são as situações mais lembradas nas verbalizações e as que mais se repetiram. É muito presente na memória, o retrato de uma comunidade precária, cujos serviços básicos não existiam, além da criminalidade.

Josi relata: *“Quando eu vim morar aqui não tinha ninguém, então tavam recém invadindo lá embaixo, aqui não tinham invadido ainda, era invasão mesmo. [...] só tinha árvore e lá embaixo tinham fechado tudo [...] enquanto eu pensava o pessoal veio invadindo aqui, fechavam tudo os terrenos, até inclusive esses da escola, né, esse pátio.”* Ela conta que quando seu pai aceitou que ela viesse, junto do marido e os três filhos, foi ele mesmo quem fechou um lote e montou uma barraca de lona para cuidar da área em que levantariam a casa. *“E aí foi feita a casa dele primeiro, depois a minha, foi um ano e pouco sem banheiro”*.

Figura 14 – Casas no pátio da escola, aprox. 1990



Fonte: Encarte dos 50 anos da Escola Marianinha Queiroz.

Naquela época, conforme conta Rosana, irmã de Josi, “*nós não pagamos o lote, nenhum de nós três.*” Nessa direção, Josi complementa que quando conseguiram se estabelecer em um lote, logo precisavam de outro para os demais familiares, então ficavam atentos: “*aí, assim que liberaram, o pai fechou, cercou com uma barraquinha em cima, e dormia lá na barraquinha de lona. Dormia lá pra deixar pra nós.*” Ilza comenta que mesmo que não tenha participado do início da ocupação, foi morar na comunidade enquanto ela ainda vivia em estado crítico de alta criminalidade: “*quando eu vim não tinha nem estrada e o que eu escutava!*”. Josi acrescenta “*Quando eu me mudei, o dia que eu me mudei não dormi a noite toda, porque era uma correria, e bala, e pau, e tiro de madrugada correndo pra lá e pra cá, e por isso que era o Kuwait, porque, meu Deus!*”.

O nome popular da comunidade, Kuwait, provém da concomitância da ocupação com a Guerra do Golfo, que estava acontecendo no Iraque, cujas forças armadas atacaram severamente o Kuwait na tentativa de apaziguar suas dívidas com o país (Emirado Árabe). Resultando em diversas transmissões pela televisão sobre o cenário de guerra que remetiam ao que se encontrava na ocupação.

Isabel conta que quando ficou sabendo que iria morar na comunidade, por ter sido contemplada pelo programa Fundo da Casa Popular (Funcap), as pessoas perguntavam onde era o bairro, “*daí eu dizia, é um bairro novo, que tem ali pra trás do posto, né. Aí diziam, ‘mas nossa! Lá no Kuwait? Tu vai te meter lá que é uma bandidagem que não dá pra passar de noite!’*. E daí eu pensei, meu Deus, aonde eu fui me meter? Mas agora, né, e daí as pessoas aqui me falavam que era um bairro ruim mesmo, né, só que aí o pessoal ruim foi embora e ficou os bom...”.

Sobre a má fama, Josi comenta: “*O vizinho que morreu, ele trabalhava o dia inteiro, e de noite ela queria dormir e era aquela bagunça, criança correndo, brincando na frente da casa dele, ele tinha um revólver também, aí um dia ele queria dormir, ficou brabo lá e saiu pra fora e deu ‘pá! pá!’*, deu tiro e só deu criança se escondendo. Aí o pessoal começou, né, ‘*ah, é esses aí que vão embora!’*, começou também, não se adaptaram por causa disso, vão embora, porque aí o pessoal se organizava e dele tiro! *Era divertido! Se não fosse trágico, era divertido.*” E Rosana lembra de alguns vizinhos: “*Na época, o A. atirava, quando tinha barulheira, foi um dos que parou, porque ele fez parte da comissão de organização, né, o C. tinha revólver e atirava pra tudo que é lado também...*” E complementa: “*Antes, bem antes de ter a Cooperativa. [...] Era uma guerra mesmo, as pessoas não se respeitavam*”.

Sobre as condições precárias, Cleonice lembra: “*Era horrível, a gente passava de vela, ia dormir com medo de cair a vela e incendiar o pouquinho que tinha*”. Rosana complementa: “*Não existia poste, era de gato em gato*”. Nas palavras de Josi, a água vinha de uma fonte: “*tinha a vertente que, eu tinha o tanque em casa, né, e era embaixo de uma árvore, aí eu descia com os baldão pra puxar água, aí tinha, tinha caixa d’água, né, e eu puxava água e enchia aquela caixa d’água, enchia o tanque pra lavar roupa, depois tinha que enxaguar roupa, bem, o pão que o diabo amassou!*”.

Figura 15 – Condição das casas na ocupação, aprox. 1997



Fonte: GIAZZON, 2015²⁸

As estradas, como refere Rosana, foram abertas pelos próprios moradores: *“Aqui, no prédio verde pra baixo não tinha rua, né, era pedra, o pessoal tinha que sair dali saía pela volta, pelos outros lugar pelo mato, daí a gente abriu ali na época do E. Ali, a gente abriu um pouco a estrada e foi abrindo e toda aquela costa ali onde tem hoje o asfalto, a metade do asfalto pra lá eram casas, toda aquela costa eram casas, passava um carro só, depois que foi aberto”*.

Figura 16 – Rua de acesso à ocupação, aprox. 1997



Fonte: GIAZZON, 2015

²⁸ As figuras aqui utilizadas referentes a registros da comunidade feitos em 1997, e foram retiradas da dissertação de Giazzon (2015) porque, infelizmente, não foram localizadas no acervo da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, na ocasião em que solicitei acesso aos registros, em setembro de 2018.

Figura 17 – Foto atual da rua, 2019



Fonte: Própria autora, 2019.

Figura 18 – Barranco ao lado da rua, aprox. 1997



Fonte: GIAZZON, 2015

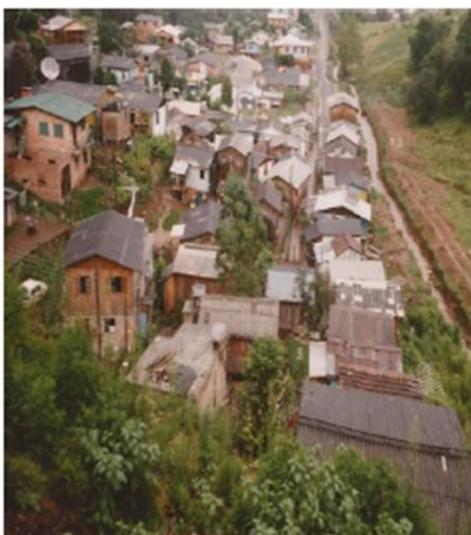
Figura 19 – Foto atual do barranco ao lado da rua, 2019



Fonte: Própria autora, 2019.

Depois de um tempo, houve as primeiras mobilizações em prol de melhorias na comunidade. Rosana lembra: *“Teve uma época que nós ganhamos da Prefeitura uns canos mais grossos pra botar o esgoto sair em algum lugar, o esgoto saía e descia ladeira abaixo, lá pra baixo, e pegava onde é a estação de tratamento, mas ele passava pelas casas, né, aquele esgoto, não o esgoto de banheiro, o esgoto de pia. Todo mundo tinha que ter uma casinha, uma patente, né...”*. Atualmente, Cleonice considera: *“Agora dá pra se dizer que nós moramos parecido com o centro”*.

Figura 20 – Área ocupada antes da Zona de Tratamento de Efluentes (ZTE), aprox. 1997



Fonte: GIAZZON, 2015

Figura 21 – Foto atual da ZTE, 2019



Fonte: Própria autora, 2019.

Esse esgoto, inclusive, era considerado o lugar de lazer as crianças da comunidade, conforme lembram as participantes. Ilza conta que em uma visita à área para conversar com o dono do terreno que ela comprou, antes de morar, *“eu olhei os dois filhinhos dele brincando no esgoto, tão bonitinho, os pezinhos batendo dentro da água do esgoto com merda pelo meio, brincando bem feliz”*. Cleonice recorda de alguns vizinhos e completa: *“Tinha um esgoto bem na frente que ia pra casa deles e pra minha, as crianças tomavam banho lá”*. Rosana pondera que, a área onde as crianças brincavam era problemática: *“quando ia*

com a Sara fazer o censo e tudo, era precário aquilo lá, fora os cachorros. [...] Tinha que tá se desviando dos cachorro”. Josi completa, defendendo que o lazer das crianças era: “Na rua, brincavam na rua”.

Questionadas sobre suas lembranças em relação ao começo da Cooperativa, os comentários mais corriqueiros foram sobre as primeiras reuniões, que aconteciam na casa de algum morador ou na própria escola. Que, na época, todos os moradores se mobilizaram em prol da cooperativa e para regularizar a área. Posteriormente, começam as mobilizações para construção dos prédios e sobrados financiados pelo Fundo da Casa Popular, entendendo, essencialmente, de que se tratavam de famílias que correspondiam ao perfil dos contemplados pelo Programa na época. Todo o processo de viabilização do projeto de urbanização foi acompanhado pelos moradores conjuntamente com a Secretaria Municipal de Habitação. Mesmo que a situação dos ocupantes fosse considerada de risco, eles não estavam dispostos a sair da área para devolver a terra à municipalidade.

Figura 22 – Casas em zona de risco, aprox. 1997



Fonte: GIAZZON, 2015

Figura 23 – Foto atual da área, 2019



Fonte: Própria autora, 2019.

Para iniciar as construções, foram propostos espaços para alojar as famílias contempladas, os chamados albergues. Rosana lembra bem sobre o acontecimento: *“E daí, quando foi pra tirar o pessoal das casas pra ser construídos os prédios, né, aí foi outra dificuldade, porque a intenção da Prefeitura foi remover 100 famílias, e não conseguiram, é claro, né... [...] sair daqui pra eles construírem os prédios, não tinha condições de remover 100 famílias, alguns tinham condições de pagar aluguel e foram pagar, aí foi, mas quem não tinha condições eles fizeram o albergue ali, né. Que abrigava as pessoas, depois do albergue, o primeiro prédio construído foi o verde, e fizeram albergue embaixo do verde, ali embaixo morou mais ou menos umas cinco famílias. Depois fizeram albergue embaixo do nosso [salmão], que também morou cinco famílias. [...]. Todos com um banheiro só. Mais ou menos cinco famílias em cada prédio”*.

Figura 24 – Foto atual da rua sem saída



Fonte: Própria autora, 2017.

Para encerrar o grupo, três questões foram colocadas, cujas respostas podem ser sintetizadas. Uma delas inquiria sobre as pessoas consideradas referências para a comunidade. As participantes rememoraram inclusive situações em que essas pessoas puderam ajudar as famílias. Um dos icônicos moradores, falecido há mais de 15 anos, foi o dono do primeiro celular na comunidade. Ele recebia e fazia ligações para qualquer um que se dispusesse a pagar um pequeno valor em troca da ligação, esse mesmo sujeito foi dono de um armazém que era ponto de encontro de homens e mulheres na comunidade. Rosana conta: *“Eu me lembro do falecido A. com telefone, o primeiro a comprar um tijolão, ele cobrava uns centavos pra fazer a ligação, pelo menos todo mundo tinha acesso. O primeiro armazém e o primeiro telefone era do A.”*.

As participantes lembraram de outros homens. Otília recorda *“O Zé Preto, o José Rogério da Luz, porque eu tenho lembrança dele sempre, sempre.”*, esse foi um dos moradores mais antigos da ocupação, protagonizando a constituição da Cooperativa e apoiando fortemente o movimento em prol da regularização da área e, mais tarde, dos imóveis. Falecido em 2001 em virtude de um infarto, cujos sintomas se manifestaram em uma reunião de moradores no bairro Eldorado, conforme contou sua esposa em entrevista em 2017²⁹, uma

²⁹ Entrevista concedida em 2017, na ocasião da coleta de dados para meu Trabalho de Conclusão de Curso.

das ruas da comunidade leva seu nome em homenagem a sua participação. Josi completa: *“Ele tava metido em tudo que era coisa”*.

Josi ainda recorda outro homem importante: *“Tem também o seu, aquele do apartamento do rosa, o J. M., tava metido em tudo, ele pouco entendia, mas ele, a gente fez curso de cooperativismo junto, né, que eles iam buscar a gente aqui, era eu, ele, o E., e não sei quem mais, um monte de gente. Aí o, ele lutava, ele lutou pelo...”*. De certa maneira, esses três homens são lembrados pelas participantes porque contribuíram positivamente com a comunidade, seja esforçando-se em suas conquistas, quanto auxiliando no processo de autonomia dos moradores, a exemplo da oferta de produtos em um armazém local, pequeno, mas que atendia às necessidades mais emergentes, além de garantir a reunião dos pares.

Além disso, foram provocadas a responder sobre seus lugares de referência. As participantes concordaram que há dois lugares: sua própria casa e a escola. Revelando que a segurança do lar é a que garante uma referência. Foram unânimes: *“A nossa casa, a escola, o colégio, não tem violência.”* Como se considerassem o renascimento de um bairro livre das mazelas do passado.

Figura 25 – Foto atual da escola local



Fonte: Própria autora, 2017.

Encerramos a conversa sobre a última questão, o desafio que definissem em uma palavra o que representa a casa própria para elas. As respostas formaram a seguinte oração: *“Um sonho maravilhoso realizado! Um sonho realizado! Quem não tem esse sonho, né? E a gente tem pelos filhos da gente que tão pagando aluguel, né, o quanto sofrem, né. É segurança!”*

4.2 PERFIL DA COMUNIDADE

Registrado o processo histórico da ocupação, este subcapítulo apresenta dados de pesquisa provenientes das visitas aos moradores da comunidade. Trata-se, portanto, de apresentar o perfil da comunidade em estudo e aproximar os dados àqueles relacionados ao perfil das famílias brasileiras e, em alguns casos, ao perfil das famílias rio-grandenses, objetivando encontrar semelhanças aos dados sobre desigualdades sociais no país e em que medida esse traço é reforçado na comunidade. Inicialmente, apresentarei a análise descritiva do perfil da família e, posteriormente, as informações relacionadas ao perfil dos respondentes de acordo com as respostas contidas nos 122 questionários aplicados.

Quadro 4 – Composição familiar

Tipo	Qtde. respostas
Casal com filhos	47
Casal sem filhos	20
Mulher sem cônjuge com filhos	26
Homem sem cônjuge com filhos	4
Sozinho(a)	19
Outro	6
Total	122

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com o Quadro 4, na composição familiar, predominam casais com filhos, seguidos de núcleos familiares compostos por mulheres sem cônjuge com filhos. Com relação a esse último dado, saliento que em última pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), relativo às estatísticas de gênero, tem-se que 40,5% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres. Na região Sul do país, 36,9% dos lares têm a mesma característica totalizando aproximadamente quatro milhões de famílias. Em Caxias do Sul, o percentual alcança 36,9% do total de lares (IBGE, 2010).

Ainda nas Estatísticas de Gênero (IBGE, 2010), outro dado predominante é que 23,6% das famílias em Caxias do Sul são compostas por

casais com filhos, dado inferior ao apresentado para lares chefiados por mulheres. De acordo com o perfil da comunidade, trata-se da composição familiar de maior incidência entre os respondentes.

Quadro 5 – Número de residentes no domicílio

Número	Qtde. respostas	Nº de pessoas
1	19	19
2	36	72
3	34	101
4	19	76
5	12	60
6	2	12
7	1	7
Total	122	347

Fonte: Dados de pesquisa.

Os números apresentados no Quadro 5 estão de acordo com as estatísticas apresentadas pelo PNAD (2015) em relação à média do número de pessoas residentes por domicílio na região sul do Brasil, que indica 2,7 pessoas para uma média nacional de 2,9. Esse é um indicativo de que não há casos de superlotação em domicílios da comunidade.

Quadro 6 – Renda familiar mensal

Faixa de Renda	Respostas	(%)	Média familiar mensal <i>per capita</i>	(%)
Sem renda	1	0,81	1	0,81
Até 0,5 sm	2	1,63	22	18,03
Até 1 sm	6	4,91	44	36,06
Até 1,5 sm	16	13,11	20	16,39
Até 2 sm	20	16,39	26	21,31
Até 2,5 sm	23	18,85	4	3,27
Até 3 sm	10	8,19	3	2,45
Até 3,5 sm	10	8,19	2	1,63
Até 4 sm	11	9,01	-	-
Até 4,5 sm	3	2,45	-	-
Até 5 sm	7	5,73	-	-
Até 5,5 sm	7	5,73	-	-
Até 6 sm	1	0,81	-	-

Mais de 6 sm	5	4,09	-	-
Total	122	100%	122	100%

Fonte: Dados de pesquisa.

Conforme apresentado no Quadro 6, o rendimento familiar mensal demonstra maiores valores na faixa de até dois salários mínimos e meio, somando 35% do total de domicílios. No entanto, calculando o rendimento *per capita* mensal, deparei-me com números diferentes. A maioria das famílias da comunidade conta com uma renda *per capita* entre um e dois salários mínimos, visto que 36% é de até um salário mínimo *per capita*. Esses dados acordam com aqueles encontrados pela PNAD (2015), indicando que 29,5% da população brasileira conta com renda *per capita* mensal média entre meio e um salário mínimo e outros 27% estão entre um e dois salários mínimos, somando mais de 50% da população brasileira com até dois salários mínimos per capita. Esses indicadores se mantêm quando separados os dados relacionados à região Sul do Brasil.

Quadro 7 – Maior grau de instrução na família

Grau	Qtde. de respostas
Sem instrução	2
Ens. Fundamental Incompleto	20
Ens. Fundamental Completo	14
Ens. Médio Incompleto	15
Ens. Médio Completo	55
Ens. Superior Incompleto	13
Ens. Superior Completo	2
Pós-graduação incompleta	1
Total	122

Fonte: Dados de pesquisa.

No Quadro 7 destaca-se que, como maior nível de instrução da família, predomina o ensino médio completo, seguido de fundamental incompleto. De acordo com as análises que vem depois deste quadro, o número de crianças com menos de 10 anos é baixo, justificando a incidência dessa resposta. No entanto, o ensino médio completo indica que dos jovens maiores de 18 anos, poucos são ingressantes do ensino superior, ficando esse último dado restrito a somente 13 pessoas com acesso e duas com ensino superior completo. Com relação à última categoria, eu sou a única moradora que está cursando pós-

graduação na comunidade, representando o maior grau de instrução no meu núcleo familiar.

Quadro 8 – Faixa etária dos residentes do domicílio

Faixa etária	Qtde. de pessoas
Até 10 anos	47
De 11 a 20 anos	49
De 21 a 40 anos	94
De 41 a 60 anos	117
Acima de 60 anos	40
Total	347

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com o Quadro 8, é possível perceber que a faixa etária predominante dos residentes da comunidade é entre 21 e 30 anos, seguido de pessoas entre 41 e 60 anos. São encontradas poucas crianças com menos de 10 anos e, ainda, poucos jovens de 11 a 20 anos. Esses números indicam ser mais expressiva a presença de adultos maduros, mas que se equilibram entre jovens e jovens adultos.

Com esse dado é possível entender sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos. Na época da ocupação, os moradores que chegaram na área tinham entre 20 e 35 anos, sendo em sua maioria jovens, casados há poucos anos e com filhos pequenos ou esposas gestantes. Hoje, esses moradores estão na faixa dos 50 anos e, em virtude da regularização dos imóveis, muitos deles já venderam suas residências para outros jovens casais de família pequena, com um ou dois filhos, ou deixaram para seus filhos que representam a faixa etária predominante³⁰. A seguir, apresento a análise do perfil dos respondentes.

Quadro 9 – Faixa etária dos respondentes

Faixa etária	Qtde.
De 18 a 20 anos	2

³⁰ Todas essas informações com relação ao perfil progresso dos ocupantes foram obtidas através de uma conversa informal com a presidente da Cooperativa, senhora Rosana S. P., cujos familiares participaram do processo de ocupação na década de 1990.

De 21 a 30 anos	13
De 31 a 40 anos	17
De 41 a 50 anos	26
De 51 a 60 anos	42
Acima de 60 anos	22
Total	122

Fonte: Dados de pesquisa.

Conforme apresenta-se no Quadro 9, a faixa etária dos respondentes esteve entre 41 e 60 anos, somando mais de 50% deles. Nesse sentido, posso afirmar que consegui dialogar diretamente, em sua maioria, com os titulares dos imóveis ou seus cônjuges. Ainda, muitos deles são remanescentes do processo de ocupação e regularização da área.

Quadro 10 – Gênero dos respondentes

Gênero	Qtde.
Feminino	90
Masculino	32
Total	122

Fonte: Dados de pesquisa.

No Quadro 10 mostra que a maioria dos respondentes É do gênero feminino. Ao chegar nos domicílios para preenchimento do questionário, os homens solicitavam que as mulheres respondessem às questões, alegando que elas saberiam ‘mais sobre esses assuntos’.

Quadro 11 – Categoria de emprego dos respondentes

Categoria	Qtde.
Com carteira assinada	42
Sem carteira assinada	9
Militar ou funcionário público	1
Aposentado(a)	32
Desempregado(a)	21
Autônomo(a)	11
Pensionista	6
Total	122

Fonte: Dados de pesquisa.

No que se refere à categoria de emprego dos respondentes, temos que a maioria deles trabalha com carteira assinada e outra parcela significativa é aposentada. Entretanto, somados a informalidade (sem carteira assinada) e os desempregados, os números tornam-se significativos. Nesse sentido, temos que os indicadores nacionais sinalizam uma taxa de desemprego de 10,6% até o 4º trimestre de 2019, e a região sul registra 6,8% (IBGE, 2019). Já as taxas de emprego informal subiram no país no último ano, registrando 41,3% segundo reportagem veiculada pelo G1 com base nos dados disponibilizados pelo IBGE, 0,8% a mais do que em 2018.

Quadro 12 – Grau de instrução dos respondentes

Grau	Qtde. de respostas
Sem instrução	5
Ens. Fundamental Incompleto	40
Ens. Fundamental Completo	28
Ens. Médio Incompleto	6
Ens. Médio Completo	38
Ens. Superior Incompleto	4
Ens. Superior Completo	1
Total	122

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro 12, destaco o nível de instrução dos respondentes, todos maiores de 18 anos. Segundo publicação do PNAD (2018), na Síntese de Indicadores Sociais disponível na biblioteca online do IBGE, 35% dos brasileiros acima de 14 anos de idade não concluíram o ensino fundamental e 52% das pessoas com mais de 25 anos não concluiu o ensino médio, considerados os níveis escolares de educação básica obrigatória, e desses, 31% não concluiu o ensino fundamental (p.79). Nas pesquisas do PNAD (2015), quase 40% da população brasileira tem 11 anos ou mais de estudo e o segundo maior índice está em pessoas com 4 a 7 anos de estudo, que ainda não concluíram o ensino fundamental.

Cabe ressaltar que dentre os respondentes, a maior incidência é de ensino fundamental, incompleto ou completo. Somando-se aqueles que concluíram esse nível e outros que ingressaram no ensino médio, mas não finalizaram o grau, temos que 74 dos 122 respondentes estão entre os 52% de brasileiros que não completaram os níveis escolares de educação obrigatórios.

Como demonstrado, os dados referentes à comunidade reiteram sua condição de periférica não só por questões territoriais, mas também históricos, dada a forma como ela de fato se consolidou e em termos socioeconômicos, uma vez que sob diferentes perspectivas. Em relação à renda familiar e per capita, os dados das famílias da Cooperativa acordam com aqueles encontrados nas médias nacionais, indicando que mais de 50% da população brasileira vive com até dois salários mínimos per capita, sendo mais expressivo o número de famílias com até um salário mínimo per capita.

Nos dados sobre educação, temos um baixo ingresso de jovens no ensino superior e dados que indicam maior incidência de adultos maduros que não concluíram os níveis obrigatórios de ensino, que são ensino fundamental e médio, mais uma vez as médias nacionais indicam que 35% da população acima de 14 anos não concluiu o ensino fundamental e 52% das pessoas com mais de 25 não concluiu o ensino médio.

Na categoria de emprego, a maioria dos respondentes trabalha com carteira assinada, no entanto há um número expressivo de desempregados ou trabalhadores informais, que somam 24,9% dos respondentes. Duas categorias que assumem uma crescente taxa no país de acordo com a PNAD Contínua.

5 REFLETINDO SOBRE O DISCURSO: SINALIZADORES EMERGENTES

Neste capítulo, apresento e analiso os dados coletados e aproximados. Para a triangulação colocam-se em diálogo o perfil da comunidade estudada, a partir do agrupamento das informações coletadas através de questionário (ver item 3.2.3 da descrição metodológica) e dos grupos focais (ver item 3.2.4 da descrição metodológica).

As categorias construídas a partir das questões semiestruturadas contidas no mesmo questionário que se referem diretamente às opções de lazer dos moradores no seu tempo de não trabalho, teoricamente dedicado ao ócio; e fragmentos dos discursos coletados nas sessões de grupos focais promovidas entre moradores.

5.1 LAZER, VIAGENS E TURISMO NA COMUNIDADE

De acordo com a metodologia empregada, e tendo em vista a possibilidade de discussão sobre as questões semiestruturadas inseridas no instrumento de pesquisa (ver apêndice A), nesse item do capítulo reflito sobre as opções de lazer dos moradores da comunidade. Esses dados foram coletados conjuntamente com o questionário sobre o perfil socioeconômico das famílias, que inqueria: opções de lazer no tempo livre, no dia-a-dia, sábados/domingos e férias/feriados.

Para facilitar a organização, com base nas repetidas verbalizações por parte deles, criei categorias para depreender sobre as preferências para cada uma das questões abordadas, cujo agrupamento pode ser encontrado nos apêndices B e C, deixando somente as opções de férias/feriados no corpo desse texto. Além disso, tomei a liberdade de questionar sobre em que ocasiões os moradores procuram pelo centro da cidade, para qual o agrupamento encontra-se no apêndice D. No entanto, essas respostas são melhor discutidas durante o item 5.3.

Com relação às opções de lazer nos dias úteis da semana (apêndice B), nota-se, em sua maioria, as atividades restringem-se ao domicílio, ou nos limites da própria comunidade (local), até os arredores dela (intrarregional – região da comunidade, dentro da cidade). Nesse sentido, a atividade com o número mais

expressivo corresponde a serviços domésticos, seguida de assistir TV (canal aberto). Os serviços domésticos podem ser caracterizados como lazer ativo, muito embora não sejam especificamente para combater o sedentarismo gerado pela lógica capitalista de trabalho (PIMENTEL, 2012). Visto que, do ponto de vista de Avila (2003), esse tipo de lazer envolve essencialmente práticas que colocam o corpo humano em movimento, trabalhando sua motricidade.

Já a exposição à televisão, pode ser considerada como lazer passivo, quando o sujeito sofre uma exposição alienada ao consumo, além de que assistir à televisão, conforme Pimentel (2012), se caracteriza como atitude sedentária, que reforça o consumo de tecnologias de conforto ao invés de priorizar o consumo energético das habilidades do corpo.

Nessa direção, é possível depreender que as opções de lazer na comunidade durante os dias úteis não se ampliam para atividades ativas de maneira geral, ficando concentradas em práticas sedentarizadas que não contribuem para a regeneração da força de trabalho e nem para o bem-estar físico ou cultural dos moradores. Além disso, as próprias atividades culturais não contemplam a agenda dos moradores.

No apêndice C são apresentadas as opções de lazer para os fins de semana, de acordo com as respostas dos participantes. Acordando com as informações contidas no quadro, posso apreender que as opções de lazer aos fins de semana restringem-se a deslocamentos dentro da cidade, em maior medida para visitar familiares em outros bairros ou para passear no centro. Mas há ainda aqueles que optem por passar o fim de semana em casa, deslocando-se somente pela comunidade.

As opções de lazer, embora limitadas em termos de deslocamento ou de atividades culturais, pouco diferem daquelas encontradas no dia-a-dia. Ainda se pode encontrar alta frequência de respostas para categorias como assistir filme/série (assinatura), ficar em casa e fazer serviços domésticos, demonstrando a repetição de formas de lazer passivas. Quando optam por sair de casa, normalmente a motivação é visitar algum familiar em outros bairros ou passear pela região central da cidade. No entanto, não discorrem sobre suas preferências ao procurarem pelo centro para lazer. Na questão que inqueria

sobre os motivos pelos quais eles se deslocam até o centro, há poucas respostas que consideram a região para passeio, conforme apêndice D.

No prosseguimento, apresento o quadro que agrupa as opções de lazer em feriados/férias:

Quadro 13 – Opções de lazer feriados/férias

Ação	Motivação	Freq. de respostas	Abrangência
Viajar	Visitar familiares	74	Viagem
	Praia	53	Viagem
	Passeio	5	Viagem
	Missões religiosas	4	Viagem
	Ficar na cidade	22	Domicílio
	Interior da cidade	2	Intrarregional
	Visitar amigos	1	Viagem
	Raramente viajo	6	Viagem
	Passear	Balneário/pesque-pague	2
Chácara de amigos		2	Intrarregional
Piscina (sindicato/clube)		1	Intrarregional
Visitar familiares outros bairros		1	Intrarregional
Outro	Não tem férias/feriados	3	Domicílio
	Descansar/dormir	2	Domicílio
	Total	179	

Fonte: Dados de pesquisa.

Aqui, é possível perceber que as viagens são frequentes no calendário dos moradores quando nos referimos a períodos de folga mais longos, quando é possível distanciar-se de suas residências. Com base nas informações sobre a profissão dos respondentes, a maioria trabalha em empresas do ramo metal mecânico (apêndice E), seja na linha de produção ou nos serviços administrativos ou de higienização. Deve-se a isso a possibilidade de descanso em fins de semana e feriados prolongados ou momento de férias coletivas. É possível apreender que os moradores optem por viagens quando há a possibilidade de maior tempo de descanso, e dentre os motivos mais citados estão visita a familiares em outras cidades e ida à praia. Nas duas opções, o que se tem são viagens cotidianas, para lugares aos quais os viajantes estão acostumados a visitar.

No apêndice D são apresentadas as frequências de resposta para os motivos pelos quais os moradores se deslocam até a área central da cidade. Dentre eles os mais frequentes destacam-se àqueles que se referem a

necessidade de serviços básicos como pagamento de contas, consulta médica ou busca de estabelecimentos comerciais para compra de produtos diversos. Esses três serviços não podem ser encontrados na comunidade, somente em bairros vizinhos, cujo acesso pode ser mais problemático do que ao centro. O deslocamento é dificultado pela indisponibilidade de transporte público ou escassez de horários do serviço de mobilidade urbana.

De acordo com a Carta Internacional de Educação para o Lazer, emitida em 1993 pela World Leisure and Recreation Association (WLRA), o lazer é considerado uma área específica da experiência humana que conduz a uma realização pessoal por intermédio do desenvolvimento de atividades que se associem elementos tanto de natureza física, como intelectual, social, artística e cultural. Para tanto, determinam que o lazer é um direito que deve ser assegurado por todas as instâncias responsáveis pela manutenção dos direitos civis das populações, não sendo permitida a violação desse direito. Nesse sentido, a WLRA (2003) defende que cabe às instâncias governamentais em parceria com demais instituições, garantir que as opções de lazer sejam viabilizadas e amplamente ofertadas à sociedade, sem que haja discriminação para seu usufruto, incluindo aí que as limitações econômicas não impeçam o desfrute das atividades de lazer.

No entanto, os dados de pesquisa encontrados demarcam que não há ampla utilização de diferentes equipamentos de lazer que contribuam para a realização pessoal. Na maioria dos casos, as opções estão restritas ao lazer passivo, que é determinado pela mera contemplação do lugar e realização da ação sem que haja um propósito determinado na direção da realização pessoal.

5.2 DISCUTINDO OS GRUPOS FOCAIS

Neste fragmento do capítulo, detenho-me em apresentar as construções possíveis por meio do desenvolvimento dos grupos focais com os moradores da comunidade. Conforme explicitado anteriormente, foram realizados três encontros no interior da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marianinha de Queiroz em três quartas-feiras do mês de setembro de 2019 e tiveram duração de uma hora e trinta minutos cada uma. No entanto, as gravações contabilizaram uma hora.

A seguir, apresentam-se em itens isolados, os quadros com a síntese de cada um dos grupos focais – exceto aquele cuja discussão central era a história da comunidade (ver item 4.1.2) – com suas respectivas questões a que se referem os comentários, conforme roteiro pré-estabelecido descrito na técnica de grupo focal (item 3.2.4).

5.2.1 A voz da periferia: Vamos falar sobre cidade?

Os participantes foram provocados a verbalizarem o que pensam sobre Cidade, Periferia, Inclusão e Exclusão Social. Com os relatos, foi possível sistematizar no quadro branco os comentários que se repetiam e que deram forma à seguinte construção:

Quadro 14 – Grupo focal: *Vamos falar sobre cidade?*

Nº	QUESTÃO	COMENTÁRIOS
01	O que é cidade para vocês?	Lugar de pessoas; Lugar de migrantes e imigrantes; Lugar de todos os tipos de pessoa; Lugar grande; Em expansão; Onde moramos; Adoramos nossa cidade, mas não tem muita diversão, lugar bonito, cultura; Caxias acho que não era pra ter crescido tanto; Não era pra ser tão grande assim Caxias, tu pode ver.
02	O que é periferia para vocês?	Bairro ao redor da cidade; Onde mora muitas pessoas; Lugar que tem as casas bem próximas umas das outras; Onde moram famílias mais pobres assim; As pessoas da periferia não têm condições; Nosso bairro já foi considerado periferia, a gente já ouviu piada sobre tiros e preconceito no trabalho, mas defendemos que não é mais assim; Lugar carente de acesso a serviços de água, luz, essas coisas; Fica no perímetro, ao redor; Tem periferia em Caxias?
03	O que é exclusão social para vocês?	Ser excluído pela aparência, eu lembro do meu filho que não conseguia emprego porque usava <i>dreads</i> no cabelo; Não ser reconhecido por causa de alguma característica; Não ser incluído. [Ameaça de despejo durante a ocupação; reintegração de posse pelo município]
04	O que é inclusão social para vocês?	O contrário de excluir. [Regularização dos imóveis como inclusão]
05	O que vocês sentiam antes? [de regularizar os imóveis]	Para onde eu vou? Isso não é meu, podem me tirar daqui a qualquer momento; Tristeza; Medo;

		Tudo começou por necessidade: não fomos invasores, fomos ocupantes.
06	Mais algum/alguns aspecto(s) a considerar?	O desmatamento atrás da escola e dos prédios me incomodou, vimos muitas espécies de animais fugindo, bugios; Tenho medo de quem vai lotear ali, o que será que vai acontecer? Estamos longe do centro; De opções de lazer para quem não tem carro é difícil, tem que pegar muitos ônibus, demora muito, quase uma hora; A Festa da Uva era popular, agora é cara, é só para turista; Ir para o centro de carro também é um problema, dependendo do horário demora uns 40 minutos.

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com as informações compiladas durante a realização dos grupos focais, pude compreender que os moradores da comunidade reforçam os discursos teóricos abordados no referencial quando afirmam que a Cidade é lugar de pessoas (RECH, 2007). Ou que a Periferia concentra as famílias mais pobres e é deficiente em termos de oferta de serviços básicos (SANTOS, 2009b; DUCCI, 1998). De tal maneira, é possível, inclusive, complementar os posicionamentos de diferentes autores tendo como base o discurso dos sujeitos conforme apresento na análise.

Na primeira categoria, com relação ao questionamento sobre o que considerariam Cidade, os participantes foram insistentes em diversas características que a permeiam, tais como, lugar de pessoas, lugar de migrantes e imigrantes, lugar de todos os tipos de pessoas, grande e em expansão; onde moramos. Do meu ponto de vista, a cidade não só é um espaço que agrupa pessoas, como também um espaço que hospeda diferentes manifestações culturais e histórias de resistência. Não só nos confins da cidade, como também na região considerada central ou em sua zona rural, de maneiras peculiares, são os espaços da Cidade que narram essas histórias.

Quando questionados sobre o que é Periferia, os participantes manifestaram dúvida a respeito do que poderiam responder, momento em que verbalizam: “*existe periferia em Caxias?*” Para eles, Periferia remete a bairros que se localizam ao redor da cidade e que concentram muitas pessoas; lugar onde as casas são próximas umas às outras; onde moram famílias mais pobres, pessoas que não têm condições; lugar carente de acesso a serviços de água, luz, essas coisas; fica no perímetro, ao redor. Ainda nessa direção, alguns

afirmam que nosso bairro já foi considerado periferia e que, inclusive, já sofreram preconceito no trabalho, suportando piadas sobre a criminalidade progressa na área.

Essa consideração também permite aproximar daquela em que consideram como Exclusão, o ato de não reconhecimento pela aparência ou por causa de alguma característica. O próprio preconceito enfrentado por alguns deles no ambiente de trabalho lembra que a exclusão se dá principalmente pela impossibilidade de serem ou estarem no mesmo lugar em que vive a minoria privilegiada, cujo discurso reforça: *“Quando a gente tá na sociedade no meio daqueles que têm e como é que nós vamos fazer pra, daí eu vou dizer pra vocês, como é que se faz?”* (Rodrigo). Nesse sentido, do ponto de vista de Santos (2009a), o acesso é negado, pois a incompatibilidade econômica não permite o poder de ingresso a essa estrutura.

Se incluir é o contrário de excluir, de acordo com os participantes, é possível considerar que a inclusão, no contexto da comunidade, se deu a partir da regularização dos imóveis, 25 anos depois do início da ocupação. Nas palavras deles é *“Um sossego também”* (Otília); *“É, porque essa escritura foi um sossego, uma bênção [...] hoje nós podemos dizer que é nossa casa, que semo dono! A luta foi grande, mas a vitória é maior!”* (Terezinha). No entanto, destaco que a exclusão não pode ser considerada superada em outros âmbitos, que não o de moradia e de condições de sobrevivência, embora o discurso acuse: *“Eu não vou dizer que a cidade acolheu ou inseriu, mas ela considera nós como pessoas legais, cidadãos caxienses, reconhece”* (Rosana). Seus comentários sobre a cidade também revelam que Caxias do Sul não tem muita oferta de diversão e cultura, ou lugares bonitos a serem visitados. Nesse sentido, questiono: se trataria, neste caso, da carência de oferta ou da carência de acesso à oferta cultural e de lazer em nossa cidade?

Destaco, nos discursos dos participantes, ponderações sobre como se sentiam antes da regularização dos imóveis: *“De uma hora pra outra vão me tirar daqui, pra onde eu vou?”* (Rosana); *“É triste, né? [...] E qual o sentimento? Indignado! Já viram aqueles avançando, o sentimento de tristeza”* (Rodrigo); *“Nós passamos por isso, nós chegamos a ter ali o quartel até aqui na Madeireira*

com máquinas que o E. foi ali e outros, eu vivi isso, eles vinham com as máquinas no meio das nossas casas, e eles foram lá, e foram na Prefeitura um monte de gente pra conseguir impedir que eles viessem derrubar nossas casas [...] eu contei pra Jasmine que esse foi o pior dia da minha vida!” (Dulce). Essas falas remetem à aflição dos sujeitos quando em situação de exclusão na cidade, sofrendo ameaças de despejo e reintegração de posse pelo município a qualquer momento.

Comentários adicionais apontaram sobre a preocupação dos moradores com o desmatamento realizado nas proximidades da escola durante o ano de 2019. A derrubada das árvores atrás de um dos prédios, que vai até a extensão da escola, sensibilizou os moradores, já que valorizavam a área verde, reconhecendo que foi o espaço de lazer de suas crianças durante décadas. Relataram que, seguidamente, animais da pequena mata apareciam nas janelas de alguns apartamentos. Nessa mesma área verde está localizada uma das bicas d’água da qual as mulheres puxavam os baldes de água para os barracos, durante a ocupação. Além de temerem pela vida animal, temem pelas pessoas que se aproximam da comunidade devido ao novo acesso. Há cerca de um ano a vegetação foi derrubada e nada ainda foi construído. Vemos somente um traço que indica uma rua de acesso do Bairro Jardim do Lago, mas não há qualquer indício de construção de imóveis. Uma moradora encerra *“o que será que vai acontecer?”* [Isabel].³¹

5.2.2 Uma viagem à escuta: pensando em turismo juntos!

Nesse item, apresento a sistematização do grupo focal com a temática Turismo. Os participantes foram provocados a verbalizarem o que pensam sobre turismo, viagem e seus hábitos de viagem. Com os relatos, foi possível sistematizar no quadro branco os comentários que se repetiam e que deram forma à seguinte construção:

³¹ Diz-se que a área foi desmatada em decorrência da necessidade de abertura de uma rua de acesso ao bairro que faz limite com a comunidade. A informação que circula é que foi um desmatamento iniciado pelo comprador da área e tem como objetivo, além de viabilizar a abertura da rua, a construção de um loteamento. No entanto, a obra permanece embargada.

Quadro 15 – Grupo focal: *Pensando em turismo juntos!*

Nº	QUESTÃO	COMENTÁRIOS
01	O que é viagem para você?	<p>Ócio; Lazer; Cultura; Conhecimento; Passeio; Diversão; Se dá, viajo, não dá muito porque não tenho dinheiro, o que é difícil é o dinheiro. Viajar é maravilhoso mesmo que o clima não esteja bom, porque já estou fazendo uma coisa diferente do dia-a-dia.</p>
02	Você viaja?	Sim, por unanimidade
03	Viaja para quê?	<p>Visitar amigos; Visitar familiares; Fazer passeio; Velórios; Médico;</p>
04	O que é turismo para você?	<p>Férias, viajar; Grupo Bem Viver – passeios; Viajar para conhecimento, aprender; Conhecer pessoas diferentes e lugares diferentes; Descontração; Turismo inclui, mistura pessoas de diferentes lugares, nacionalidades, tudo no mesmo lugar; Sair para olhar com o olhar de turista, por exemplo, as casas históricas; Dá para fazer turismo na própria cidade; Turismo para férias, para aproveitar, se for para outra finalidade não é turismo; Por exemplo: depois do velório dá pra fazer turismo, se sair pela cidade; ir no médico não é turismo; Algumas pessoas só conhecem a cidade e outros lugares pela televisão. São excluídos?* Sim, porque aprisiona, mas na televisão também é acesso. Posso viajar sem sair do lugar?* Sim, com a imaginação, livro, filmes. [nesse momento já começaram a lembrar de coisas do bairro e de experiências de quando moraram no campo, das dificuldades de acesso a muitas coisas, chegaram a um consenso: a necessidade une]</p>
05	Como vocês se deslocam normalmente? Utilizam hotéis?	<p>Vamos de ônibus, carro ou avião, mas nem todos viajaram de avião, na verdade a minoria; Todas já se hospedaram em hotel, mas isso não é frequente, normalmente ficam na casa de parentes ou amigos.</p>
06	Vocês já fizeram turismo em Caxias do Sul?	<p>Não conhecemos coisas turísticas de Caxias; Casa de Pedra me decepcionou porque é muito pequena; Tem casas históricas no interior, mas nunca fui; Quando vamos pro interior estamos fazendo turismo, porque é um lugar que a gente não costuma ir, na chácara dos familiares e acaba conhecendo outros lugares perto ou de passagem;</p>
07	Consideram que fazem turismo?	Sim, mas depende para que estou indo.
08	Para fazer turismo eu preciso de...	Dinheiro, tempo e saúde.

Fonte: Dados de pesquisa.

De acordo com discursos dos participantes, nota-se que seu conceito sobre viagem é abrangente, remetendo principalmente ao ócio, lazer, à cultura, ao conhecimento, à diversão e ao passeio: *“Ah, pra mim é uma diversão porque eu sempre gostei de viajar, seja perto ou longe eu sempre gostei”* (Natália); *“Um passeio, é ver coisas diferentes, conhecer pessoas também diferente”* (Telva); *“[...] pra qualquer lugar que eu vou pra mim é uma viagem, uma diversão, uma exploração de lugares, né?”* (Rosana).

No entanto, no momento que discutiram sobre o conceito, algumas participantes lembraram que na verdade viajam pouco, e que seus deslocamentos corriqueiramente se resumem a ir até outros bairros. Ironizando, Otília lembra: *“Ih, tanto que eu viajo! [risos] A minha viagem é de, de ali do São Cristóvão pro centro de Visate³²”*. Na sequência, Isabel comenta que: *“Um dia eu peguei um ônibus indo pro centro, pensei ‘vou pegar esse aqui’, ficou uma hora girando, girando, conheci umas parte ali que eu não conhecia [risos coletivos]”*. Rosana complementa: *“Aproveitar o valor da passagem e já vai, né [...] Eu até digo ‘quer viajar? Pega o Salgado Filho até Ana Rech³³!’”*.

Quando questionadas sobre conhecer as cidades da região, algumas relataram que sim, enquanto outras, que não. Aquelas que não conhecem contam histórias de suas viagens dentro de Caxias do Sul com o transporte público. Destacam-se falas como *“[Conheço] muito pouco, Caxias e olha lá [...] só de passagem, quando eu vou viajar lá pra minha mãe e passa por todas essas cidades [da região]”* (Otília); *“É, só Castelo, Centro, Ana Rech³⁴”* (Isabel); *“É, de conhecer mesmo, não”* (Rosana).

As motivações que levam essas mulheres participantes a viajar se restringem a compromissos familiares ou visitas a familiares e amigos, ocasiões em que aproveitam para passear, que em suas palavras é indicado assim: *“Ah, eu não viajo, faz tempo que não viajo. Só viajei por ocasião de, de velórios, lá pela fronteira, só por ocasião disso aí”* (Josi); *“Eu viajo pra encontro de família, nós vamos todos os anos [...] Porto Alegre, médico, volta, vou lá ver meu irmão”*

³² Viação Santa Tereza, empresa responsável pela oferta de transporte público urbano em Caxias do Sul.

³³ Linha de ônibus que vai de um extremo ao outro da cidade demorando cerca de uma hora e vinte minutos para completar o trajeto.

³⁴ Bairros do município.

(Telva); *“De vez em quando eu vou nos torneio do meu neto [...] ele tem vários torneios, não vou todos, né, [...] o pessoal da escolinha gosta de que vá família”* (Isabel). No discurso, a única que diz viajar para passear é enfática: *“A maioria das vezes pra passear, viagem sim, viagem mesmo, mesmo pra passear”* (Eva), denotando que há uma diferença entre os deslocamentos cuja finalidade não é passeio, daqueles que é.

Quando questionadas sobre seus hábitos de viagem, com o objetivo de entender quais serviços as participantes utilizam quando se deslocam, elas defendem que raramente se hospedam em hotéis, sendo mais frequente que fiquem na casa de amigos ou familiares em suas viagens. Se deslocam com diferentes meios, variando de acordo com a distância e o destino, mas são mais frequentes deslocamentos de carro ou ônibus: *“Ultimamente [me desloco] de carro! Mas viajar de ônibus é uma delícia”* (Josi); *“Pra Porto Alegre eu adoro ir de ônibus [...] Eu ainda gosto de comprar passagem e ir bem no primeiro banco lá na frente, vai com tudo ali [risos].”* (Telva); *“[...] que coisa boa tu pegar um ônibus que vai bem! Meu Deus! Tu dorme!”* (Rosana). Nem todas viajaram de avião, mas as que já puderam utilizar esse serviço, lembram que foram poucas as vezes.

Ao serem questionadas sobre o que consideravam Turismo, as respostas apontaram para muitos sentidos, que podem ser sintetizadas como viajar para conhecer pessoas e lugares diferentes, sendo possível fazer Turismo na própria cidade que se vive, é descontraír, se divertir, remete a férias e viagem, para aproveitar. O Turismo reúne pessoas, no entanto, há algumas pessoas que só conhecem os lugares pela televisão.

Nesse momento, elas consideram que viajar para outras finalidades que não sejam férias e descanso, não pode ser considerado como Turismo, pois para sair, *“[...] se a gente olhar com olhar de turista, a gente vai ver coisas maravilhosas ali”* (Rosana), e Josi completa: *“Porque geralmente a pessoa vai pra algum lugar e ela fez o turismo quando ela tá em férias, quando ela tá descontraída, quando ela tá bem, pois se ela vai pra algum outro compromisso ela já não faz o turismo, ela não vai pra lugares turístico, ela vai nas casas de*

outras pessoas, ela vai em alguns lugares, mas não vai pro turismo, ela não aproveita [...]. [Turismo] É quando ela sai pra passear.”

Turismo é *“Conviver, de uma maneira assim de um passeio, de uma viagem, de um conhecimento, de tudo que a gente não sabe e que a gente possa ver e aprender”* (Telva), e Eva complementa *“[...] pra ver um ponto turístico lá que vai tanta gente, justamente pra fazer esse turismo. No sentido de muitas gentes que vão pro mesmo lugar, tipo que tem um ponto turístico ali e lá vão, e tu chega no lugar e tem um monte de gente, né, é um turismo, vai juntar pessoas de vários lugares, várias raças, da região, mais estados, as vezes tem até de países diferentes, né, eu acho que é mais ou menos isso”*.

Questionadas se já fizeram turismo em Caxias do Sul, alegaram que não conhecem locais turísticos na cidade, mas que já passaram em frente dos museus. Comentam, inclusive, sobre a possibilidade de se organizarem para conhecer o Monumento ao Imigrante, talvez o mais significativo da cidade. Dentre os comentários, disseram que no Caminho das Colônias, roteiro turístico no interior de Caxias do Sul, *“Tem as casas assim que são, acho que são turísticas, né, porque elas são, são bem antigas, eu não me lembro, mas eu tenho bastante fotos”* (Josi).

Com relação ao comentário sobre as pessoas que conhecem outros lugares somente pela televisão, Rosana pondera que *“[...] eu tenho andado em muitos e muitos lugares e vou te dizer que muitas pessoas só conhecem Caxias do Sul através da televisão! Então eles fazem ainda aquelas coisas que nós, como nossos antepassados fizeram, e hoje em 2019 tem pessoas que fazem, o mundo deles é conhecido apenas pela televisão! Eles nunca saíram de dentro de casa”,* e Telva rebate: *“Tem muita gente que não sabe o que quer”*. Rosana encerra o comentário explicando: *“Não sabem nada do nosso mundo. A maneira como eles agem, como levam a vida deles é a maneira antiga [...]”*.

Josi, no entanto, insere um aspecto importante na discussão: *“Quando a pessoa não tem outra alternativa, mesma coisa a história do começo do Marianinha! Quem disse que as pessoas iam fazer o que fizeram? Que iam fazer uma invasão, morar em barraca, muito mal que moravam, e fizeram! Eu fiz também [risos]. E fazem! Se a pessoa precisar, né? Ela, não sei se aguenta.”*

Nesse momento, todas começam a refletir sobre as condições de vida em que cresceram, cujo acesso a muitos serviços era restrito, lembrando, inclusive, sobre o início da ocupação e a escassez dos recursos daqui.

Sobre as memórias de viagens e também da frequência com que viajam, as participantes comentam: *“Uma vez se viajava mais assim, né, de fazer excursão”* (Natália). Isabel completa: *“É muito divertido, todo mundo curte”*. Otília lembra que antigamente, *“[...] eu fiz várias viagens quando a gente participava de ginástica, Gramado, aí tu pensa o ônibus cheio só de mulher!”*. Sobre essas viagens, Telva acrescenta que *“[...] eles tinham muito, agora quando tem que fazer passeio tem que ter um guia turístico, tu tem que contratar alguém [...]”,* o que Natalia considera como *“[...] muita frescura, né”*. Telva encerra: *“É muita coisa que não tem assim. [...] e aí se tornou caro, porque antes a Prefeitura ainda ajudava em alguma coisa, agora parece que tão querendo, não querem ajudar em nada e eles ainda acham que a gente se diverte.”*

5.3 COMPREENDENDO OS ACHADOS PELA TRIANGULAÇÃO

Buscando trazer à luz da discussão os aspectos da metodologia e como ela contribuiu para a coleta de dados, apresento o que foi possível compreender através dela e como eu pude flexionar esses dados teoricamente. Nessa direção, avalio como os posicionamentos dos sujeitos reforçam uma construção teórica que repete as mazelas do passado, mesmo que discursivamente não se revelem os sinais de exclusão social.

Metodologicamente, os pilares que sustentaram a coleta de dados foram mantidos em todo o desenvolvimento da pesquisa. De acordo com Brandão e Streck (2006), a Pesquisa Participante trata de exercitar a escuta ativa do pesquisador e a empatia para com os sujeitos de pesquisa através do diálogo. Nesse sentido, não abordei uma problemática emergente na comunidade, mas pus em discussão um sintoma social relacionado ao Turismo: a falta de acesso de determinadas camadas ao vislumbre da viagem turística, pela impossibilidade de arcar economicamente com os custos implicados na mesma. Ainda que considerem seus deslocamentos como Turismo, esbarram nas próprias contradições sobre o que consideram ‘fazer turismo’. Seus discursos revelam um

dato importante sobre a realidade em que vivem: eles querem fazer, mas ainda não podem e os motivos são muitos.

Durante a coleta de dados, em cada domicílio os moradores demonstravam interesse em entender sobre a pesquisa que realizei, quais eram os motivos que me levaram à escuta de suas histórias, por tanto tempo. Entendi que se tratava de um indicativo importante sobre protagonismo, uma das principais propostas da Pesquisa Participante, de acordo com Gabarrón e Landa (2006). Devolver aos sujeitos o protagonismo sobre suas histórias de vida e também sobre a luta que compreende a história do lugar em que vivem é o sentimento esperado para que seja possível construir coletivamente o conhecimento sobre histórias reais. Sentindo-se parte do processo de pesquisa, eles também puderam entender sobre o papel da ciência, que está a serviço das pessoas e não o contrário, de acordo com Santos (2009a).

Para os grupos focais, as calorosas reuniões ofereceram um momento de debate entre vizinhos sobre temáticas diversas e que movimentaram os ânimos dos participantes. O estranhamento para/com os questionamentos fez tomar vida uma conversa franca sobre seus posicionamentos, em que julgaram necessário negociar sobre suas respostas até chegar a um acordo sobre o que seria um posicionamento coletivo. Essas negociações coletivas são um traço insistente na história da comunidade, desde o momento da ocupação, vizinhos negociam uns com os outros os rumos de suas próprias vidas em relação a suas condições de moradia. Em nenhuma situação, durante o desenvolvimento da técnica, os moradores passaram por qualquer constrangimento referente aos questionamentos, mesmo considerando que muitos deles encararam as perguntas como verdadeiras desconhecidas, em alguns momentos. Foram estimulados a dialogar sempre com a adaptação do discurso de minha parte até que fossem compreendidos os objetivos das perguntas.

Para construir a análise por triangulação, visando a flexão entre referencial teórico, metodologia e campo empírico, trato de resgatar trechos das conversas durante os grupos focais e aproximá-los do que me propus construir ao longo do referencial teórico. O papel da metodologia, nesse sentido, foi o de possibilitar o alcance do objetivo previsto nessa dissertação: considerando que

a Cidade e o Turismo se constituem sob a lógica da inclusão-exclusão, levantar e discutir a visão e possíveis vivências de uma comunidade periférica de Caxias do Sul/RS, questionando a possibilidade ou impossibilidade de encaminhar a viagem e o turismo como exercício de superação da exclusão econômica e como prática de inclusão social.

No que se refere à visão da comunidade em relação ao lazer e ao Turismo, temos que consideram quaisquer atividades não-laborais como opções de lazer, desde afazeres domésticos, assistir televisão em seu próprio domicílio, navegar na Internet, até ir ao mercado, cuidar dos filhos e/ou netos ou fazer caminhadas. Suas opções de lazer limitam-se a atividades que acontecem dentro de suas próprias residências, ou nos arredores da comunidade. As viagens são uma prioridade somente em períodos de descanso mais longos, tais como férias e feriados, ocasiões em que optam por viagens para visitar familiares em outras cidades ou irem à praia, em sua maioria.

Ainda nesse sentido, durante o grupo focal sobre Turismo as participantes se posicionaram considerando-o como diversão, convivência com pessoas diferentes, conhecimento de lugares também diferentes, sair da rotina. E lembram que, embora tenham algum posicionamento a respeito, consideram que se deslocam pouco, inclusive ironizando as viagens dentro da própria cidade a bordo do transporte público como o lazer turístico mais frequente.

Aproximando da linha do tempo Turismo, temos que às camadas sociais menos abonadas em termos financeiros, sempre foi negada a mobilidade, ou seja, condenada ao não deslocamento (BOYER, 2003), pelo que essencialmente se entende como Turismo. A finalidade recreativa da viagem acaba por não ser alcançada para os sujeitos dessa comunidade, uma vez que consideram que se deslocar para obrigações familiares não é uma viagem turística. Nesse sentido, é possível inferir que a própria consolidação da prática está atrelada a outros fatores externos.

Além disso, quando perguntei se conheciam as cidades da região, muitas afirmaram que não, demonstrando que essas moradoras ainda não tiveram a oportunidade de visitar esses locais, mesmo residindo em um município localizado em uma região turística e a menos de 70km de distância de

destinos turísticos mais importantes do Brasil que são Gramado e Bento Gonçalves.

Em segundo plano temos a viagem para as praias do litoral gaúcho como a mais frequente, devendo-se a distância do litoral, uma média de 150km para a praia mais próxima e também ao imaginário comum de férias para o trabalhador: descer a serra³⁵ em direção à praia nas férias atrás de descanso. Esse aspecto remete às análises de Urry (2001) sobre o protagonismo da classe operária nos balneários marítimos da costa inglesa no auge do século XX. Demonstra-se, portanto, que esses deslocamentos são corriqueiros, já compõem o cotidiano das famílias, pois acontecem anualmente em determinada época, sem gerar o estranhamento que se espera sobre turismo (GASTAL; MOESCH, 2007). O litoral se torna apenas outro ponto nas rotinas espaciais e mesmo temporais. A literatura até fala em segunda residência como o termo que melhor explica a familiaridade com outro lugar³⁶, embora uma segunda residência própria não seja a realidade do grupo pesquisado.

Ainda nessa direção, a preferência por sol e praia está intrinsecamente relacionada ao modelo de turismo industrial, que contrapõe o clima acinzentado da cidade ao clima do litoral e que dá ênfase ao caráter recreativo da viagem (BURSZTYN, 2005; PIRES, 2001). A partir daí, Coriolano (2006) considera que nesse modelo, a viagem bem como as demais opções de lazer são importantes momentos de recuperação da força de trabalho, pois quaisquer que sejam as movimentações do trabalhador, isso se dará em função de seu ofício.

Ainda nesse sentido, é importante levar em consideração que os hábitos de viagem desses sujeitos se distanciam daqueles tratados mercadologicamente e amplamente difundidos pelos serviços turísticos. Quando viajam, não usufruem de ofertas hoteleiras na cidade de destino, provavelmente por razões financeiras, optam por se hospedar na casa de familiares e amigos. Costumam viajar de carro ou ônibus, sendo a viagem a bordo de um avião privilégio de poucas das

³⁵ Expressão usualmente utilizada para se referir ao trajeto até o litoral gaúcho, uma vez que o relevo da região nordeste do Rio Grande do Sul está associado à serra, encostas montanhosas, por isso se diz 'descer' a serra até o nível do mar.

³⁶ Nas palavras de Clementino (2012), o turismo de segunda residência pode ser explicado, associando-se ao lazer e ao turismo, como um fenômeno local. Essa modalidade implica que as pessoas elejam um destino ou localidade que não seja turística por si, e lá fazem o uso de moradia – hospedagem ou aluguel – e realizam atividades de ócio e entretenimento.

participantes, que também não utilizam com frequência esse modal de transporte.

Essas constatações reiteram o que venho abordando na revisão teórica relacionada a Turismo: o prestígio da viagem turística, incluindo o desfrute dos serviços a ela relacionados, está historicamente reservada à elite no que discorrem Faraldo e López (2013). Aos pobres, reportando inclusive a períodos muito pregressos, como das civilizações clássicas greco-romanas ou à Idade Média, em que as viagens eram consideradas mais perigosas, restavam os deslocamentos compulsórios demandados por autoridades civis, militares ou religiosas.

No prosseguimento, apresento a reflexão possível a partir dos discursos relacionados à Cidade. Ao serem questionados sobre como pensam a Cidade, são enfáticos ao responder que a consideram como um lugar de pessoas de diferentes raças, religiões, lugar em expansão que é onde moramos. Nesse sentido, é possível resgatar os posicionamentos de Senra (2011), quando defende que a transição da cidade medieval para o desenho da cidade moderna acarreta no agrupamento, em um espaço de menor extensão, de pessoas de diferentes etnias, profissões e classes sociais. Ainda que o autor defenda que o paradigma da cidade moderna se instala na homogeneização de suas construções e de sua paisagem, a heterogeneidade pode ser encontrada justamente na força atrativa de diferentes pessoas.

Seus posicionamentos em relação ao que é periferia remetem às considerações de Pesavento (2002), quando explica que na construção da Cidade Moderna, o espaço reservado aos pobres estava cada vez mais distante do centro, em virtude principalmente a especulação imobiliária que encarecia os alugueis nas áreas consideradas de alta lucratividade. Nessa direção, Santos (2009a) defende que as regiões periféricas não são somente um problema de ordem geográfica, mas de ordem política. A forma como se organiza a cidade faz com que o ciclo vicioso de seletividade espacial seja ininterrupto (Ibidem, 2009a), e que, de acordo com Singer (1993), a irracionalidade da distribuição das atividades no interior da cidade faz com que pobres e imigrantes sejam os mais atingidos pelos serviços básicos encarecidos, obrigando-os a migrarem para

suas bordas. O sucateamento dos serviços públicos gera condições insalubres de subsistência na cidade, principalmente no que se refere à periferia (SANTOS, 2003).

Se olharmos pelo transcorrer da história de constituição da comunidade, entenderemos que se trata, sim, de um assentamento periférico que não difere do que consideram os autores como características dessas áreas. Nos primórdios da ocupação do Marianinha, famílias pobres migraram para a área em busca de moradia, mesmo que ainda não pudessem contar com serviço de energia elétrica ou água encanada. É o que reforça Santos (2009b), defendendo que a migração das pessoas da cidade para os territórios ainda não explorados pelo sistema, forma o que chama de periferia urbana. Os dados socioeconômicos reforçam essa afirmativa, quando compreendo que há traços de desigualdades sociais que acompanham o cenário nacional.

Retomando essa última consideração, temos que a segunda maior incidência de composição familiar na comunidade é de mulher sem cônjuge com filhos, que, de acordo com pesquisa realizada pelo IPEA em 2015, afirma que 40,5% dos lares brasileiros apresentam essa composição. Já na região sul do país, essa característica pode ser encontrada em 36,9% dos lares e 36,9% somente em Caxias do Sul, um número expressivo presente na comunidade.

De acordo com os dados coletados, o rendimento familiar mensal, em sua maioria, está representado em até dois salários mínimos e meio, no entanto, a renda per capita mensal se encontra predominantemente entre um – 36% da população participante – e dois salários mínimos, acompanhando as médias nacionais divulgadas pelo PNAD (2015), que indica que 29,5% da população tem entre meio e um salário mínimo per capita mensal e 27% entre um e dois salários, somando mais de 50% da população brasileira com rendimento per capita médio de até dois salários mínimos mensais.

Com relação à categoria de emprego, predomina aquele com carteira assinada, o segundo maior número está entre empregos informais e desempregados – 24,9% dos respondentes –, com taxas crescentes na média nacional de acordo com o IBGE (2019). Por último, o nível de instrução dos respondentes demonstra acompanhar o índice do país, que indica que 52% dos

brasileiros não concluíram o ensino médio e, desses, 31% não concluiu o ensino fundamental, e os números encontrados na comunidade indicam que predominam pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto, que somados aos que não terminaram o ensino médio, temos que 60% dos respondentes não concluíram os níveis de ensino básicos obrigatórios.

A semântica da palavra *periferia*, como apresentada anteriormente, parece ser reforçada pelos participantes dos grupos focais, principalmente por considerarem como periferias as áreas ao redor da cidade, que a circundam e que abrigam famílias de baixa renda, cujo posicionamento reitera as considerações de Nadalin e Iglioni (2015), para quem a periferia é fruto de um processo de espraiamento urbano que leva as famílias de baixa renda a ocuparem, principalmente, áreas ambientalmente vulneráveis distantes do centro urbano, como é o caso da ocupação Marianinha de Queiroz.

Os moradores também consideram que a exclusão é o ato de não reconhecimento do outro pela aparência ou por causa de alguma característica e lembram que enfrentaram preconceito inclusive em ambientes de trabalho por morarem onde moram, excluídos pelas condições de criminalidade em que se desenvolveu a comunidade. Tal consideração remete à reflexão de Moulian (1995), quando refere que os bairros populares são os que mais sofrem com cenários de violência e insegurança.

Ao recapitular as opções de lazer dos moradores em diferentes momentos temos que se restringem especificamente a atividades no próprio domicílio ou nos limites da comunidade. Eles acabam por não priorizar deslocamentos até o centro da cidade por considerarem a distância um agravante. Ainda nesse sentido, os motivos que levam os moradores a procurarem pelo centro de Caxias do Sul se restringem a assuntos indispensáveis como pagamento de contas, médico e consumo.

A relação de dependência da periferia com o centro é elucidada por Santos (2003), ao defender que ainda que o lugar dos pobres esteja reservado no espaço da cidade, ela é constantemente reforçada pela relação colonial entre centro-periferia. A insistente baixa remuneração das famílias residentes carrega

o traço perverso da sistemática segregação e retroalimenta um ciclo vicioso de produção de pobreza, de acordo com Santos (2009a).

Ainda nessa direção, a garantia de opções de lazer para essas famílias é violada, contrariando o previsto pela WLRA (2003), que defende o direito universal ao lazer, visto que não participam de programações culturais na cidade e dificilmente relatam priorizar sair dos arredores da comunidade. Conforme o levantamento viabilizado no grupo focal sobre cidade, é explícito o posicionamento de que Caxias do Sul não teria opções culturais e que a própria Festa da Uva, principal evento da cidade, antes com gestão e objetivos comunitários, passou a segregar o público, fazendo com que os moradores ouvidos não mais se sentissem aptos a frequentá-la.

A própria conformação dos espaços públicos na cidade acaba priorizando outras regiões, que de acordo com Serpa (2011) é um traço constante na Cidade Contemporânea, e talvez se deva a isso que as opções fiquem restritas a atividades no próprio domicílio. O posicionamento de Serpa (2013) ainda aponta que o caráter público do espaço não se consolida uma vez que se manifestam estratégias segregacionistas que impedem o encontro de diferentes classes sociais em condições de igualdade, e isso parece claro quando os moradores defendem que “*Adoramos nossa cidade, mas não tem muita diversão, lugar bonito, cultura*”, demonstrando que eles desconhecem a agenda cultural do município, não participam porque não sabem que existe, ainda que haja diferentes iniciativas gratuitas ocorrendo em espaços públicos em Caxias do Sul.

Nessa direção também, Santos (2000) complementa que há o comprometimento do exercício da cidadania, justamente pelo lugar socioeconômico e geográfico que os sujeitos ocupam. Disso decorre a não realização material e imaterial na cidade, que tem a ver com cultura e economia no território, justamente porque a cidadania implica, essencialmente, a proclamação da liberdade individual cultural dos sujeitos e o direito de ir e vir no espaço habitado.

Encerro a triangulação propondo que uma análise aprofundada do discurso teórico e empírico reitera o traço marcante da exclusão na comunidade.

Os dados de pesquisa reforçam-se por si mesmos, indicando um caminho em que as próprias exclusões se retroalimentam, a econômica levando à turística e à cultural. O percurso histórico de consolidação da comunidade demonstra uma ascensão em termos de forma: a comunidade já não sofre mais com a deficiência de serviços básicos como acesso à energia elétrica e água encanada. No entanto, não demonstra uma ascensão financeira dos sujeitos em termos de rendimento familiar, por exemplo, ou de acesso a níveis de instrução que superem os níveis de ensino obrigatórios.

O vislumbre da viagem turística ainda faz parte do imaginário do sujeito periférico, que lembra com carinho das viagens que realiza para encontro de familiares ou para descanso na praia. Não se caracteriza um problema para eles, que não possam viajar mais, estão mais preocupados em conseguir chegar ao centro da cidade com mais rapidez, ou de desfrutar de programações culturais em Caxias do Sul, que segundo eles, não oferece opções. Seu lazer restringe-se aos arredores da comunidade, mesmo que muitos tenham carro para se deslocar, ele cumpre o papel de facilitar os deslocamentos por questões emergenciais.

O transporte público que circula na comunidade está cada vez mais deficiente em questão de horários e disponibilidade de frota. O problema não é a baixa adesão dos moradores, pois entendo que se inviabiliza o uso pela indisponibilidade de frota e depois isso justifica a manobra da oferta: poucas pessoas nas viagens do ônibus. Quando em verdade, a instabilidade da circulação do transporte e a impossibilidade de prever o horário que passará o transporte, nos obriga a nos deslocarmos para a autopista – a rodovia BR 116, em busca de um transporte com maior frequência de circulação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso de pesquisa pude compreender melhor os difíceis processos que permearam a vida dos moradores da Cooperativa Habitacional Marianinha de Queiroz. Dentre eles, o quanto rememorar a história da ocupação os sensibiliza e faz com que se posicionem criticamente diante do sintoma social que a ocupação representa – no contexto de suas vidas e também da cidade. Após relatarem o preconceito já enfrentado por serem moradores da área, a indignação acompanha suas considerações, já que ali era a única possibilidade de manifestarem o sonho da casa própria na cidade.

O processo de pesquisar as raízes da nossa história é algo que há muito tempo tem reverberado em emoções gratificantes, desde as que reconhecem o lugar dos pobres na estrutura do sistema dominante e a que acolhe a luta por igualdades – nas discussões de gênero, de etnia e de classes. Reconheço-me como fruto da luta conjunta empenhada pela minha família e também por desconhecidos para que hoje tivéssemos a garantia de dignidade no espaço da cidade. Ainda que estejamos um pouco distantes do que consideramos o ‘modelo ideal’ de vida, no qual os acessos são facilitados pela igualdade de oportunidades no âmbito da educação, saúde, habitação, mobilidade e cultura, conquistamos o direito de permanecer no nosso lugar, o nosso lar.

De acordo com a contextualização apresentada no decorrer dessa dissertação, ficam claros os aspectos elementares que constituem tanto a Cidade quanto Turismo, enquanto espaço e prática excludentes. Nesse sentido, a pertinência da presente pesquisa se justifica ao se propor dar ouvidos aos sujeitos excluídos da cidade, moradores de uma comunidade periférica de Caxias do Sul e, conseqüentemente, excluídos das práticas turísticas convencionais.

A visão do sujeito periférico sobre o que pode ser considerado Turismo circula por diferentes perspectivas, que vão desde o ponto de vista que enfatiza o caráter recreativo da atividade, até aquele que demonstra obrigatoriedades de consumo, tais como a visitação a atrativos turísticos que ‘todas as pessoas frequentam’, contemplando o belo e o exuberante, àquilo que é diferente, que gera estranhamento. Consideram também que é necessário um preparo para

que a saída do cotidiano se caracterize como um deslocamento turístico, o olhar aguçado do turista sinaliza essa questão.

O diferencial da viagem turística, do ponto de vista dos moradores da comunidade, é de que não há uma obrigação expressa para esses deslocamentos, aspecto que contempla uma contradição, pois ao relatarem suas vivências de viagem, em sua maioria são viagens com finalidades específicas que diferem do que consideram Turismo. Dentre as mais citadas estão visitar familiares ou atendimentos médicos, nas quais a consequência de se deslocar para tal objetivo é um escape para 'turistar'³⁷. Quando 'sobra um tempo' é possível também sair da rota para contemplar a cidade-destino, ainda que a razão primária para estar lá não esteja na cidade em si.

No entanto, no grupo focal sobre Turismo, as participantes foram enfáticas ao considerarem que suas viagens se caracterizam como turísticas, mas complementam que depende da finalidade. A viagem só pode ser caracterizada como turística, de acordo com as moradoras, se ao invés de se hospedar na casa de pessoas conhecidas, se utilizam outros serviços, bem como se se viaja por outras finalidades que não sejam visitar quem mora na cidade de destino, já que não é possível aproveitar para passear. De acordo com as participantes do grupo, esse tipo de deslocamento não é muito comum em seus cotidianos.

Questionadas sobre a frequência de suas viagens, ironizam relatando que as mais frequentes são a bordo do transporte urbano, indo de um lado ao outro da cidade. O que denota esse deslocamento como uma viagem é o tempo de duração, pois alguns trajetos levam cerca de uma hora para terminarem. Ainda nessa direção é relevante ressaltar que o centro de Caxias do Sul é frequentado por esses moradores somente em ocasiões de necessidades. São raros os casos de moradores que alegam se deslocar até a região central para passear em suas horas livres, visto que há dificuldades de mobilidade.

Em diferentes momentos da coleta dos dados da pesquisa os sujeitos manifestaram que as viagens não são prioridades no planejamento financeiro,

³⁷ Termo coloquial que, de acordo com o Dicionário Informal, significa ato ou ação realizada pelo turista durante as suas viagens. Informação extraída de <<https://www.dicionarioinformal.com.br/turistar/>>. Acesso em 03 mar. 2020.

considerando, inclusive, que fazer turismo é um privilégio daqueles com maior poder aquisitivo, justamente por se tratarem de deslocamentos caros. Além das benesses do turismo enquanto uma prática social, os participantes reforçam uma visão romantizada do turismo enquanto a possibilidade de desfrutar de lugares novos, diferentes daqueles habituais, conhecendo pessoas diferentes e contemplando o belo, o novo, o extraordinário.

Se levarmos em consideração o protagonismo do pobre na história do turismo, encontramos que essa classe só viajava em virtude de obrigações reais ou militares. Em diferentes momentos as viagens eram consideradas perigosas e com alto nível de dificuldade, portanto somente aqueles que serviam se deslocavam ou por questão de necessidade individual, ou por questões de servidão (FARALDO; LÓPEZ, 2013).

Da mesma forma é possível estabelecer uma aproximação ao lugar dos pobres na cidade, que de acordo com Santos (2009a) é um lugar reservado à classe e baseada em uma organização que orienta qualidade de vida pelo custo dentro da cidade. Historicamente são expulsos das áreas de maior valorização econômica e oferta de serviços básicos, ainda que haja uma relação de dependência com essas áreas produtivas, não podem participar ativamente da sua dinâmica. Tem sua cidadania comprometida pela impossibilidade de usufruir da cidade como um sistema inteiro em virtude de não terem a eles voltadas soluções para facilitar o acesso aos equipamentos culturais e de lazer (SANTOS, 2000). Reitera esse discurso Serpa (2011) ao discorrer sobre a cidade contemporânea, lembrando que os espaços na cidade não são planejados para as massas, uma vez que elas ocupam as bordas dela em virtude do alto custo de vida (SANTOS, 2009b).

Nesse sentido também se faz indispensável resgatar o contexto de surgimento da comunidade. Por se tratar de uma ocupação em terreno pertencente à municipalidade, as famílias que começam a se alojar na área no início da década de 1990 eram locatárias em outros bairros do município, e viram na ocupação uma possibilidade de conquista da casa própria. A irregularidade proporciona custo zero para se manter na ocupação, ainda que as dificuldades de moradia se demonstrem perversas. O número de famílias na ocupação

aumentou exponencialmente em poucos dias, indicando um cenário de dificuldades compartilhado por diferentes famílias de migrantes em Caxias do Sul.

A auto-organização para legitimação da luta pela regularização da área a partir da mobilização coletiva indica que a necessidade por se estabelecer em algum lugar da cidade que oferecesse um barateamento nos custos de moradia era emergencial. Ainda que sob ameaças de reintegração de posse da área, os ocupantes persistiram diante da possibilidade de compra do terreno ocupado. Nesse sentido a participação da União das Associações de Bairros (UAB) foi fundamental para estabelecer um diálogo entre a municipalidade e os moradores.

No percurso de desenvolvimento dessa dissertação, pude compreender que as armadilhas do capital atingem os mais vulneráveis de forma perversa. O direito à habitação afetado, compromete a manifestação de outros tantos direitos civis. E ainda seja que superada uma condição, as demais continuarão a existir, demonstrando que aos pobres não há qualquer possibilidade de ascensão dentro dessa estrutura social. São submetidos diariamente a longas viagens a bordo de um transporte público, ou ainda condenados a ficarem dentro de suas próprias casas enquanto a dinâmica da cidade prepara sua programação para os outros. Nesse sentido é compreensível que, quando questionados no dia-a-dia sobre a efetividade da administração pública, revelem suas frustrações em relação as suas contribuições, principalmente porque não compreendem no que é investido tanto dinheiro, já que não se divertem, não 'consomem' cultura, e em muitos casos, não conhecem nem o bairro vizinho porque não têm dinheiro para ir até lá.

Nessa direção, posso considerar que as manifestações da exclusão se retroalimentam dentro da lógica capitalista de exploração da viagem e do turismo. A exclusão econômica reforça a exclusão cultural e turística, e ainda que haja a ascensão financeira, não podemos considerar que, ainda, as outras exclusões foram superadas. A sobreposição de uma à outra, reforça o cenário de impossibilidade de encaminhar a viagem e o turismo como exercício de superação econômica e prática de inclusão social.

Em última instância enquadro o turismo nas lentes da desigualdade, uma vez que é uma prática social amplamente discutida academicamente e consolidada historicamente como uma prática excludente, conforme resgate teórico proposto. As viagens associadas a ela são empreendidas em maior medida por camadas sociais mais abastadas, privilegiadas na estrutura dominante e o pobre, mais uma vez, não protagoniza seus números. Não está economicamente preparado para custear deslocamentos turísticos e sequer vislumbra isso, embora encare a prática com entusiasmo e otimismo, afinal as pessoas são felizes quando viajam.

O acesso ao deslocamento no tempo e no espaço tem seus impeditivos, dentro eles o econômico, quando viajamos, vislumbramos o resultado de economias de uma família inteira, que insiste “não consigo viajar”, “não é possível realizar”, trabalhando com turismo entendo que são discursos com fundamento. É difícil que seja possível sacrificarmos o essencial pelo extraordinário. Queremos reformar nossa casa, mas isso exige que pensemos nas nossas férias. O que tem a ver uma coisa com a outra? Para famílias como as nossas: tudo. Reformar a casa é importante, reduz a conta de luz, garante qualidade de vida, mas nos impede de passar vinte dias na praia. “Pra isso terei tempo a vida inteira”, o problema é que essa vida é dura demais para que sonhemos com voos altivos sem que pese ao bolso ou às nossas responsabilidades com o lar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marisa de. **O estigma da periferia**. Porto Alegre: Da Casa, 2010.

ASSIS, Simone Gonçalves de; DESLANDES, Suely Ferreira; MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANTOS, Nilton César de. Definição dos objetivos e construção de indicadores visando à triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos** – abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 105-132.

AVILA, Marco Aurélio. O lazer ativo como fator de atração turística para a cidade de Florianópolis. **EFDeportes**, Buenos Aires, n. 60, mai. 2003. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd60/lazer.htm>. Acesso em 18 mar. 2020.

BARRETTO, Margarita. O Grand Tour Revisitado. In: CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). **Turismo com ética**. 3 v. Fortaleza: UECE, 1998.

BOLETIM DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO. Caravana às Cooperativas Habitacionais de Ajuda Mútua do Uruguai. **Boletim da União de Moradia**, São Paulo, 15 mai. 1990. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PUMMOSP051990000.pdf>. Acesso em 19 mar. 2020.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar sobre os tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 21-54.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu. A pesquisa participante e a partilha do saber: Uma introdução. In: _____ (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 7-20.

BURSZTYN, Ivan. Políticas públicas de turismo visando a inclusão social. Dissertação. **Mestrado em Ciências em Engenharia de Produção**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>. Acesso em 30 abr. 2018.

CÂMARA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAXIAS DO SUL. (2019). **Desempenho da economia de Caxias do Sul – maio/19**, Caxias do

Sul, 2019. Disponível em: <https://ciccaxias.org.br/desempenho-economico/>. Acesso em 06 ago. 2019.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Configuração físico-territorial do setor metalomecânico da Serra Gaúcha e sua relação com o turismo: estudo de Caxias do Sul (RS). **Revista Ateliê do Turismo**, 2018, v. 1, p. 67-88.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. **Segunda Residência, Lazer e Turismo**. Observatório das Metrôpoles, set. 2012. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/segunda-residencia-lazer-e-turismo/>. Acesso em 24 abr. 2020.

COOPERATIVA HABITACIONAL MARIANINHA DE QUEIROZ. **Livro de Atas**. Caxias do Sul: s/n. 1994.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. (Repensando a Geografia).

COULANGES, Numa Denis Fustel. **Cidade Antiga**. São Paulo: Editora das Américas S.A. 1961. (Trad. Frederico Ozanam Pessoa de Barros, versão ebook, 2006).

DEMO, Pedro. Metodologias alternativas – algumas pistas introdutórias. In: _____. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. rev. amp. São Paulo: Atlas, 2011, p. 229-257.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5 ed. São Paulo: Futura, 1998.

DUCCI, María Elena. Santiago, ¿una mancha de aceite sin fin? ¿Qué pasa con la población cuando la ciudad crece indiscriminadamente?. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 24, n. 72, p. 85-94, set. 1998. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71611998007200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 jan. 2019.

FARALDO, J. M.; LÓPEZ, C. R. **Introducción a la historia del turismo**. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

FERREIRA, Camila Lopes. Trabalho, tempo livre e lazer: uma reflexão sobre o uso do tempo da população brasileira. Dissertação. Mestrado em Engenharia de Produção, **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2010. Disponível em: <http://www.pg.utfpr.edu.br/dirppg/ppgep/dissertacoes/arquivos/154/Dissertacao.pdf>. Acesso em 02 maio 2017.

FERRERAS, Norberto O. Da grande aldeia à Metrópole: A conformação dos bairros de Buenos Aires (1880-1920). **Locus, Revista de História**, v. 8, n. 1, 2002, p. 125-138.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. (Trad. Sandra Netz).

GABARRÓN, Luís R.; LANDA, Libertad Hernández. O que é a pesquisa participante? In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 93-121.

GAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 15-50.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 64-91. (Trad. Pedrinho A. Guareschi).

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka Martini. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo).

GEOCAXIAS (Caxias do Sul). **Mapa digital – mapa base de ruas**. Imagem foto aérea 1988. Escala: 1:4:514

GEOCAXIAS (Caxias do Sul). **Mapa digital – mapa base de ruas**. Imagem foto aérea 2014. Escala: 1:4:514

GERHARDT, Tatiana Engel; RAMOS, Cristina Alves; RIQUINHO, Deise Lisboa; SANTOS, Daniel Labermante dos. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 65-88.

GIAZZON, Eloísa Maria Adami. **Identificação de práticas recomendadas em processos de qualificação urbana sob a ótica da gestão de risco: experiências Caxias do Sul/RS**. Dissertação de mestrado em Engenharia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, 214 f.

GOMES, Romeu; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MMINAYO, Maria Cecília de Souza; MALAQUIAS, Juaci Vitória; SILVA, Cláudio Felipe Ribeiro da. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos – abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 185-222.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em 06 ago. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 20 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,430510,431490&cat=-15,54,55,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em 20 jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em out. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero**. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_educacao.html. Acesso em 20 jan. 2020.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3.ed. rev. São Paulo: Aleph, 2003. (Turismo).

LE GOFF, Jacques. **O apogeu da cidade medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Trad. Antônio de Padua Damesi). (O homem e a história).

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Trad. Reginaldo Carmello Corrêa). (Prismas).

LINARDI, Maria Cecília Nogueira. Pensando sobre a cidade contemporânea. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 15, n. 3, set. 1994, p. 239-245.

LOPES-JUNIOR, Wilson Martins. Geografia urbana e as novas centralidades como subsídio as pesquisas em cidades turísticas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 7, n. 1, fev/abr.2014, p. 168-177.

Loteamento Marianinha de Queiróz. **Jornal Pioneiro**, Caxias do Sul, 17 set. 2015, ano 67, n. 12372.

MAIA, João; KRAPP, Juliana. A cidade contemporânea: leitura e escritas do urbano. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 40, dez. 2009, p. 105-112.

MARRICHI, Jussara Marques Oliveira. **Vilegiaturas de prazer e a formação de uma cultura burguesa na cidade balneária de Poço de Caldas entre os anos de 1930 e 1940**. Tese de doutorado em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2015, 266 f.

MARTINS, Cristiane Mesquita Gomes Albuquerque. **Dos joaquimitas, franciscanos e aragoneses aos açorianos: A hospitalidade na teia da comensalidade na Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara (MA) e distrito de Criúva (Caxias do Sul-RS)**. 2019. 308 f. Tese (Doutorado em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Caxias do Sul, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Mudança: conceito-chave para intervenções sociais e para a avaliação de programas. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos** – abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 53-70.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____ (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 61-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Apresentação. In: _____, **Avaliação por triangulação de métodos** – abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005b, p. 15-18.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia; SANTOS, Nilton César dos. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos** – abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005a, p. 71-104.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. 2 ed. rev. 2008. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downlo_ads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

MOLINA, Sergio. **Pós-turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

MOSSÉ, Claude. Introdução. In: _____. **Dicionário da civilização grega**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 9-14. (Trad. Carlos Ramalhante com colaboração de André Telles).

MOULIAN, Tomás. **Chile Actual: anatomía de un mito**. Santiago: ARCIS Universidad, 1997.

MULLER, Adelcio; BATAGLIN, Fernando Antonio; SANTOS, Suzana Cyrino dos. Efeito de borda sobre a comunidade arbórea em um fragmento de floresta ombrófila mista Rio Grande do Sul/Brasil. **Perspectiva**, v. 34, n. 125, p. 29-39, mar. 2010.

NADALIN, Vanessa; IGLIORI, Danilo. Espriamento urbano e periferização da pobreza na Região Metropolitana de São Paulo: evidências empíricas. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 41, n. 124, sept. 2015, p. 91-111. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?frbrVersion=4&script=sci_arttext&pid=S0250-71612015000400005&lng=en&tling=en. Acesso em 25 jan. 2019.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PALLONE, Simone. Diferenciando subúrbio de periferia. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, São Paulo, abr/jun. 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005. (Turismo).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade – visões literárias do urbano**. 2 ed. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2002.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). **Síntese de indicadores PNAD**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?edicao=9129&t=resultados>. Acesso em 20 jan. 2020.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. O passivo do lazer ativo. **Movimento**, Porto Alegre, v. 18, n. 03, p. 229-316, jul/set. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1153/115323698016.pdf>. Acesso em 18 mar. 2020.

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do turismo no Brasil: hóspedes, hospedeiros e viajantes no século XIX**. São Paulo: Manole, 2001.

PORTAL G1. Trabalho informal avança para 41,3% da população ocupada e atinge nível recorde diz IBGE. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/30/trabalho-informal-avanca->

para-413percent-da-populacao-ocupada-e-atinge-nivel-recorde-diz-ibge.ghtml. Acesso em 20 mar. 2020.

RECH, Adir Ubaldo. **A exclusão social e o caos nas cidades**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2007.

ROLNICK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

RYBCZYNSKI, Witold. Casas de campo para gente da cidade. In.: _____. **Vida nas cidades**: expectativas urbanas no novo mundo. Rio de Janeiro: Record, 1995, p. 157-178. (Trad. Beatriz).

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2009c.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 2003. Tradução Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009b.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000. (Coleção Espaço).

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2009a.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo: Aleph, 2003. (Turismo)

SCHORSKE, Carl E. A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler. In: _____. **Pensando com a história**: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 53-72. (Trad. Pedro Maia Soares).

SENRA, Marcia. A cidade moderna: história, memória e literatura – Paris e Belo Horizonte. **Revista UniVASP**, São José dos Campos, SP, v. 17, n. 29, ago. 2011.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2011.

SERPA. Angelo. Microterritórios e segregação no espaço público da cidade contemporânea. **Cidades**, v. 10, n. 17, 2013, p. 61-75.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante**. 2 ed. rev. amp. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e. Reconstruindo um processo participativo na produção do conhecimento: uma concepção e uma prática. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 123-150.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 6 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SOBOTTKA, Emil; EGGERT, Edla; STRECK, Danilo R. A pesquisa como mediação político-pedagógica: Reflexões a partir do orçamento participativo. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 167-188.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; VEIGA, João Paulo Costa da. Construção de instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos** – abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 133-156.

SOUZA, Raquel de. **O direito grego antigo**. In: WOLKNER, Antonio Carlos. Fundamentos de história do Direito. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 49-77.

STRECK, Danilo R. Pesquisar é pronunciar o mundo: notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues; STRECK, Danilo Romeu (Orgs.). **Pesquisa Participante: o saber da partilha**. 2 ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006, p. 259-276.

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE BAIRROS – UAB. Cooperativismo Habitacional comemora 20 anos em Caxias. **Jornal dos Bairros**, Caxias do Sul, ago. 2015, ano 19, n. 07.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. 3 ed. São Paulo: SESC, 2001.

VIEIRA, Jasmine Pereira. Testemunho: a pandemia vivida do lado de cá. **Revista Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020, p. 1-4. (Edição Especial Covid-19). Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8888/pdf>. Acesso em 15 jul. 2020.

WORLD LEISURE AND RECREATION ASSOCIATION. **Carta Internacional de Educação para o Lazer**. Jesusalém, Israel, ago. 2003. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/200650683/Carta-internacional-de-educacao-para-o-lazer>. Acesso em 20 mar. 2020.

APÊNDICE A – Instrumento de pesquisa

Nº

Dados de identificação pessoal

✚ Nome (opcional):

✚ Pseudônimo:

✚ Idade: _____ Gênero: () feminino () masculino

✚ Atividade profissional (**ocupação**):

✚ Categoria de emprego: () com carteira assinada

() sem carteira assinada

() militar ou funcionário público

() atividade sem remuneração

() aposentado (a)

() desempregado

() outros

✚ Tempo habitual de deslocamento para o trabalho: () até 5 minutos

() de 6 a 30 minutos

() 31 minutos a 1 hora

() mais de 1 hora

✚ Escolaridade:

() sem instrução

() ensino superior incompleto

() fundamental incompleto

() ensino superior completo

() fundamental completo

() curso técnico/profissionalizante incomp.

() ensino médio incompleto

() curso técnico/profissionalizante completo

() ensino médio completo

() pós-graduação

Perfil sócio-econômico da família

✚ Tipo de composição familiar:

() casal com filhos

() casal sem filhos

() mulher sem cônjuge com filhos

() homem sem cônjuge com filhos

✚ Número de componentes residentes no domicílio:

✚ Faixa etária dos residentes (colocar quantidade de pessoas correspondente a cada faixa no interior do parêntese):

Opções de tempo livre (ação e local – como se desloca; o que faz quando sai; para onde vai - anotações no verso)

✚ a) Dia-a-dia:

✚ b) Sábado (em caso de trabalhar, é o dia todo? É mais tranquilo o ofício no fim de semana?)

✚ c) Domingo:

✚ d) Feriados:

✚ e) Férias:

Você viaja?

- Data: _____
- Entrevistador: _____
- Nº do domicílio: _____

APÊNDICE B – Opções de lazer dias úteis

Opções	Freq. de respostas	Abrangência
Fazer serviços domésticos	35	Domicílio
Assistir TV (canal aberto)	30	Domicílio
Ouvir música ou rádio	18	Domicílio
Descansar/dormir	17	Domicílio
Praticar esporte/caminhada	16	Intrarregional
Tomar chimarrão	15	Domicílio
Visitar vizinhos(as)	15	Local
Ficar em casa	12	Domicílio
Cuidar do(s) filho(s)	11	Domicílio
Pegar sol (bairro)	10	Local
Passear no centro	9	Cidade
Fazer artesanato (costura, crochê, tricô)	8	Domicílio
Estudar/desenhar/ler (livro, jornal)	8	Domicílio
Frequentar casas de religião	8	Intrarregional
Assistir filme/série (assinaturas)	6	Domicílio
Navegar na internet (redes sociais, notícias)	6	Domicílio
Fazer academia	5	Intrarregional
Cuidar do(s) neto(s)	4	Domicílio
Passear com amigo(s)	4	Cidade
Passear com cachorro(s)	4	Local
Visitar familiares outros bairros	4	Cidade
Comer	3	Domicílio
Cuidar das plantas/hortas	3	Domicílio
TOCAR ; Ensaiar músicas (instrumentos, dança)	3	Domicílio
Fazer comida	3	Domicílio
Passear chácara de amigos	3	Cidade
Receber visita(s)	3	Domicílio
Tomar chimarrão na rua (bairro)	3	Intrarregional
Comer fora	2	Cidade
Ir ao shopping	2	Cidade
Não tem tempo livre	2	-
Visitar amigos outros bairros	2	Cidade
Conversar/ficar com família	1	Domicílio
Frequentar CTG	1	Intrarregional
Ir ao mercado	1	Intrarregional

Jogar cartas	1	Domicílio
Rachar lenha	1	Domicílio
Tomar cerveja	1	Domicílio
Visitar familiares no bairro	1	Local
Total	281	-

Fonte: Dados de pesquisa.

APÊNDICE C – Opções de lazer fins de semana

Opções	Freq. de respostas	Abrangência
Visitar familiares outros bairros	49	Cidade
Assistir filme/série (assinaturas)	31	Domicílio
Ficar em casa	30	Domicílio
Passear no centro	29	Cidade
Frequentar casas de religião	17	Intrarregional
Ir ao shopping	17	Cidade
Fazer serviços domésticos	13	Domicílio
Comer fora	12	Cidade
Receber visita(s)	12	Domicílio
Passear chácara de amigos	11	Cidade
Assistir TV (canal aberto)	9	Domicílio
Visitar familiares outra cidade	9	Viagem
Ir a baile (centro ou interior)	8	Cidade
Praticar esporte/caminhada	8	Intrarregional
Tomar chimarrão na rua (bairro)	8	Local
Trabalhar	8	Intrarregional
Passear com amigo(s)	7	Cidade
Visitar vizinhos(as)	7	Local
Visitar familiares no bairro	6	Local
Viajar para passeio (raramente)	5	Viagem
Descansar/dormir	4	Domicílio
Tomar chimarrão em casa	3	Domicílio
Conversar/ficar com família	2	Domicílio
Cuidar do(s) filho(s)	2	Domicílio
Frequentar CTG	2	Intrarregional
Ouvir música ou rádio	2	Domicílio
Pegar sol (bairro)	2	Local
Visitar amigos outros bairros	2	Cidade
Cuidar do(s) neto(s)	1	Domicílio
Fazer academia	1	Intrarregional
Ir a balneário/pesque-pague	1	Intrarregional
Ir ao mercado	1	Intrarregional
Não tem tempo livre	1	-
Passear com cachorro(s)	1	Local
Passear piscina (sindicato/clube)	1	Cidade
Passear no interior	1	Cidade
Tomar cerveja	1	Domicílio

Total	324	-
-------	-----	---

Fonte: Dados de pesquisa.

APÊNDICE D – Motivos para ir ao centro

Opções	Freq. de respostas
Pagar contas	73
Ir ao médico	37
Fazer compras	29
Não respondeu	14
Passear/caminhar	14
Utilizar serviços bancários	13
Compras/retirar medicamentos	9
Trabalhar	8
Outros compromissos	7
Estudar	3
Não vai ao centro	3
Frequentar igreja	3
Comer fora	2
Entregar currículo	2
Ir à Prefeitura	2
Fazer feira	1
Ir ao cemitério	1
Ir ao shopping	1
Levar filho na APAE	1
Visitar familiares/amigos	1
Total	224

Fonte: Dados de pesquisa.

APÊNDICE E – Ocupação dos respondentes

Natureza	Ocupação	Freq. de resposta
Metal mecânico	Linha de produção	20
	Função administrativa	4
	Setor de higienização	4
Outras empresas	Linha de produção/serviços	12
Serviços	Profissional autônomo(a)	17
Beneficiário	Aposentado(a)	3
Bem-estar	Cuidador(a)	5
Saúde	Técnico(a) de enfermagem	3
Nenhuma	Do lar	19
	Nenhuma ocupação	35
	Total	122